

1198800415



25

A NATUREZA DOS SUPERÁVITS COMERCIAIS
BRASILEIROS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(1974-1984)



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



415/88



1198800415

Banca Examinadora

Prof. Orientador _____

Prof. _____

Prof. _____

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

JOSÉ BENEDITO DE ZARZUELA MAIA

A NATUREZA DOS SUPERÁVITS COMERCIAIS
BRASILEIROS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(1974-1984)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós
Graduação da FGV/EAESP.

Área de Concentração: Economia Aplicada
à Administração, como requisito para ob
tenção de título de mestre em Adminis-
tração.

Orientador: Prof. ALKIMAR RIBEIRO MOURA

SÃO PAULO
1987

Handwritten: 10

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	N.º de Chamada
21.03.88	339.5.053.1 (81)
N.º Volume	Registrado por
415/88	M. 217w maria

Dis.

l.1

339.5 (81)

339.5.053 : 669 (81)

339.5.053.1 : 669 (81)

SP-00000629-0

A G R A D E C I M E N T O S

Esta dissertação foi concluída com a colaboração de algumas pessoas, sem as quais isto não seria possível. Transmito meus agradecimentos a elas, chamando para mim, obviamente, a responsabilidade pelos erros existentes.

Aos professores da EAESP-FGV pelo esforço e determinismo que marcaram suas aulas e, em especial, a meu orientador, Prof. Alkimar Ribeiro Moura, pelo seu paciente e constante trabalho.

Aos colegas da Divisão de Estudos e Pesquisas Econômicas do Banco Central do Brasil pelas discussões acerca do assunto aqui abordado, em especial a Carlos Daniel Cláudio, Virgínio Santos Neto e Wilson Dutra da Costa, pelo apoio oferecido; Hélio Maeda pela colaboração prestada nos serviços de informática; Luiz Afonso Simoens da Silva e Nelson Carvalheiro, pela leitura crítica dos textos preliminares.

Aos funcionários da Carteira de Comércio Exterior - CACEX - Serviço de Assistência ao Exportador.

A Elizabeth pelo apoio e dedicação.

A

Fernanda, Lígia e Tânia.

ÍNDICE SINTÉTICO

<u>CAPÍTULOS</u>		<u>PÁGINAS</u>
I	INTRODUÇÃO	01
II	INTERPRETAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS SALDOS COMERCIAIS NA DÉCADA DE 80	08
III	Análise da Hipótese Estrutural Sobre os Superávits Comerciais	45
IV	Análise da Hipótese Conjuntural Sobre os Superávits Comerciais.....	95
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
VI	ABSTRACT	143
VII	TABELAS	144
VIII	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
IX	APÊNDICE METODOLÓGICO	168
X	ÍNDICE ANALÍTICO	222
XI	ÍNDICE DAS TABELAS	226
XII	ÍNDICE DOS QUADROS E GRÁFICOS	228

I. INTRODUÇÃO

O período transcorrido entre as décadas de 1970 e 1980 representou uma fase importante para a economia brasileira, haja vista as perturbações de ordem econômica ocorridas em contextos interno e externo. Internamente, o País no início da década de 1970 presenciava um quadro otimista de crescimento econômico, que se iniciava nos anos 1960. Esse período (1967/73) de ascensão cíclica da economia se apoiou no relativo desenvolvimento industrial brasileiro, onde a indústria de bens duráveis de consumo já se havia estruturado e os bens de produção caminhavam nesse mesmo sentido. Nesse período de auge verificaram-se fortes indicações de sobreacumulação provavelmente acompanhada de redução nas expectativas de lucro, que teriam definido, no âmbito interno, a recessão cíclica. O processo de sobreacumulação implicou menores taxas de crescimento dos salários, que vieram a comprometer o consumo de bens duráveis, juntamente com o elevado nível de endividamento das famílias, motivado pela difusão do crédito direto ao consumidor. Entre 1967 e 1973, enquanto a indústria de bens duráveis de consumo crescia 23,6% ao ano, a taxa anual de crescimento dos salários médios foi de 3,1% (Pereira, 1983 pp. 103/6).

Posteriormente a essa reversão cíclica da economia, o País presenciou um plano de desenvolvimento fundamentalmente industrializante - II PND para o período de 1975/79 - onde o Setor Produtivo Estatal desempenhou importante papel de

agente acumulador de capital. Ao plano, seguiram-se medidas de política econômica, com destaque para a política cambial, que foi um instrumento fartamente utilizado pelos governantes, juntamente com os demais instrumentos tradicionais de política econômica, agindo sobre todos os preços da economia.

O empenho industrializante da órbita interna, ao alçar o País a um estágio mais maduro da dinâmica capitalista internacional, provocou um franqueamento da economia às nuances dos negócios internacionais, que passou a absorver os efeitos transmitidos por fatores externos.

Neste contexto, presenciou-se na esfera internacional no início dos anos 1970 a crise do sistema monetário internacional e a excessiva oferta de euromoedas às quais o Brasil teve acesso pela via do endividamento, voltado para o crescimento econômico. Irrompia o primeiro choque do petróleo, encarecendo os custos de produção interna, pautada quase que toda ela nesta fonte primária de energia. Ao final da década a política monetária norte-americana se alterou, elevando os juros internacionais; reverteu-se o processo de desvalorização acentuada do dólar e deflagrou-se novo impacto dos preços do petróleo. Os anos 1980 se iniciaram com a crise financeira internacional, cujos principais componentes foram: o endividamento de grandes empresas nos mercados externo e interno de crédito; o endividamento do Terceiro Mundo; e o agravamento dos déficits fiscais de maneira generalizada no mundo. Os bancos expandiram seus ativos internacionalmen-

te, que substituíram os ativos financeiros de longo prazo. Em fins de 1981 o mercado interbancário diminuiu seu ritmo de crescimento e em 1982 a moratória de bancos, empresas e até países, delineou a crise de liquidez que se abateu sobre o País em setembro de 1982 - o setembro negro (Tavares, 1983, pp.15/6).

Desta forma, a economia brasileira, que deixara de ser influenciada, quando do período primário-exportador, por contingências exclusivamente externas afetas a oscilações de preços de produtos exportados, endogenizou, com a industrialização, a dinâmica cíclica. Com essa estratégia de crescimento, que se pautou pelo endividamento e crescimento do comércio externos, ressurgiram sobre a economia interna as influências exógenas, agora motivadas pela solidariedade da economia brasileira à capitalista internacional.

I.1. OBJETIVOS DO TRABALHO

Em função dos fenômenos ocorridos em âmbitos interno e externo da economia, verificaram-se alterações nos saldos comerciais brasileiros. O País passou a apresentar superávits comerciais já em fins dos anos 1970, vindo a se firmarem, esses resultados, na primeira metade da década de 1980.

Essa reversão dos saldos deficitários comerciais no País acirrou discussões acerca de seus principais determinantes, que podem ser resumidos em duas vertentes básicas: uma que atribui a esses resultados condicionamento estrutural; e outro que privilegia fatores de política econômica. Procura-se nesta monografia, abordar os condicionantes de estrutura e conjuntura dos superávits, no sentido de se extrair algumas conclusões acerca da sustentabilidade desses resultados, sem comprometimento das metas sociais do País em momentos críticos da economia.

I.2. DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO TRABALHO

Esta pesquisa restringiu-se à pauta do comércio exterior brasileiro de produtos da indústria de transformação no período 1974-84, já que o modelo de crescimento adotado no País privilegiou este segmento da economia, guiado pela industrialização substitutiva de importações, que se iniciou praticamente nos anos 1930, culminando com o II PND, este voltado para a indústria de bens de produção preferencialmente aos de consumo. Desta forma, o âmbito da pesquisa se restringiu ao setor que exerceu maior influência na transformação da economia brasileira, que nos dias de hoje é considerada industrial. São também os produtos industriais os menos afetados pelas oscilações cíclicas de curto prazo nos preços internacionais, ainda que a integração do País à esfera capitalista internacional provoque influências de outra ordem sobre a economia.

I.3. JUSTIFICATIVA DO TEMA

O estudo se justifica por abordar questão polêmica e pouco explorada por estudiosos do assunto. Tem ela a pretensão de fornecer alguns elementos para o debate em relação à origem dos saldos, que possivelmente foi conseguido pela reunião de algumas idéias acerca do tema, tratadas por acadêmicos da área, que se pretende transmitir. O assunto é de importância por referir-se a um dos grandes problemas da economia brasileira da atualidade, que é o desequilíbrio das contas externas, merecendo portanto tratamento condizente com a dimensão que este problema atingiu nos anos 1980.

Além disso, apresentam-se dados que favorecem a análise do tema. Para isso, os valores de importação e exportação tradicionalmente apresentados segundo classificação recomendada na Nomenclatura Brasileira de Mercadoria - NBM - encontram-se agrupados por categorias de uso da indústria e por gêneros industriais, forma essa não difundida pelas fontes geradoras desses dados e que tornam comparáveis indicadores de comércio exterior com os dados referentes à indústria de transformação, normalmente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE (vide apêndice metodológico).⁽¹⁾ Esta unifor-

(1) Ao final deste estudo, quando a compatibilização dos dados de comércio exterior à classificação utilizada pela FIBGE já se encontrava pronta, a Fundação Centro

mização de dados de comércio exterior aos indicadores da indústria de transformação permite comparações imediatas dos saldos comerciais com indicadores de produção, salários e produtividade da mão-de-obra, entre outros.

I.4. PLANO GERAL DO TRABALHO

O capítulo segundo trata de conceituar a natureza dos saldos comerciais, introduzindo a questão da substituição de importações no Brasil e resumindo a metodologia de Antonio Barros de Castro (1985), que considera de natureza estrutural esses resultados. A partir disso, define-se o critério próprio norteador do estudo, apresentando-se acessoriamente indicadores econômicos de outras economias como o Japão e outros exportadores de produtos manufaturados - Newly Industrializing Countries (NICs), para finalizar esta parte do estudo comparando-se as exportações brasileiras com as de outros países.

No terceiro capítulo apresentam-se interpretações alternativas quanto à origem dos saldos e um breve histórico sobre a formação da indústria de bens de capital no Brasil, seguindo-se com a apresentação e análise dos resultados

-
- (1) (Cont.) de Pesquisas de Comércio Exterior - FUNCEX - divulgou dados de exportação por gêneros industriais (Revista Brasileira de Comércio Exterior, setembro/outubro/86, pp. 14/16). Ressalte-se todavia, que antes de proceder a esta tarefa, as instituições responsáveis pelo tratamento dos dados de comércio exterior foram consultadas e esta forma de apresentação dos dados inexistia.

com base em duas classificações distintas dos dados de comércio: por categoria de uso da indústria; e por gêneros industriais. Na sequência trata-se da questão decorrente do modelo exportador brasileiro, que se refere ao grau de abertura da economia para o exterior comparativamente a outros países.

O período selecionado para análise (1974/84) foi desmembrado em três sub-períodos 1974/76; 1977/79; 1980/84 - refletindo as oscilações cíclicas da economia.

O quarto capítulo procurou demonstrar os efeitos de política econômica brasileira sobre os resultados superavitários de comércio, enfocando as principais medidas de política cambial e salarial no período selecionado neste texto. A partir daí introduziu-se o indicador Câmbio-Salário através do qual e juntamente com outros indicadores - produtividade e relações de troca - procurou-se ressaltar a importância da política econômica na geração dos superávits comerciais brasileiros.

Finalmente a última seção resumiu os pontos básicos tratados no texto para em seguida revelar algumas conclusões acerca dos resultados de comércio.

II. INTERPRETAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS SUPERÁVITS COMERCIAIS NA DÉCADA DE 80

Muito se tem discutido nos últimos tempos acerca da natureza dos saldos comerciais brasileiros na década de 80. O assunto se reveste de fundamental importância na medida em que o caráter transitório desses resultados pode representar instabilidade econômica. São eles os sujeitos a oscilações em função de fenômenos cíclicos internos e externos. Mais passíveis de efeitos desta espécie são as economias primário-exportadoras que por não serem formadoras de preços nos mercados internacionais sujeitam-se às imposições daquelas economias que cumprem esse papel.

Claramente, o Brasil não se enquadra nessa situação na medida em que detém um parque industrial já desenvolvido e suas exportações de produtos industrializados são crescentes e em grande parte competitivas.

Se está clara a posição ocupada pela economia brasileira quando se classifica de um lado economias primário-exportadoras e de outro economias exportadoras de itens industrializados, não está claro que a situação vivida hoje nos países em desenvolvimento possa se ater a uma classificação limitada como essa.

Na medida em que as economias desenvolvidas no momento presente já vem sucateando a indústria pesada e cedendo lugar a indústrias de tecnologia mais avançada deve-se perguntar, até que ponto os produtos industrializados da pauta de exportações dos países em desenvolvimento não se assemelham, neste contexto, aos produtos primários do estágio anterior de desenvolvimento.

Caracterizar os resultados comerciais em estruturais ou conjunturais não parece adequado se se levar essa conceituação a extremos. Acredita-se haver influências de ambas as tendências, chegando-se talvez a conclusões aproximadas acerca desta caracterização. A seção seguinte tratará de conceituar conotações de estrutura ou conjuntura nos saldos comerciais a partir de uma resenha de trabalhos de alguns estudiosos a respeito.

Tarefa mais árdua consiste na abordagem dos fatores que em maior ou menor grau contribuíram para influenciar os superávits recentes na sua significação estrutural. Tal assertiva se funda na idéia de que ambos os fatores (conjuntura e estrutura) emprestam contribuição aos superávits.

Uma primeira aproximação a respeito deste tema tenderia a considerar como fatores estruturais aqueles afetos ao processo de industrialização substitutiva de importações, processo este delimitado, ou não condicionado por fatores conjunturais cíclicos. Nesse sentido, o II PND é

apontado por alguns autores como "detonador" de um processo de industrialização substitutiva de importações, que teria munido suficientemente o parque produtivo nacional para suprir o mercado interno e além disso se voltar para o mercado externo.

Como fatores conjunturais entender-se-ia, os ocasionados por fenômenos cíclicos da economia em âmbitos interno e externo, mormente este último, pela vinculação da economia brasileira com a mundial motivada fundamentalmente pelo endividamento externo do país. Neste contexto a recessão interna, causada pela combinação dos fatores externos e erros da política econômica interna, seria dos melhores indicadores da natureza conjuntural dos superávits comerciais.

Um maior grau de atenção a esta abordagem, traduz duas afirmações a serem testadas: (a) a primeira delas diz respeito ao que se elegeu como ponto central desta discussão e trata da avaliação dos fatores conjunturais como geradores de superávits; (b) a segunda questão trata da contribuição que a política econômica (interna condicionada pela política econômica externa) daria no sentido de estruturar a indústria nacional a ponto de esta se tornar exportadora e menos dependente de produtos importados ou seja, a mesma política econômica (recessiva) que induz o empresário a colocar seus produtos no exterior em detrimento do atendimento do mercado interno pode ter se cons

tituído (pela longa duração da crise recente) em instrumento de política industrial e ter servido à causa industrialização substitutiva de importações (ISI).

Na seção seguinte serão abordados enfoques teóricos que tratam da caracterização de um superávit, podendo-se antecipar que nos trabalhos pesquisados existe vinculação estreita entre esta situação e a industrialização substitutiva de importações. Neste sentido, inicia-se definindo alguns parâmetros condicionadores do processo substitutivo de importações, finalizando-se com considerações acerca desses resultados.

II.1. CONCEITUAÇÕES A PROPÓSITO DA NATUREZA ESTRUTURAL DOS SALDOS COMERCIAIS

Conforme já mencionado, o conceito de estrutura atribuído aos resultados apresentados na balança comercial, guarda relação com os efeitos advindos no setor industrial da economia a partir de políticas que priorizam o crescimento econômico voltado para dentro, ou mais especificamente a industrialização substitutiva de importações. Nesse sentido é importante definir-se o que deve ser entendido por substituição de importações para se ter uma visão mais próxima da origem dos superávits comerciais.

II.2. SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

A industrialização substitutiva de importações tratada por estudiosos da CEPAL integra o pensamento daquela escola na abordagem sobre as fases de desenvolvimento econômico dos países periféricos - desarrollo hacia adentro. Estas fases apresentam como características importantes no dizer de Otávio Rodrigues (1975, p. 150): (a) a tendência ao déficit externo; (b) a forma de substituição de importações relativas à industrialização; (c) a tendência ao desemprego de mão-de-obra, e; (d) os desajustes intersetoriais da produção.

A origem da fase substitutiva de importações é espontânea e decorrente do déficit externo (Rodriguez, 1975, p. 152), constituindo-se portanto, em uma política corretiva.

Em Mantega (1984, pp. 77 a 133) as contribuições cepalinas que ajudaram na caracterização dessa fase de desenvolvimento são de Celso Furtado e Ignácio Rangel, posteriormente tratada, entre outros, por Maria da Conceição Tavares, a quem coube "ordenar e aprofundar as principais hipóteses desse modelo".

Mantega todavia alerta (1984, p. 126) para o fato de que Tavares, assim como seus precursores, subestimaram a dinâmica interna da economia brasileira nos anos 60 quando

atribuíram aos gargalos externos a causa do processo distributivo de importações, em contraste com a posição de que o impulso pró-substituição decorreu em maior medida de um processo prévio de acumulação, que teve origem na busca de melhores alternativas de valorização do capital, do que aquela decorrente da exploração cafeeira. Conclui essa discussão mencionando trabalho posterior de Tavares onde sua posição é revisada dando maior ênfase aos fatores internos de movimento acumulativo do capital brasileiro (2).

Em que pesem os pontos de discórdia referentes aos fatores impulsionadores da dinâmica do processo de substituição de importações (estrangulamento externo em contraposição ao dinamismo interno de capital nacional, este voltando-se para alternativas que proporcionem maior rentabilidade à massa de capital acumulado) o processo tem início a partir da crise dos anos 30 quando a economia passa a depender menos quantitativamente das economias cêntricas ao mesmo tempo que essa dependência se torna mais qualitativa.

O processo de ISI é interrompido pela sua própria dinâmica evidenciando uma contradição básica referente à necessidade de crescimento vis-à-vis a limitação das importações.

(2) Esta revisão é citada em Mantega (1984, p. 127) em nota de rodapé: (68) Tavares, Maria da Conceição, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre-Docência, Rio de Janeiro, UFRJ, 1975, p. 117, mimeo.

A dinâmica de industrialização substitutiva é descrita como um processo de várias fases que se definem com superações de fases precedentes e início de "nova onda de substituição". A primeira etapa visa a satisfação da demanda interna de bens finais de consumo por exigir tecnologia menos complexa e de menor intensidade em capital e serem mais protegidos por reserva de mercado. Nela, a oferta se ampliará inicialmente: (a) por maior ocupação de capacidade de produção; (b) pela produção de itens menos dependentes do exterior, e; (c) pela instalação de unidades para produção de bens a serem substituídos, o que representa a continuidade do ciclo substitutivo, na medida em que expande o mercado interno (decorrente do aumento da renda, consideradas as elasticidades-renda dos vários produtos, e a inexistência de restrições internas em contraposição às existentes anteriormente às compras internacionais) e gera novas necessidades de importação para produção de bens substituídos (em geral, matérias-primas e insumos). É esta contradição do processo, marcada pela necessidade de ampliar importações para substituir importações que origina nova fase do ciclo de substituição. Neste momento, restringem-se importações menos essenciais para dar lugar às indispensáveis ao aparelhamento do parque produtivo na nova fase. A essa expansão da atividade produtiva seguir-se-á a expansão do mercado interno fechando o ciclo já descrito, até iniciar nova fase.

É portanto, a contradição imanente ao processo que dinamiza o ciclo cada vez mais complexo, dadas as limitações

impostas basicamente pela rigidez da pauta de importações. A autonomia necessária à conclusão do processo substitutivo de importações dependerá da diversificação da estrutura de produção do país.

Para se evitar os estrangulamentos que se impõem ao final de cada fase a substituição de importações deverá se dar simultaneamente nos vários estágios produtivos e por tanto, promovendo-se substituição de bens de capital, intermediários e de consumo ao mesmo tempo, variando somente a intensidade do processo em cada um dos departamentos da economia. Neste sentido, é premente a previsão acurada da dinâmica do sistema (Tavares, 1981, pp. 38/47).

No caso brasileiro, o ciclo substitutivo de importações posterior à II Guerra Mundial "esgotou-se" nos anos 60. À esta época a ISI já teria atingido o setor de bens de capital, cuja produção requer mercados maiores para garantia de ganhos de escala na produção. A percepção do esgotamento dessa fase deu-se com a tentativa de se analisar os baixos níveis de crescimento da economia brasileira a partir de 1962 (Macedo, 1975, pp. 54/60). Mesmo os que viam na queda do ritmo de crescimento da economia outras razões que não a ISI, como por exemplo as políticas de estabilização em meados de 60, concordaram em admitir o final do ciclo substitutivo nesse período.

A ISI até então teria viabilizado um crescimento

da indústria relativamente à agricultura em termos de participação do produto. Esta crescente participação da indústria no produto se revelou com maior ênfase na indústria pesada, a exemplo da metalúrgica, material elétrico, material de transporte e química, em prejuízo das indústrias tradicionais (têxtil e produtos alimentares). (BAER, 1985 pp. 300/5). Posteriormente, até serem adotadas novas medidas de caráter substitutivo de importações (II PND) uma onda cíclica teria se completado com o descenso iniciado em 1962 e a ascensão registrada a partir de 1968.

II.3. INTERPRETAÇÕES REFERENTES AO CARÁTER ESTRUTURAL DOS SUPERÁVITS COMERCIAIS

A seção anterior tratou da "substituição de importações" vinculando referido tema ao caráter estrutural dos superávits atuais da balança comercial brasileira. Nesse sentido, os autores de teses que apresentam tal condição da balança comercial nos anos recentes apresentaram definições diversas entre si para caracterizar o condicionante (estrutural) desses resultados. Nesta seção será apresentada a versão de Antonio de Barros Castro conceituando sua posição, o que norteará a definição de metodologia própria a este texto para qualificar posteriormente os resultados comerciais brasileiros.

II,3.1. A Metodologia de Antonio Barros de Castro (1985, pp. 56/60 e 83/95)

O método utilizado por Castro para avaliar a substituição dos itens importados com a implantação de programas setoriais, definidos no II PND face aos estrangulamentos externos ocorridos no biênio 1973/74, refere-se ao ganho de divisas internacionais obtidos pelo país com a implantação de programas setoriais voltados para o aparelhamento do parque produtivo nacional.

O ganho de divisas é definido na sequência de operações (algébricas) apresentadas a seguir: (a) inicialmente comparou-se a cada ano o consumo interno de produtos que guardam relação aos programas implantados⁽³⁾, com a produção média de 1979/80. O diferencial resultante da operação descrita resultou nas "importações virtuais"⁽⁴⁾, medidas em quantidades; (b) o resultado da subtração da produção média do biênio 1979/80 do consumido no ano de referência foi valorizado pelos preços dos produtos no mercado internacional. Para esta operação foram considerados os preços médios de importações e os das exportações, obtendo-se os valores líquidos; (c) finalmente, pela subtração das importações virtuais das importações efetivamente concretizadas, obteve-se o ganho de divisas, desde que as virtuais tenham superado as concretizadas.

(3) O autor nesta etapa do trabalho menciona os programas : petróleo, metais não-ferrosos, produtos químicos, papel e celulose e produtos siderúrgicos.

(4) As importações aqui mencionadas (virtuais e efetivas) referem-se a valores líquidos de exportações.

Resumidamente, poder-se-ia descrever o método de cálculo desenvolvido por Castro: o consumo aparente no ano de referência em relação à produção média do período 1979/80, confrontada com as importações efetivadas.

As hipóteses fundamentais para validação dos resultados residem: (a) na consideração do período 1979/80 como período de plena utilização de capacidade produtiva, o que segundo o autor vale aparentemente para os produtos discriminados na nota (3); (b) ao fato de que os investimentos em vigor nos setores mencionados representam um processo dinâmico iniciado com o II PND, e; (c) na suposição de que a demanda, além daquela atendida pelo potencial interno de produção instalado, seria suprida por importações. (5)

II.3.2. Algumas considerações a respeito da metodologia de A.B. Castro

A forma de cálculo descrita para apuração do ganho de divisas, ao calcular o consumo aparente de produtos dos setores mencionados, não especifica de que forma se compatibilizaram dados relativos a consumo e comércio internacio-

(5) Outras metodologias tocam no ponto aqui tratado a exemplo da utilizada por Bonelli (1985) que se apóia em trabalho de Chenery (1960, pp. 624.84), esta por sua vez aprimorada por Morley e Smith (1983, p. 728-735). Estes autores avaliam as fontes de demanda para a indústria que orientam o crescimento econômico do país, de forma auto-sustentada. São eles: substituição de importações, expansão das exportações e demanda interna. Para aferir os resultados propostos os autores utilizam-se da matriz insumo-produto obtendo os resultados sobre a produção decorrentes de alterações nas fontes de demanda.

nal, posto que a classificação utilizada para este último segue a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), incompatível com a disposição de dados referentes a outros agregados econômicos, que normalmente utilizam classificação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) por gênero de indústria. Ainda que alguns gêneros de indústria encontrem correspondência direta com uma seção ou capítulo da NBM, isto não pode ser estendido para a indústria de transformação como um todo; faz-se necessário uma "tradução" da NBM de forma a adequá-la à taxonomia adotada nas publicações do FIBGE, tornando uniformes os dados apresentados.

Outras considerações a respeito desse método de cálculo diz respeito ao período base selecionado para apuração das "importações virtuais". Este período que corresponde ao "limiar da entrada em operação dos grandes programas" foi selecionado para cálculo da produção média, objeto de comparação com o consumo em cada ano de referência. A alegação apresentada para eleição do referido período é a de que este representa o momento de plena utilização da capacidade instalada para os setores analisados.

Dados disponíveis em Munhoz (1982) sobre "nível de utilização da capacidade instalada" da indústria demonstram que entre os setores mencionados há evidências de que o setor de Papel e Papelão de fato atinge o pico de utilização de capacidade em maio de 1980". "Produtos químicos" atingiu

o pico nesse indicador, em outubro de 1976. Os demais setores apontados integram uma categoria maior na classificação do FIBGE; dificultando a análise desses dados; mesmo assim, o setor metalúrgico (que abriga os produtos siderúrgicos e metais não-ferrosos) tem seu pico de utilização de capacidade, em agosto de 1976, e; o setor de minerais não-metálicos (que abarca o ramo de petróleo), apresentou menor índice de capacidade ociosa em outubro de 1976.

Neste sentido, a escolha do período 1979/80 não corresponderia àquele de pleno emprego da economia, já que para os setores destacados acima tal fato ocorreu anteriormente, o que compromete o cálculo referente ao ganho de divisas, superestimando-o.

II.4. UM CRITÉRIO PARA CONCEITUAÇÃO DA NATUREZA DOS SUPÉRÁVITS COMERCIAIS BRASILEIROS

Alertado para os problemas apontados nas metodologias descritas, a conceituação aqui desenvolvida procurará contorná-los sempre que possível determinando uma forma simples de caracterização do componente estrutural dos saldos de comércio.

A simples redução dos valores de importação ao longo de determinado período não é, como se sabe, um indicador seguro, porquanto várias são as etapas do processo substitutivo de importações ao que Tavares designou "ondas". As-

sim, a substituição de importações poderá estar ocorrendo sem que se registrem reduções desses valores no cômputo total. Se durante a fase substitutiva os valores de importação forem analisados, a avaliação poderá ser nula.

Nesse sentido, a eventual redução das compras internacionais somente acontecerá , uma vez findo o processo. Mesmo assim, esta eventual redução será relativa ao crescimento registrado na economia, uma vez que o crescimento econômico elevará os valores de importação.

Algumas indicações associadas referentes ao desempenho comercial externo da indústria brasileira, poderão apontar para a condição estrutural dos saldos, em contraposição à conjuntural, tese esta que se apóia basicamente na resposta brasileira ao crescimento da demanda externa, em especial a norte-americana em fase mais recente.

Apesar da evidência acerca do desenvolvimento da economia brasileira associado ao processo de industrialização interna há que se ressaltar aspectos importantes vinculados à divisão internacional do trabalho nos dias atuais.

A industrialização brasileira, acelerada após a II G.M., indubitavelmente permitiu um melhor posicionamento de sua economia no rol das economias menos desenvolvidas, a ponto de torná-la inclusive competitiva no mercado internacional no que tange a alguns itens comercializados. A condi

ção de dependência, todavia, não foi por essa razão eliminada "in totum" e neste sentido cabe um retorno ao papel ocupado pelo País hoje, como exportador de itens industriais para economias em estágio de maior amadurecimento tecnológico. Lembrou-se aqui que os produtos industriais dos setores de base da economia, exportados para os países centrais, poderão estar cumprindo papel semelhante aos produtos primários da etapa anterior de desenvolvimento do país, quando a economia brasileira era essencialmente primário-exportadora.

A analogia que se faz entre esses distintos estágios de desenvolvimento decorre do fato de que ainda que se tenha avançado internamente a ponto de atingir-se novas etapas de desenvolvimento, a condição periférica impõe um crescimento a reboque dos países cêntricos. Estes, tendo superado o estágio vinvenciado hoje em nosso país, encontram-se numa etapa à frente do capitalismo quando os serviços "latu senso" são priorizados em relação à indústria.

O processo de industrialização no Brasil, que pode ser atribuído à operação das vantagens comparativas, pode ser resumido na estratégia das economias desenvolvidas, pelo sucateamento de sua indústria pesada tradicional, e portanto custosa, transferindo-a para os países em desenvolvimento.

Essa transferência atendia a questões econômicas e mesmo políticas. A primeira delas porque transferindo um parque industrial obsoleto, as economias centrais não só es

tavam sucateando uma indústria com elevados custos de manutenção, mas também porque estariam assegurando o suprimento dos bens produzidos por essa indústria pela via das importações. Essa estratégia incorreu em reduzidos riscos, haja vista, que às economias periféricas interessaria (como de fato interessou) exportar itens industrializados em maior proporção que os produtos, básicos. Assim, seguros do suprimento de itens necessários às suas economias, os países centrais puderam investir em tecnologia mais sofisticada, o que viabilizou a passagem desses países, a uma nova órbita do capitalismo internacional. As questões políticas seriam atendidas dado o fortalecimento de sindicatos conexos, que sempre representa redução da margem de manobra dos capitalistas. Nesse sentido, o esvaziamento do setor industrial, em grau de importância, no processo desenvolvimentista daqueles países também contribuiu para o avanço tecnológico obtido no centro.

Assim, ressaltando-se os condicionantes externos do processo de ISI percebe-se que, em certa medida, o avanço econômico brasileiro foi viabilizado pela dinâmica capitalista internacional. Esse avanço poderá ser traduzido por um desenvolvimento estruturado da indústria e consequentemente do comércio internacional, porém aqui cabem algumas ressalvas a respeito dessa condição estrutural. De fato, fatores conjunturais nas economias centrais podem afetar com menor intensidade o comércio exterior brasileiro, mas a situação estrutural dos superávits se vincula estreitamente ao alto grau de protecionismo brasileiro.

Se a economia brasileira hoje é industrializada vê-se facilmente que ela se encontra defasada tecnologicamente do centro, que empreende esforços no sentido de aprimorar seus serviços e difundi-los internacionalmente. Pode-se todavia dizer que apesar da defasagem tecnológica existente entre a economia brasileira e aquelas mais avançadas da atualidade, o Brasil pelas suas altas taxas de crescimento registradas, se aproxima mais das economias centrais a partir do momento em que o parque industrial brasileiro se desenvolveu.

Nesta etapa do trabalho convém caracterizar o sentido de estrutura atribuído aos superávits comerciais e a forma de qualificá-lo. Em princípio pode-se dizer que o caráter estrutural está condicionado, em parte, pelo relativo fechamento da economia para o exterior no que tange às importações, inibindo "nova onda" substitutiva de importações de nível tecnológico mais avançado.

Uma primeira indicação é a situação relativa dos gêneros da indústria de base em relação à indústria de bens de consumo com referência à produção interna e comércio externo; consiste na verificação da possível transformação da condição de importador para a de exportador de itens constantes das categorias de uso, bens de capital e intermediários. Supõe-se ser essa uma indicação satisfatória, na medida em que está concluída, nos dias de hoje, a etapa substitutiva de importações e, a indústria já se encontra estrutu

rada, produzindo grande parte dos bens que o país necessita para promover o desenvolvimento industrial. Sendo assim, a indústria brasileira estaria em condições de não só atender a demanda interna, mas também exportar bens de produção. Essa situação da indústria brasileira indicará a natureza dos saldos.

Essa indicação se justifica na medida em que a tradição de liderança do crescimento econômico brasileiro pertence ao setor de bens de consumo, com poucas exceções no tempo. Isso, em função do modelo de crescimento adotado, priorizando bens duráveis como impulsionadores do processo. A opção por um modelo brasileiro denota portanto transformações na indústria, agora voltado para setores de base com maior intensidade. O desenvolvimento da indústria de base no Brasil representou a última fase do processo substitutivo de importações e a sua concretização permitiria ter-se no país um parque produtivo maduro, supridor do mercado interno. O final do ciclo substitutivo que transformaria a indústria em setor dinâmico do crescimento, dada sua adequação estrutural, far-se-ia sentir nos saldos comerciais do setor manufatureiro. De um lado, motivado pela menor necessidade de importações essenciais ao crescimento econômico e, de outro, pelo provável aumento das exportações de manufaturados decorrentes do aumento da produção interna.

Assim, o critério aqui delineado, elege o desempe-

nho do setor de bens de capital como indicador da natureza dos saldos comerciais, porque foi o último setor em que se substituíram importações. Se nesse setor concretizou-se tal processo, a indústria como um todo atingiu o estágio de desenvolvimento almejado na estratégia substitutiva de importações e os efeitos daí decorrentes têm de permear o comércio, reduzindo compras e muito provavelmente expandindo vendas internacionais.

Os bens intermediários, por seu turno, foram alvo de atenções no II PND e o dinamismo desse setor a partir da implementação daquele plano, complementar a estratégia substitutiva, criando condições para utilização dos equipamentos produzidos pelo setor de base. Sendo assim, raciocínio semelhante deve ser estendido ao setor de produção de bens intermediários, vinculando-se, igualmente ao setor de bens de capital, a estruturação do parque produtivo nacional ao caráter estrutural dos saldos comerciais da indústria. Já que a ISI visou à adequação da indústria nacional aos anseios de crescimento econômico, o final da ISI implicará certamente no crescimento industrial e esse se fará sentir (como de fato o fez) na balança comercial, principalmente no que toca às importações, mas também com reflexos positivos sobre as exportações.

A estrutura dos superávits se vincula à preponderância das exportações de bens de produção sobre os de consumo e na transformação da condição de importadores líquidos para a de exportadores líquidos de bens de produção.

O grau de transformação na condição de importador líquido para exportador líquido é de difícil definição em termos quantitativos, sendo possível apenas apresentar dados referentes à evolução do comércio externo brasileiro por categoria de uso, o que permite, se avaliem os resultados obtidos. Como indicações auxiliares, são apresentados a seguir dois outros casos ilustrativos que tratam das exportações industriais do Japão na década de 1970, quando a indústria daquele país completou etapa de desenvolvimento industrial do pós-guerra. Neste sentido, estaria se comparando, ainda que em épocas diferentes, situações semelhantes no que se refere ao grau de desenvolvimento industrial desses dois países, e; da posição dos NICs (Newly Industrializing Countries) no comércio internacional.

Raciocínio semelhante pode ser estendido para o agrupamento das indústrias em duas categorias - Indústrias não Tradicionais e Indústrias Tradicionais - já que o primeiro grupamento compreende setores dinâmicos e priorizados no II PND. Aqui, a tese pró-estrutural dos superávits comerciais estaria condicionada ao melhor desempenho das INT em relação às IT.

Do abordado se conclui pela necessidade de ter-se em mente a vinculação das políticas econômicas dos países industrializados com os resultados comerciais brasileiros. O superávit ainda que em grande medida estrutural, poderá ser afetado em função de alterações na atual conjuntura internacional.

II.5. INTERPRETAÇÕES REFERENTES AO CARÁTER ESTRUTURAL DOS SALDOS DE COMÉCIO EM OUTRAS ECONOMIAS

II.5.1. Mudanças Estruturais na Economia Japonesa - O Desenvolvimento da Indústria de Bens de Capital

A análise do crescimento das exportações japonesas de bens de capital pretende fornecer alguns parâmetros para avaliação da estrutura das exportações brasileiras de produtos manufaturados.

Mesmo se reconhecendo as diferenças que caracterizam os modelos de industrialização adotados no Brasil nas últimas décadas e no Japão do pós-guerra pode-se obter um ponto em comum, que trata da política de estímulo à produção de bens de capital, (no caso brasileiro nem sempre deliberada) com repercussões positivas sobre as vendas ao exterior, no Japão, a priorização da indústria de bens de capital em detrimento da indústria leve visou à especialização dessas exportações, que eram intensivas em capital, como forma de ampliação de mercado. No Brasil, o esforço em prol do desenvolvimento do setor industrial de bens de capital representou a última etapa do processo substitutivo de importações, este intencional, culminando a estratégia desenvolvimentista de aparelhamento da indústria nacional.

Segundo Allen (1983, pp. 100-135), o início

da fase de desenvolvimento da indústria pesada no Japão a partir da II Guerra Mundial encontrou como principal fator a abundância do fator mão-de-obra daquela economia. A industrialização intensiva em capital não parecia viável àquela época dado que a competitividade dos bens intensivos em capital nos mercados externos seria presumivelmente pequena. Os setores industriais em melhores condições de competir no exterior eram aqueles intensivos em mão-de-obra, como têxteis, roupas, cerâmica e pequenos artefatos de metais. Recursos oficiais foram negados por segmentos governamentais que ousavam projetos em setores de base e mesmo a importação de tecnologia americana chegou a ser vetada pelos EUA com argumentação balisada na inexperiência tecnológica do País.

Não sensibilizado pela influência dos mais céticos, o Ministério da Indústria e Comércio (MITI) Japonês, vislumbrando a condição de inferioridade a que o país se submeteria no futuro com a concentração em projetos trabalho-intensivos, optou por priorizar setores básicos da economia, a exemplo de: metal, engenharia e produtos químicos. Naquele momento, não se perdeu de vista que a criação de capacidade produtiva deveria levar em consideração, numa estratégia desenvolvimentista, assistência governamental para produção de itens cuja elasticidade-renda mundial fosse alta. Tal preocupação se fundamentava na necessidade de criação de um mercado exportador que permitisse importar bens essenciais ao crescimento econômico, contrariando as-

sim a divisão internacional do trabalho. Outro princípio na estratégia de desenvolvimento adotado foi o do "progresso técnico comparativo". Consistia na priorização do progresso técnico futuro ao nível de custos iniciais de produção. Assim, a possibilidade de rápido progresso técnico que assegurasse redução de custos futuros, mesmo que os custos iniciais fossem elevados, garantiriam a manutenção de um dado projeto de produção.

A iniciativa do governo japonês de estruturar a indústria pesada implicou relativo sucateamento da indústria trabalho-intensiva, que no início da década de 1950 era a principal exportadora de produtos japoneses. O estímulo inicial concentrou-se nas indústrias: siderúrgica, de construção naval, de fertilizantes químicos, de veículos motorizados, de eletricidade e de fibras sintéticas.

Esse processo teve duração de aproximadamente uma década, quando o novo parque industrial já estava instalado e o país pôde fixar objetivos mais arrojados nos ramos da engenharia, eletrônica e petroquímica. A política oficial implementada ao privilegiar setores mais dinâmicos e inibir os tradicionais se pautou por uma estratégia de seletividade natural, aceitando-se o declínio do setor leve da indústria para dar lugar à indústria não tradicional. A estratégia adotada naquele país foi dinâmica o suficiente a ponto de, passados aproximadamente vinte anos a contar do início do processo, optar-se pelo desenvolvimento conheci -

mento-intensivo, uma vez que já se verificava crescimento da concorrência por parte de outros países em indústrias como a naval e automobilística. Nessa nova estratégia de desenvolvimento têm lugar as indústrias microeletrônicas e de computadores.

O empenho da economia japonesa em alterar os rumos do desenvolvimento fica claro quando se analisam alguns indicadores econômicos. Os investimentos privados em máquinas e equipamentos, como item da formação bruta de capital, apresentavam um crescimento expressivo em relação com o PNB no período de tempo compreendido entre 1955 e 1970. Nesse sentido, a participação dos investimentos privados em máquinas e equipamentos no PNB se elevou de 15,1% no período 1955/60, para 20,0% entre 1965/70. O item estoques, cuja participação no PNB era de 3,8% entre 1955/60, decresceu para 2,3% entre 1965/70 após crescimento (4,2%) entre 1961/1964. Habitação, que representava 3,4% do PNB no período 1955/60, atingiu 6,1% entre 1965/70. No âmbito público os dispêndios de capital se elevaram de 7,3% do PNB entre 1955/60 para 8,9% entre 1965/70. O somatório das participações percentuais por item integrante da formação de capital representa portanto crescimento da participação da formação bruta de capital em relação ao PNB, de 29,6% entre 1955/60 para 37,3% entre 1965/70 (Allen, 1983, p. 114).

O resultado do incremento nos investimentos industriais básicos na participação dessa categoria em rela-

ção ao total de produção da indústria representou um aumento de 52,1% em 1954 para 60,8% em 1972. Para apuração desses percentuais considerou-se como indústria básica, visando-se uma aproximação, os gêneros industriais: produtos químicos, metais, artigos manufaturados de metal, mecânica e equipamento de transporte. Considerando-se especificamente a indústria mecânica, o crescimento ao longo do período citado foi expressivo; esse gênero de indústria aumentou sua participação na produção industrial, que era de 14,5% em 1954, para 23,8% em 1972.

Dados mais precisos acerca da participação da indústria pesada no produto industrial são citados a seguir, somente com periodização diferente dos dados anteriormente mencionados sobre investimentos. Como indústria pesada foram considerados os gêneros: maquinária, metal e indústria química.

QUADRO I - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA DO JAPÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
Período	%	Período	%
1890	12,1	1938	63,2
1900	17,5	1948	56,0
1910	31,9	1958	57,7
1920	46,0	1968	71,0
1930	50,0	1975*	74,4

Fonte: Rapp, Willian V. "Firm Size and Japan's Export Struture: A microview of Japan's Changing Export Competitiveness since Meiji" - in Japanese Industrialization and its Social Consequences. Edited by Hugh Patrick, 1976, p. 205.

* estimativa do autor

Elucidando o esforço de industrialização baseado na indústria pesada são mencionados três ramos industriais beneficiados pela política oficial japonesa do pós-guerra, a saber: ferro e aço, construção naval e automobilística.

É bem verdade que esta mesma política foi adotada na indústria têxtil no mesmo período, porém teve "fôlego" curto, já que o crescimento dos salários nos anos 1960 comprometeu a competitividade destes produtos no mercado internacional⁽⁶⁾. A opção encontrada pelos produtores têxteis no início dos anos 1970 quando se definiu a inviabilização econômica do setor, foi de ajustamento, dos equipamentos e do conhecimento técnico às indústrias petroquímicas ou de mudanças de atividades.

Na indústria de ferro e aço a política de apoio governamental seguida foi a de favorecer instalação de capacidade produtiva em locais próximos ao mar, de forma a facilitar importações de combustível e minérios de ferro. Além disso, acionaram-se mecanismos fiscais, como isenção tributária; financeiros, como dívidas incobráveis ou concessões na reavaliação de patrimônio. O favorecimento fiscal foi responsável por 25% dos investimentos em aço na década de 1950.

(6) Rapp (1976), não menciona ganhos de produtividade na indústria têxtil, o que explicaria os efeitos da elevação dos salários na competitividade das exportações.

O processo de desenvolvimento da indústria de ferro e aço se estendeu a partir dos anos 1960 e no início da década de 1980, 80% do aço provinha dessas aciarias, onde os ganhos de escala foram consideráveis.

A construção naval foi financiada pela iniciativa privada a taxas de juros inferiores às prevalecentes no mercado, vantagens estas reduzidas na década de 1970. Em 1972, destinou-se em orçamento público cerca de quatrocentos milhões de dólares para subsidiar empréstimos bancários a armadores.

O terceiro ramo industrial favorecido pela política oficial foi o da indústria automobilística, reinstalada a partir da segunda Guerra Mundial. O impulso maior deu-se a partir do aumento da demanda de caminhões pelo exército norte-americano na guerra da Coreia. Para essa indústria, acionaram-se políticas protecionistas além de vantagens financeiras, concessões fiscais e subsídios. Juntamente com essa política oficial o governo japonês ainda estimulou a celebração de acordos com fabricantes estrangeiros de automóveis, para aperfeiçoar a tecnologia do País nessa atividade. Entre 1955 e 1967, a produção de veículos automotores cresceu 44 vezes. Veículos particulares, de uma produção de 20 mil em 1955 atingiu 1.376 mil em 1967; e os comerciais, de 50 mil veículos em 1955, atingiu 1.771 mil em 1967.

O mercado da indústria automobilística foi basicamente o doméstico, o que motivou o governo japonês, a

partir de 1965, a investir em estradas de rodagem. O aumento da demanda interna promoveu ganhos de escala, o que associado ao perfil tecnológico, viabilizou o comércio a nível internacional ainda na década de 1960 (Allen, 1981, pp. 100-135).

II.5.2. EXPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL NO JAPÃO

O desenvolvimento industrial e a alteração de vantagem comparativa na produção de bens capital-intensivos no Japão determinaram uma nova estrutura de produção voltada para exportação na fase posterior à segunda guerra mundial.

A mudança no perfil industrial foi acompanhada, naquele período, por uma tendência quase que generalizada no âmbito industrial, de produção orientada para exportação. Nesse processo de desenvolvimento industrial, o crescimento econômico e o da renda elevaram os custos de mão-de-obra, (sem o correspondente aumento de produtividade) comprometendo a competitividade dos produtos japoneses no exterior, que cederam lugar para as exportações intensivas em capital.

As exportações da indústria pesada, (intensivas em capital) acompanhando a mudança do perfil industrial da economia japonesa no pós-guerra aumentaram sua participação no total de manufaturados exportados, entre 1952 e 1970. Considerou-se como indústria pesada os gêneros industriais: química, ferro e aço, metais não ferrosos, outros metais, maquinária, máquinas elétricas, equipamento de transporte e

instrumentos de medição, por serem setores predominantemente básicos.

QUADRO II - EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS			
Período	%	Período	%
1952	43,3	1964	59,5
1956	40,0	1968	71,1
1960	46,5	1970	74,2

Fonte: Rapp, Willian V. Firm Size and Japna's Export Structure: A Microview of Japan's Changing Export Competitiveness Since Meiji", in Japanese Industrialization and its Social Consequences. Edited by Hugh Patrick, 1976, pp. 226-227.

A partir de meados da década de 1960 as exportações da indústria de base no Japão preponderaram sobre as da indústria leve. Em fins dos anos 1960 e em 1970 a participação dessa indústria superou 70% das exportações de manufaturados (Rapp, 1976, pp. 201-248).

Esse período é importante para análise desses resultados, na medida em que representou estágio de amadurecimento da indústria de bens de capital naquele país. Nessa fase do desenvolvimento econômico do Japão já se havia concluído o processo de implantação da indústria capi -

tal-intensiva, iniciando-se inclusive uma nova etapa de desenvolvimento que privilegiou basicamente a tecnologia. Essa nova indústria "conhecimento-intensivo" representa hoje nova fase do capitalismo internacional onde o Japão concorre em âmbito mundial com as principais potências econômicas.

O período 1965/70 representou a fase áurea da indústria de bens de capital e nesses anos as exportações desses produtos representaram aproximadamente 70% dos manufaturados exportados. Esse percentual poderá representar uma referência para avaliação dos resultados brasileiros, constituindo-se em meta, ainda que se suponha ser esta uma participação elevada das vendas externas de bens de capital sobre as de manufaturados.

II.5.3. As Exportações de Manufaturados dos Newly Industrializing Countries - NICs

No período posterior à segunda guerra, a reconstrução das economias destruídas marcou uma fase de industrialização na Europa e Japão, economias hoje desenvolvidas. Esse período, que teve duração de aproximadamente duas décadas, correspondeu a um estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial em que as economias ditas hoje desenvolvidas, reestruturaram sua capacidade produtiva priorizando setores básicos da economia. Findo o processo de superação dessa fase, essas economias passaram para um terceiro estágio desenvolvimentista onde o uso de tecnologia mais refina

da substituiu técnicas capital-intensivas.

Durante grande parte do tempo decorrido para aparelhar o parque industrial do centro, as economias periféricas cumpriram suas funções de fornecedoras de insumos e produtos trabalho-intensivos viabilizados pelos baixos custos de salários prevalecentes. As economias dos países periféricos eram basicamente primário-exportadoras e serviam aos interesses industrializantes do centro, fornecendo matérias-primas pouco ou nada beneficiadas.

Ao esgotamento do processo de industrialização do centro corresponderia o acesso de alguns países subdesenvolvidos à essa nova etapa do capitalismo, os quais passariam a ocupar o espaço deixado por aquelas economias.

Na América Latina, vários países adotaram políticas substantivas de importação, cuja última etapa se daria com a estruturação da indústria pesada. Essa estratégia no Brasil foi acompanhada do aumento das exportações de bens de capital e dentro desse contexto se avalia o comportamento das exportações de manufaturados do Brasil em relação aos demais NICs.

II.5.4. EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL - BRASIL INTEGRADO AOS NICs

Consideram-se NICs, basicamente, os novos exportadores de manufaturados. A lista de países integrantes dessa conceitação é variável de acordo com a instituição que se incumbe de ordená-los. Turner e outros (1982, p.6) para o fim a que se propõe o estudo, classificam os seguintes países nessa categoria: Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong e Singapura na Ásia; Brasil, México e Argentina na América Latina; e Índia no Sul Asiático. A OCDE inclui, Grécia, Portugal, Espanha e Iugoslávia na Europa. O Ministério das Relações Exteriores e a Comunidade das Nações Britânicas consideram: Israel no Mediterrâneo; e Irã, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia na Ásia, sugerindo ainda, Polónia, Romênia e Hungria no Leste Europeu.

Para o objetivo deste texto considerar-se-ão os seguintes países mencionados por Bradford (1982). Hong Kong, Coreia do Sul, Formosa, Argentina, Brasil, Colômbia, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia. Desta lista, os cinco primeiros integrando o rol dos NICs e a segunda metade, correspondendo ao grupo de países a serem integrados proximoamente ao elenco das nações NICs - "Next Tiers".

A razão desta redução do número de países analisados deve-se à não disponibilidade de dados nesta análise com a abertura que se necessita para este fim.

Estudo de Bradford (1982, pp.7-24) mostra a importância dos NICs no comércio de manufaturados. Estes surgem no cenário mundial como economias que passam por transformações estruturais correspondentes à nova divisão internacional do trabalho, onde lhes cabe a adoção de técnicas capital-intensivas para produção de manufaturados. Os atuais e próximos NICs são os responsáveis pela produção de bens de capital e intermediários, posição essa ocupada com a relativa renúncia dos países desenvolvidos na produção desses bens. Os próximos NICs, ocupariam por essa mesma razão, a função de produtores de bens intermediários por levarem relativa vantagem nessa área.

QUADRO III - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS-NICS E NEXT TIERS - 1975				
PAÍSES	BENS DE CAPITAL (1)	BENS (2) INTERM.	SUB TOTAL	BENS DE CONSUMO
<u>NICS</u>				
Hong Kong	14,1	20,4	34,5	65,5
Coréia do Sul	12,2	43,1	55,3	44,7
Formosa	19,3	38,0	57,3	42,7
Argentina	25,8	67,1	92,9	7,1
Brasil	31,5	51,3	82,8	17,2
<u>NEXT TIERS</u>				
Colômbia	7,9	68,6	76,5	23,5
Malásia	15,9	72,2	88,1	11,9
Paquistão	2,0	84,4	86,4	13,6
Filipinas	0,4	60,0	60,4	39,6
Tailândia	3,8	72,6	76,4	23,6

(1) Inclui bens de consumo para engenharia

(2) Inclui têxteis e miscelânea

Fonte: Chenery and Keessing, 1979, p.31 - citado em
Bradford, 1982, p. 15

Considerando-se agrupadamente exportações de bens de capital e intermediários, o Brasil colocou-se em quarto lugar no ano de 1975 entre os países aqui considerados. Dentre os exportadores de bens de capital a posição brasileira é de liderança, com 31,5% de sua pauta de exportáveis, naquele ano.

Empiricamente supõe-se que países importantes na classificação dos NICs como, Brasil, México e Argentina, pelos altos níveis de investimentos em capital físico per capita tendem a ser grandes exportadores de produtos da indústria de base, que são capital-intensivos (Bradford, 1982, pp. 7-24).

Em que pesem alguns questionamentos acerca dos critérios utilizados para classificação de países - Nics e NEXT TIERS - pode-se analisar a posição brasileira frente aos demais países integrantes desse agrupamento. Ainda que o grupo dos Próximos NICs se baseie na vantagem relativa obtida com exportações de bens intermediários, a participação das vendas de bens de capital da Malásia é superior a de alguns países classificados como NICs e mesmo assim esse país é visto como próximo integrante do primeiro grupo.

A explicação provável para isso reside no desenvolvimento industrial desses países. Enquanto a indústria em países como, Malásia, Paquistão, Tailândia e Colômbia participam com, 15%, 15%, 18% e 21% respectivamente do

PIB, Hong Kong, Coréia, Argentina e Filipinas participam com 27%, 25%, 29% e 24% do PIB⁽⁷⁾. A indústria brasileira em 1970 participou com 35,9% do PIB e em 1979/80, 33,4%, o que destaca o país dos demais países relacionados (Serra, p.8).

Norteando-se por essa descrição, a análise das exportações capital-intensivas brasileiras permitirá a obtenção de indicações acerca do grau de estruturação industrial e de comércio exterior que se atingiu na década de 1980.

Parece razoável supor-se que a participação de exportações capital-intensivas sobre o total de exportações da indústria japonesa nos anos 1965/70, quando esta atingiu índices superiores a 70%, se constitui em meta bastante otimista para o Brasil ou mesmo para os NICs em seu conjunto. Todavia, procurar-se-á avaliar os resultados brasileiros das exportações da indústria pesada à luz dos parâmetros aqui definidos pelos NICS e pela economia japonesa.

(7) Dados referentes à média do período 1970/79 colhidos do Yearbook of Accounts Statistics - United Nations - 1980 - Vol. II - International Tables.

III. ANÁLISE DA HIPÓTESE ESTRUTURAL SOBRE OS SUPERÁVITS COMERCIAIS

Neste capítulo procura-se demonstrar a reversão dos saldos comerciais da pauta de produtos manufaturados brasileira à luz da transformação ocorrida na economia a partir da industrialização substitutiva de importações.

Os saldos comerciais são apresentados sob duas classificações distintas: categoria de uso da indústria e gêneros industriais, isolando-se em ambas os valores de importação e de exportação.

Na parte referente à primeira classificação, inicia-se descrevendo a evolução da indústria de bens de capital no Brasil, apontando-se algumas medidas importantes de política econômica para esse processo, a partir de 1955 até 1970. Posteriormente, analisam-se os dados de comércio internacional com vistas à participação percentual sobre a pauta de manufaturados e em relação ao PIB, adotando-se como critério para periodização dos dados, as inflexões da política econômica brasileira e internacional, bem como a própria oscilação verificada nos saldos comerciais. Neste sentido, determinaram-se três períodos para efeito de análise, que serão mantidos em todo decorrer deste estudo: 1974-76; 1977-79; 1980-84.

Os dados aqui apresentados foram inflacionados a preços de 1985 pelo Índice de Preços no Atacado para produtos industrializados dos EUA, já que os resultados comerciais são dados em dólares americanos e os produtos analisados são os integrantes da pauta de produtos industrializados.

Na sequência, são apresentados alguns dados referentes ao grau de abertura de economias de países aqui tratados para subsidiar a análise dos resultados brasileiros. A análise posterior àquela adotada por categoria de uso é feita de acordo com a classificação por gênero de indústria discriminando-se em dois grupos: Indústrias não Tradicionais (INT), subdividido em Indústrias Dinâmicas e Intermediárias, e Indústrias Tradicionais (IT).

III.1 - Interpretações Alternativas para os Saldos Comerciais Brasileiros

A tese defendida por Castro (Castro, 1985, pp. 8/9) atribui à maturação de Investimentos gerados no II PND a responsabilidade pelos superávits comerciais brasileiros nos anos 80, o que seria suficiente para considerá-los de ordem estrutural.

A segunda tese que condiciona os resultados de comércio à política econômica, vincula-se à política norte-americana como geradora de recessão econômica a nível interno.

Na interpretação de Castro, a partir de 1979-80 a política de investimentos, que foi implementada no período abrangido pelo II PND (1975-79), começa a se fazer sentir. É a partir desse biênio que a maturação dos investimentos nos setores priorizados pelo II PND - Indústria de Bens de Capital, Indústria Eletrônica de Base e da área de Insumos Básicos (II PND, 1974, pp. 38/39), determinou a redução das importações e até viabilizou exportações. A indústria nacional teria portanto se aparelhado no "período Geisel" para substituir importações pela produção interna gerando inclusive excedentes exportáveis. Conclui-se, então, pelo caráter estrutural dos saldos de comércio, porquanto sustentados pelo amadurecimento do parque produtivo nacional nos setores de infra-estrutura da economia.

A tese alternativa à defendida por Castro é apresentada por Tavares (1985, pp. 5/20), que enfatiza a política norte-americana de geração de déficits como principal responsável pelos superávits comerciais brasileiros nos anos 80.

A política econômica norte-americana na gestão Reagan tem se caracterizado por elevados déficits fiscal e comercial. O primeiro decorre: (a) do giro da dívida que tem permitido àquele país atrair capitais forâneos das principais economias desenvolvidas, devido às taxas de juros oferecidas para aplicação de capitais a curto prazo; e (b) dos gastos militares. O segundo, explica-se pela iniciativa do governo americano de dar prioridade às novas indústrias de tecnologia de ponta e ao setor de serviços, em detrimento da indústria pesada (Tava-

res, 1985a, pp.18).

A descaracterização da condição de liderança da indústria pesada no processo de crescimento econômico nos EUA, cedendo lugar para aquela de tecnologia mais avançada, tem viabilizado exportação de produtos industrializados para aquele país em função do acirramento da concorrência internacional na disputa daquele mercado, no que tange aos produtos da indústria pesada. Nesse processo, as exportações brasileiras a partir de 1982 aumentaram sua participação naquele mercado em detrimento dos demais. A pauta de exportação de produtos industrializados para os EUA em 1974 representava 25% sobre o total das exportações; em 1983 esse percentual se elevou para 31% e, em 1984, para 36% (tabela 1) ⁽⁸⁾. Como contingência de políticas econômicas externas conforme tratado, decorre que a política interna torna-se igualmente recessiva àquela implementada nos países industrializados. A política de endividamento praticada pelo governo norte-americano, ao elevar as taxas de remuneração dos capitais aplicados naquele país, determinou nas demais economias, políticas monetária e fiscal restritivas. Neste sentido, o Brasil não se constituiu em exceção, muito ao contrário. A recessão a que se submeteu o País no início da década de 80, sem dúvida exerceu papel de destaque na retração das compras internacionais ao mesmo tempo em que induziu os industriais locais a procurarem mercados externos para reduzir a

(8) As tabelas citadas encontram-se ao final do texto e apresentam grau de detalhamento maior que os quadros constantes do capítulo.

ociosidade em suas empresas.

Não nos parece, até este ponto, que as interpretações sobre a evolução do comércio internacional brasileiro possam ser consideradas mutuamente excludentes. Detalhamento maior neste sentido será elaborado a seguir onde se abordarão os resultados comerciais do País nos períodos assinalados.

III.2 - A Formação da Indústria de Bens de Capital no Brasil

O surgimento da indústria de base no Brasil, conforme descrito por Lago (1979), antecede na verdade a estratégia substitutiva de importações reforçada na década de 1960.

Políticas econômicas, em geral não deliberadas, implementadas desde o final do século XIX marcaram o surgimento e posterior crescimento dessa indústria até sua estruturação nos níveis em que se encontra nos anos 1980. Antecedendo os anos 1920, a produção de base da economia se voltou para equipamentos de uso agrícola e materiais de transporte. Duas décadas depois com a implantação de grande número de indústrias nacionais nos gêneros indústrias, mecânica, material de transporte (ferroviário) e material elétrico e de comunicação, a indústria ganhou maior dinamismo e nos anos 1950 o ingresso de empresas multinacionais se intensificou, especialmente no setor automobilístico e de equipamentos de infra-estrutura. No final dessa década, mais de 3/5 do consumo aparente de bens de capital era suprido internamente.

Nos anos 1960 e posteriormente, o dinamismo da indústria pesada no país deu-se fundamentalmente em função da política econômica adotada, a qual será descrita resumidamente a partir da descrição de Lago, 1979, enfocando-se somente as principais medidas.

ELENCO DE MEDIDAS EM FAVOR DA ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE BENS
DE CAPITAL NO BRASIL - 1955/1970

- (1) Pagamento de importações de máquinas sob a forma de participação em cruzeiros no capital da empresa demandante do equipamento (1955);
- (2) criação dos grupos executivos durante o governo JK (1956);
- (3) simplificação do sistema de taxas múltiplas de câmbio (1957);
- (4) modificação da estrutura tarifária (1957);
- (5) concessão de crédito pelo Estado (1956/61), especialmente pelo BNDE;
- (6) criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial (1964);
- (7) transformações no Sistema Financeiro Nacional (1964);
- (8) transformação da Comissão de Desenvolvimento Industrial em Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) (1968);

- (9) alteração da política cambial (1968);
- (10) instituição de programas de longo prazo pelo Estado através da FINAME (1971);
- (11) adoção do princípio da similaridade nacional para compra de bens industriais (1968/73);
- (12) implantação de programas de expansão em setores de base da economia (1968/70).

A primeira medida de política econômica citada visou facilitar importações de bens de capital e assegurava desde que o bem a ser importado pelo investidor estrangeiro fosse classificado nas categorias I, II ou III do sistema de taxas múltiplas de câmbio⁽⁹⁾, o direito de o importador participar do capital da empresa demandante do equipamento, como forma de pagamento da importação.

A criação de Grupos Executivos durante a gestão Juscelino Kubitschek viabilizou a consecução dos objetivos constantes do Plano de Metas através de favorecimentos cambiais e fiscais, como exemplo, tratamento cambial favoreci

(9) O sistema de taxas múltiplas de câmbio foi instituído em outubro de 1953 através da instrução 70 da SUMOC e da lei nº 2145 introduzindo o sistema de leilões de câmbio. Classificaram-se as importações em cinco categorias em função de sua essencialidade, e a cada uma delas correspondendo taxas diferenciadas de câmbio (Baer, 1982, p. 45).

do ou isenção de impostos de importação. Esta medida, ainda que não tenha sido específica para bens de capital (aplicou-se à indústria como um todo), foi aplicada também para esse setor da economia. O modelo utilizado pelo grupo que se incumbiu de estimular a implantação do setor pesado foi semelhante ao primeiro Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) em 1956.

A terceira medida listada consistiu na redução do número de categorias das taxas múltiplas de câmbio, de cinco para duas: geral e especial. Para a categoria geral, onde se enquadravam os bens de capital, manteve-se o sistema de leilões até março de 1961 e a taxa cambial para essa categoria era inferior à referente à categoria especial. Nesta, enquadravam-se bens de produção ofertados internamente em quantidades suficiente para o atendimento da demanda interna.

A mudança da estrutura tarifária cuidou de introduzir conjunto de tarifas "ad valorem" com caráter protecionista às importações de bens de capital com tributação em cascata.

Em quinto, destaca-se o Estado como financiador de investimentos, que a partir do período 1956/61 procurou se voltar para o financiamento da produção e comércio de bens de capital. Em 1952 foi criado o BNDE, porém até o subperíodo mencionado este órgão esteve voltado basicamente para o financiamento aos setores de energia elétrica, trans

porte e siderurgia.

A criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial, reunindo os antigos Grupos Executivos, procurou estimular investimentos industriais, o que aumentou o número de projetos pelo órgão nos períodos seguintes à sua implantação.

A transformação no Sistema Financeiro Internacional visou ao favorecimento de crédito para investimento, o que o capacitou a oferecer crédito à Indústria.

Mais tarde, transformou-se a antiga Comissão de Desenvolvimento Industrial em Conselho, hoje, CDI, encarregado da execução da política industrial. Na esfera do setor de bens de capital sua atuação consistia na concessão de incentivos incluindo: isenção de impostos sobre a importação desses bens; crédito de IPI ao comprador de equipamento nacional; e a depreciação acelerada para esses bens de fabricação nacional, para efeito de imposto de renda.

Em agosto de 1968, implantou-se no País o sistema de minidesvalorizações cambiais, o que reduzia riscos de variações acentuadas da taxa de câmbio. Essa política logrou resultados favoráveis como se constatou posteriormente em 1970 e 1971, quando a desvalorização cambial relativizada pela variação de preços nos EUA foi superior à variação dos preços internos dos bens de capital.

Em fins de 1971, substituíram-se programas de médio prazo pelo de longo prazo (FINAME) no intuito de facilitar a compra de máquinas e equipamentos de grande porte. O prazo de financiamento inicialmente foi dilatado para oito anos e posteriormente ampliado para quinze anos. Além disso, contribuíram: o maior prazo de carência, a correção monetária reduzida e os juros baixos.

A isenção de importos de importação no período 1968/73 implicando em medida de caráter não protecionista à indústria de bens de capital foi obstada pela lei do similar nacional, contribuindo assim para o fortalecimento dessa indústria nacional.

Finalmente, os programas de expansão econômica voltados para setores de base (siderurgia, petroquímica, construção naval e aeronáutica) representaram importante fator de demanda por bens de capital de produção interna e externa (Lago, 1979, pp. 95-148).

Como efeito desse elenco de medidas citadas verificou-se o crescimento das importações e da produção interna de bens de capital representados aqui por produtos das indústrias, mecânica, de máquinas-ferramenta e material de transporte por falta de melhores indicadores para a época. Entre 1955/1961, a produção física interna da indústria mecâni-

ca cresceu 113%, enquanto os valores de importações em dólares CIF no período 1957/61 cresceram 12%.

Para máquinas-ferramenta registrou-se crescimento de 161% na produção física interna entre 1955/61; e 217 % na importação em dólares CIF.

A indústria de material de transporte (caminhões, ônibus e aviões leves) aumentou sua produção, entre 1957/61, em 65%.

No período 1962/67, os reflexos da recessão fizeram-se sentir na indústria de base. O gênero mecânica teve suas importações reduzidas em 9% no período, computados em dólares CIF e os valores reais de produção nesse gênero, cresceram 12% no período.

Entre 1968 e 1973, período de ascensão cíclica, registrou-se crescimento acentuado da produção e das importações de bens de capital. No subperíodo 1971/73, os valores de importações cresceram 65% e a produção interna, 56% na média dos gêneros, mecânica, material elétrico e de material de transportes.

Posteriormente à fase áurea da economia brasileira, a política econômica governamental foi consubstanciada no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que substituiu importações de bens intermediários e estimulou a

indústria de bens de capital. Nesse plano a presença do Estado produtor foi fundamental juntamente com o BNDE e o CDI.

Entre as metas traçadas no II PND, constava a substituição acelerada de importações de bens de capital e insumos básicos, entre outros.

Para a consecução desta e das demais metas, as autoridades se incumbiram de: (a) transferir poupança financeira privada, antes voltada para financiar bens de consumo duráveis, para investimentos; (b) atrair recursos externos de empréstimos e investimento, para projetos de exportação; (c) destinar poupança compulsória (PIS/PASEP) para o BNDE com o intuito de fomentar a produção de bens de capital; (d) direcionar subsídios aos investimentos através do CDI Para importação de máquinas e equipamentos; (e) acionar programas estatais de investimento e produção nos setores de atividade respectivos.

Os resultados positivos destas meedidas, entre outras, manifestaram-se na indústria de bens de capital até 1976. Entre 1973 e 1976, a participação dessa categoria de uso no total da produção de manufaturados foi de 32% contra 23% entre 1970/73. No quinquênio 1976/80, essa participação decresceu ao nível de 10%.

Bens intermediários participaram na produção industrial com 9%, 13% e 21%, respectivamente, nos perío-

dos, 1970/73, 1973/76 e 1976/80 (Serra, 1982b. p. 120).

Neste sentido, poder-se-ia dizer que o II PND promoveu resultados favoráveis no início da vigência do plano, o que de certa forma contribui para os resultados verificados nos primeiros anos da década de 1980 em relação à estruturação da indústria brasileira no que concerne à produção. As exportações de bens de capital e intermediários, como sinalizadores de estrutura dos superávits, de certa forma, refletiram a situação a que se chegou na indústria brasileira.

III.3 - Saldos Comerciais Brasileiros por Categoria de Uso

No período compreendido por esta análise, pode-se constatar a transformação dos resultados comerciais em cada uma das categorias de uso da indústria, revertendo resultados comerciais deficitários para superavitários ou simplesmente elevando superávits já registrados nos primeiros anos aqui considerados. Entre 1974 e 1984, o saldo comercial da pauta de produtos da indústria de transformação em dólares constantes passou de um déficit de US\$ 10,3 bilhões para um superávit de US\$ 13,1 bilhões (tabela 2). Essa alteração nos resultados comerciais foi gradativa ao longo do período analisado registrando reversão em 1979.

As importações que montavam a US\$ 17,1 bilhões em 1974 reduziram-se para US\$ 4,9 bilhões em 1984 (tabela

la 3), sendo que ao longo desses onze anos estas decresceram gradativamente de 1974 até 1977, permanecendo ao redor de US\$ 11,5 bilhões entre 1977 e 1980, declinando a seguir até 1984.

Os valores de exportação mantiveram-se entre 1974 e 1976 em torno de US\$ 6,7 bilhões e a partir de 1977 até 1981 registraram crescimento. Em 1982, período que entremeou a fase mais aguda da recessão interna, estes valores foram reduzidos e em 1983 e 1984 voltaram a subir, com maior intensidade em 1984, ano de crescimento das importações americanas (tabela 4).

III.3.1 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO

Quadro IV

Categoria de Uso	1974/1984		1974/1976		1977/1979		1980/1984	
	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$
B. Capital	41	1,7	41	2,8	43	1,6	40	1,2
B. Interm.	46	1,9	46	3,2	44	1,7	46	1,4
B. C. Dur.	4	0,2	4	0,2	5	0,2	4	0,1
B. C. não Dur.	9	0,4	9	0,6	8	0,3	10	0,3

Valores inflacionados para dólares de 1985

Fonte dos dados brutos: CACEX e PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO - BANCO CENTRAL DO BRASIL

Os dados do quadro acima evidenciam uma pauta de importações bastante rígida no que concerne à composição por categoria de uso. Bens de Capital representaram em termos médios no período, 41% da pauta de manufaturados sendo que no sub-período 1977/79 registrou-se aumento da participação relativa quando comparado com o anterior e posteriormente no subperíodo 1980/84 reduziu-se essa participação. Bens Intermediários, cuja participação média no período foi de 46% da pauta, reduziu sua participação apenas no subperíodo 1977/79, contrapondo-se aos de Bens de Capital. No que se refere a Bens de Consumo, as importações além de reduzidas, relativamente às demais categorias, apresentaram pouca oscilação.

Os dados apresentados tornam-se mais significativos quando relativizados pelo PIB. Sob este enfoque, verificou-se para a categoria de Bens de Capital comportamento declinante, com participação maior entre 1974 e 1976. O mesmo aconteceu com Bens Intermediários, porém com maior intensidade, o que enfatiza a tendência substitutiva de importações voltada para essa categoria. Bens de Consumo mantêm relativa estabilidade quando relativizados pelo PIB, porém o declínio maior das compras internacionais em Bens de Consumo, verificou-se nos itens não duráveis.

A categoria Bens de Capital no período analisado apresentou inflexões nos valores de importações em termos constantes em vários períodos (tabela 3). O crescimento desses valores em 1975 relativamente a 1974 foi seguido de queda em

1976 e 1977. Em 1978 esses valores cresceram para iniciar processo de queda até 1984. As quedas mais acentuadas ocorreram em 1981 e 1983, anos marcados pela recessão em sua fase mais acentuada. Em 1984, esses valores mantêm o comportamento de queda.

Tomando-se os valores extremos registrados em 1975 e 1984, US\$ 7,1 bilhões e US\$ 2,0 bilhões respectivamente, para essa categoria de uso, verifica-se que o declínio das compras internacionais foi praticamente generalizado entre os itens integrantes da pauta. Dentre estes, todavia destacaram-se pela redução verificada, os itens: caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; e veículos terrestres considerados nesta categoria.

As importações de Bens intermediários reduziram-se também gradativamente ao longo do período em análise, sendo que os valores extremos inflacionados registraram-se em 1974 e 1984; US\$ 9,3 bilhões e US\$ 2,1 bilhões, respectivamente. Nesta categoria de uso destacaram-se pelas reduções mais acentuadas, os metais e suas obras, a exemplo de: ferro fundido, ferro e aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e ferramentas e artigos de cutelaria.

As importações das indústrias químicas, que se mantiveram relativamente estáveis entre 1974 e 1978 registraram elevação nos valores de importação a partir de 1979 até 1980, para iniciar processo de queda até 1984.

As compras externas de Bens de Consumo reduziram-se também gradativamente entre 1974 e 1984, porém a participação desta categoria na pauta de manufaturados, relativamente às demais, foi pouco significativa.

A estratégia substitutiva de importações adotada no país afetou genericamente a pauta de industrializados, porém com maior ênfase aos Bens Intermediários. A redução das compras, que para a indústria de transformação foi de 71% em 1984 relativamente a 1974, quando analisada em dólares constantes, foi mais acentuada para os bens intermediários (77%), seguidos pelos Bens de Capital (68%), Consumo Duráveis (60%) e Não-Duráveis (40%).

III.3.2 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO

Quadro V

Em dólares de 1975

Categoria de Uso	1974/1984		1974/1976		1977/1979		1980/1984	
	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$	%	$\frac{M}{PIB}$
B. Capital	17	0,7	17	0,5	19	0,6	17	0,9
B. Interm.	29	1,3	23	0,7	23	0,8	35	2,1
B. C. Dur.	10	0,4	9	0,2	10	0,3	10	0,5
B. C. não Dur.	45	1,9	51	1,5	48	1,6	38	2,2

Valores inflacionados para dólares de 1985

Fonte dos dados brutos: CACEX e PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÔMICO - BANCO CENTRAL DO BRASIL - ago/86

A rigidez que marcou a pauta de importações em relação à distribuição por categoria de uso também se constatou a nível de exportações, excetuando-se o subperíodo 1980/1984, quando os produtos intermediários elevaram sua participação relativa em detrimento dos não-duráveis de consumo. A categoria Bens de Capital aumentou sua participação relativa na pauta de industrializados no subperíodo 1979/82 (tabela 7) quando se manteve em 20% para todo o quadriênio, para em seguida diminuir para 14% em 1983 e 11% em 1984.

As vendas externas de Bens intermediários apresentaram crescimento mais uniforme ao longo do período 1974/ 1984 chegando a 42% das exportações industriais em 1984 (tabela 7).

Bens Duráveis de Consumo mantêm participação relativamente uniforme ao redor de 10%, enquanto os não duráveis comportaram-se de forma declinante.

Neste sentido, a liderança do crescimento das exportações durante a fase analisada coube aos Bens Intermediários, cuja produção foi estimulada pelo II PND e que corresponde ao papel que se definiu para os NICs.

O comportamento da economia no período 1974/1984 manifesto pela variação do PIB fez com que a rigidez dos valores de exportação de bens de Capital, correspondessem maiores participações daquelas exportações no total do Produto

interno. Assim, as vendas de Bens de Capital ao exterior, que correspondiam a 0,5% do PIB em 1974/76 passaram a representar em 1980/84, 0,9%. Essa participação cresceu exatamente nos anos 1980, marcados pelo desaquecimento da economia.

Essa mesma relação para os Bens Intermediários apresentou crescimento mais marcante ao longo do período, dado que além do desaquecimento econômico indicado pelo comportamento do PIB, essas exportações também cresceram relativamente às demais, em termos de participação na pauta. Essa relação apresentou crescimento maior em 1983 e 1984 (2,5% e 3,6%, respectivamente) (tabela 8).

Os valores exportados de Bens de Consumo (duráveis e não duráveis) em relação ao PIB também registraram maior crescimento nos anos 1980 com seu auge em 1984 (0,7% para os duráveis e 3,3% para os não duráveis).

As exportações de bens de capital que mais contribuíram para reversão dos sinais nos saldos comerciais, de negativos para positivos foram os relativos a caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Na categoria de uso Bens Intermediários, as exportações que mais cresceram foram as das indústrias: química; papel e papelão; e metais em geral, produtos priorizados no II PND.

As exportações de produtos químicos cresceram em maior proporção no ano de 1984, o mesmo tendo se verificado para o item ferro fundido, ferro e aço, integrantes do capítulo referente a metais.

Entre os Bens de Consumo Duráveis, o crescimento distribuiu-se mais uniformemente entre os itens integrantes da pauta.

Pela influência simultânea da redução de compras internacionais e crescimento das vendas, o comportamento dos saldos comerciais das categorias de uso da indústria nacional foi marcado pela reversão de sinais no período compreendido por esta análise. No cômputo referente ao total da indústria de transformação a reversão ocorreu em 1979, registrando maiores oscilações nos períodos 1981, 1983 e 1984. Nos dois primeiros, motivados pela fraca demanda interna que desviou a oferta para o exterior e, em 1984, principalmente pela maior demanda americana por produtos brasileiros.

Na indústria de Bens de Capital, a reversão do sinal negativo só ocorreu no ano de 1983 com um superávit de US\$ 0,3 bilhões, ainda que o processo de transformação da condição de importador líquido para a de exportador líquido tenha se manifestado em todo período analisado (tabela 2).

Esse mesmo processo ocorrido na categoria de Bens Intermediários provocou a reversão da condição impor-

tadora para a de exportadora nos saldos, em 1981, superávit este que cresceu em 1982 e especialmente em 1983 e 1984 de forma mais acentuada. Nessa categoria, a transformação na condição importadora para exportadora líquidas é mais nítida, já que em 1974 registrava-se um déficit de US\$ 7,6 bilhões e, em 1984, registrou-se um superávit de US\$ 5,5 bilhões, em valores reais (tabela 2).

Para as duas categorias de Bens de Consumo acentuou-se a condição de exportador líquido, que já se manifestava em meados da década de 1970. O superávit de US\$ 93 milhões alcançado pelos bens duráveis em 1975 evoluiu para US\$ 1,2 bilhões em 1984. Os itens não duráveis que em 1974 apresentavam US\$ 2,0 bilhões de superávit, em 1984 atingiram um saldo favorável ao país de US\$ 6,3 bilhões (tabela 2).

Comparando-se os períodos de 1974 e 1984 pode-se dizer que as políticas implementadas no país, promoveram um decréscimo de US\$ 12 bilhões referentes à contenção de importações industriais em valores reais, ao mesmo tempo em que permitiram crescimento real dos valores de exportações industriais de US\$ 11 bilhões.

Em outras palavras, o superávit gerado pela estruturação industrial que em certa medida se refletiu nos saldos comerciais foi utilizado no cumprimento de obrigações financeiras decorrentes do endividamento externo brasileiro agravado com a crise financeira internacional em fins

dos anos 1970 e início dos anos 1980.

III.3.3 - Grau de Abertura da Economia⁽¹⁰⁾ - Japão e NICs

O desenvolvimento da indústria de base no país foi acompanhado de um relativo fechamento da economia para o exterior, o que se percebe pelos dados dispostos na tabela 8, onde são apresentados dados referentes a esse indicador para Japão e NICs. Esses dados, resumidos no quadro a seguir, demonstram a pequena abertura da economia brasileira para o exterior quando comparada com outros países.

Quadro VI

GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA - JAPÃO, NICS e NEXT TIERS

Países	1974/198	1974/1976	1977/1979	1980/1984
- Japão	22	22	19	23
<u>NICS</u>				
- Argentina	15 (1976/83)	...	15	16 (1980/83)
- Brasil	17	21	13	17
- Coreia	59	57	54	63
<u>NEXT TIERS</u>				
- Colômbia	23	24	24	22
- Filipinas	36	40	35	35
- Malásia	86	78	83	91
- Tailândia	40	37	41	41

Fonte dos dados brutos: International Financial Statistics -
Anuário 1985

(10) O grau de abertura da economia é definido pelo valor das importações acrescido do valor das exportações e dividido pelo PIB.

O grau de abertura médio da economia brasileira no período 1974/1984 só é maior, entre os países listados, do que a Argentina, cujo cálculo se refere ao período 1977/1983. Mesmo assim, no subperíodo 1977/1979 esta relação para o Brasil é menor do que aquela da Argentina.

A comparação com os dados para a economia japonesa evidencia o anteriormente descrito no que trata da relativa paralização do desenvolvimento do comércio externo brasileiro. A estratégia substitutiva de importações em sua última etapa no Brasil se ateve aos bens de produção. A etapa seguinte decorrente do processo mundial de acumulação não foi adotada no Brasil ao contrário do ocorrido no Japão.

Aquela economia, apresentou no período considerado neste texto, um grau de abertura superior ao brasileiro, intensificando-se na primeira metade dos anos 1980 quando atingiu em média 23% do Produto interno daquele país. A economia brasileira, ao contrário, apresentou declínio nessa relação no mesmo período, atingindo 17% do PIB.

Nas demais economias relacionadas no quadro, os valores de importação mantêm-se próximos aos de exportação o que no caso brasileiro não ocorre em função da necessidade de se gerar excedentes para transferência ao exterior, principalmente sob a forma de juros da dívida externa.

O superávit comercial brasileiro portanto, foi

promovido com o intuito de saldar os compromissos gerados pelo endividamento externo, o que impediu um maior grau de abertura da economia brasileira, impedindo a implementação de novas estratégias substitutivas de importação, agora voltadas para serviços principalmente, que representa o setor líder no desenvolvimento das economias capitalistas maduras.

Numa análise mais restrita tomando-se por base os dados disponíveis neste estudo referentes às exportações do Japão e dos NICs, estes dados fornecem alguns elementos acessórios para se avaliar a condição comercial brasileira.

As exportações da indústria pesada do Japão⁽¹¹⁾ representando uma "proxy" das exportações de bens de capital daquele país, em 1974 representavam 74,2% das vendas externas de produtos manufaturados; o que sem dúvida representa percentual significativo de condicionante estrutural pelo critério aqui definido.

Tomando-se por base a distribuição percentual por categoria de uso entre os NICs no ano de 1975, a condição de liderança nesta categoria pertencia ao Brasil (31,5%), secundado pela Argentina (25,8%). Ressalve-se que nesta classificação, incluem-se também como bens de capital, os bens de consumo em engenharia.

(11) Química; ferro e aço; metais não ferrosos; outros metais; maquinária; máquinas elétricas; equipamentos de transporte e instrumentos de medição.

Apesar do alto grau de fechamento da economia brasileira, a reversão dos sinais negativos dos saldos comerciais da indústria de transformação, especialmente, bens de capital e intermediários, parece evidenciar o comportamento estrutural dos superávits comerciais. Contudo, há que se ressaltar que os melhores resultados ocorreram a partir de 1981, intensificando-se em 1983 e 1984; e para esses resultados apresentados, o componente conjuntural é relevante, já que a queda de poder aquisitivo interno nos anos recentes de maior recessão determinou: de um lado, a transferência de produtos para o exterior e, de outro, a redução das compras internacionais. Já no ano de 1984, os resultados deveram-se principalmente a outro fator conjuntural determinado pela política norte-americana de geração de déficits comerciais, que se refletiu de forma inversa nos saldos brasileiros, quando os valores de exportação cresceram em termos nominais em 23% de 1983 para 1984; e as importações decresceram apenas 10%.

É entretanto inegável a existência de componentes estruturais nos superávits comerciais brasileiros, mesmo porque para o atendimento da demanda externa de exportações brasileiras motivada por fatores conjunturais externos exige-se a disponibilidade de produtos demandados com características tecnológicas aceitáveis em economias desenvolvidas; e nesse sentido, pode-se dizer que a estruturação da indústria de base nacional, permitiu ao país auferir vantagens da conjuntura externa. Isso não seria possível, caso não se houvesse concluído o processo substitutivo de importações.

Os superávits das indústrias de bens de capital e intermediários que concorreram para a geração de superávits na indústria de transformação como um todo decorreram da industrialização substitutiva de importações adotada nessas categorias de uso e, nesse sentido, cabe uma analogia com o modelo japonês do pós-guerra.

Tanto no Brasil, como no Japão o desenvolvimento da indústria pesada contou com participação ativa do Estado Produtor. O cumprimento de metas delineadas no II PND que teve cunho industrializante, só foi possível dada a presença do Estado que, no caso brasileiro, manteve investimentos, apesar da recessão ocorrida a partir de 1973 no Brasil, até aproximadamente 1976 quando os investimentos privados já se haviam paralisado. Foi na verdade o Estado que permitiu o rompimento de uma tendência histórica de crescimento econômico baseado na indústria de bens de consumo em detrimento da indústria de base.

III.4 - Saldos Comerciais Brasileiros por Gênero de Indústria

Nesta seção os dados referentes ao comércio externo do país são analisados numa outra forma de apresentação por gêneros de indústria. Assim, estes dados são apresentados no texto, destacando-se importações e exportações, em duas grandes categorias - Indústrias não Tradicionais (INT) e Indústrias Tradicionais (IT) - cada uma delas compreendendo vários

gêneros industriais, conforme discriminados nas tabelas 10 a 16 ao final do trabalho⁽¹²⁾. A classificação dos I.N.T. abarcam as indústrias dinâmicas e as intermediárias.

Nas seções seguintes os dados dessas duas categorias são analisados por períodos - 1974-76; 1977-79; 1980-84 destacando-se os principais fatores determinantes dos resultados, sendo que em todos subperíodos a análise dos dados de importação antecede a dos de exportação. Ao final do capítulo é apresentada uma síntese dos resultados.

Os anos seguintes ao primeiro choque do petróleo em 1973 corresponderam a um período de reversão cíclica da economia mundial, passando da fase ascendente para descendente. Nesse momento, o governo brasileiro elaborou um plano considerado de vulto para o país: o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), para o quinquênio 1975-79.

O II PND representou um projeto ambicioso de crescimento econômico do País, exatamente no momento em que se iniciava a fase descendente de ciclo econômico mundial. Desta forma, a opção de crescimento se efetivou com a contratação de

(12) Classificação utilizada por: Tavares, M. Conceição. Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1981.

empréstimos no exterior provocando elevação no nível de endividamento externo do País, que ao longo dos anos que se seguiram, provocou desequilíbrio das contas externas brasileiras. Assim, o setor externo viria a se constituir em um dos principais motivos de preocupação por grande parte da sociedade, além da inflação. O crescimento do endividamento externo foi, em grande medida, responsável pela condução da política econômica implementada no País para gerar saldos comerciais; a partir de então verificou-se a reversão dos saldos comerciais deficitários dos produtos da indústria de transformação.

Ao crescimento do endividamento externo viria a se somar a crise financeira internacional a partir de 1979, aprofundando os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos; agora em decorrência do aumento do serviço da dívida e não exclusivamente em função do ingresso de recursos na forma de empréstimos.

O contexto em que se inserem os valores de comércio externo brasileiro, no período analisado, devem ser situados no encadeamento de conjunturas alternadas de abertura e fechamento da economia conforme abordado por Serra (1982, p. 8), que aponta meados da década de 70 como período de fechamento da economia para o exterior.

III.4.1 - Importações Brasileiras por Gênero de Indústria

A classificação dos dados referentes às importações no período 74/84 em grupos - Indústrias Dinâmicas, Indústrias Intermediárias e Indústrias Tradicionais (Tavares, 1982, p. 92) - permite constatar uma redução maior das compras internacionais para as indústrias dinâmicas em relação aos outros grupos (Quadro VII). Em dólares constantes, as importações das indústrias dinâmicas decresceram em todo o período compreendido por esta análise, representando sensível contribuição para a melhora dos saldos comerciais, que nesse mesmo período apresentaram reversação de tendência (deficitária para superavitária) em razão da proporção do declínio verificado e da participação relativa destes setores em relação ao total da indústria (tabela 10).

Os setores "eleitos" no II PND para liderar o processo de substituição de importações (bens de capital, indústria eletrônica de base e insumos básicos) estão compreendidos no grupo das INT. Os insumos básicos mencionados no II PND referem-se a: produtos siderúrgicos, metais-não-ferrosos, produtos petroquímicos, fertilizantes e defensivos agrícolas; aqui incluídas suas respectivas matérias primas. Além destes, papel e celulose, matéria-prima para a indústria farmacêutica, cimento, enxofre e outros minerais não metálicos. (II PND, 1974, pp. 38/39).

Quadro VII - IMPORTAÇÕES - Taxas de crescimento

	(US\$ constantes)			
	74/84	74/76	77/79	80/84
I.N.T.	-11,1	-12,7	-4,9	-15,6
I.T.	-7,2	-17,4	1,0	-5,1

Em relação ao PIB, em dólares constantes (tabela 3), o Grupo INT também apresenta o maior declínio dos valores de importação, caracterizando comportamento tendencial de queda na relação Importação/PIB. Enquanto a participação das importações de produtos das INT no PIB decresceu de 7,6% em 74 para 2,0% em 84, o mesmo dado para os produtos das IT é de 0,4% em 74 e 0,2% em 1984.

III.4.2 - Exportações Brasileiras por gênero de Indústria

À luz do descrito por Serra (1982, p.8), as exportações no período 1947-80 tiveram menor importância no papel de geradora de demanda voltada para o crescimento econômico. Entre 1968 e 1980, verificou-se a diversificação da pauta de exportações brasileiras em favor dos produtos industrializados, cujos efeitos mais benéficos à economia, estão representados pela menor oscilação dos valores de exportação em decorrência de flutuação de preços nos mercados externos. Dentro da pauta de Industrializados, a maior contribuição para o

aumento das vendas externas foi das INT - crescimento médio no período 74/84 de 13,3% contra 6,8% para o grupo das IT (Quadro VIII).

Quadro VIII - EXPORTAÇÕES - Taxas de Crescimento

	(US\$ constantes)			
	74/84	74/76	77/79	80/84
I.N.T.	13,3	2,4	26,0	11,5
I.T.	6,8	-0,9	13,1	8,3

No total da indústria de transformação, a participação das exportações sobre o PIB evoluiu de 3,2% em 1974 para 8,2% em 1984. A mudança nos patamares desses percentuais registrou-se nos anos de 1980 e 1983, ambas ocorrências posteriores às maiores valorizações havidas na taxa cambial (tabela 13).

III.5 - Período 1974-1976

Quadro IX - TAXAS DE CRESCIMENTO E RELAÇÕES COM PIB

	Importações						Exportações	
	INT		IT		INT		IT	
	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB
1974/76	-12,7	6,1	-17,4	0,3	2,4	1,4	-0,9	1,5
1974	...	7,6	...	0,4	...	1,5	...	1,7
1975	-11,0	6,2	-24,1	0,3	-0,3	1,4	-6,1	1,5
1976	-14,4	4,5	-10,6	0,2	5,0	1,3	4,3	1,3

III.5.1 - Importações

O triênio 1974/76 caracterizou-se por valores elevados de importação em função da necessidade de maior ingresso no País de bens de capital cuja produção interna era ainda insuficiente para atender à demanda imposta pela fase de recuperação econômica iniciada em 1967 (Lessa, 1977, p.52). Destarte, as importações representavam a adequação da nova estrutura industrial, agora voltada para a indústria de base, já que historicamente o crescimento industrial brasileiro se pautou pela liderança dos setores de bens duráveis de consumo. Esta mesma constatação é melhor ilustrada no trabalho de Serra (1982, p.7),

onde se verifica a predominância do setor de bens de consumo duráveis sobre os demais no tocante à produção industrial no período 1949/80. Considerando-se esse período, a produção industrial de bens de consumo duráveis apresentou crescimento médio anual de 15,3%, enquanto a indústria de bens de capital cresceu 12,8%. Para o período de 1973-80 essas taxas foram de 9,3% e 7,4% respectivamente. Constituiu-se em exceção o período de 1973-76, quando a indústria de bens de consumo duráveis cresceu em média 10,3% ao ano e a indústria de bens de capital, 13,0%. Na fase posterior (1976-80) registrou-se novamente o predomínio do crescimento da produção industrial para os duráveis de consumo com uma taxa média anual de 8,6%, enquanto os bens de capital expandiam-se a uma taxa média anual de 3,4%.

No período de 1974-76, onde se explicam os elevados valores de importação pelo descrito acima, também se constatou que eles foram decrescentes, registrando seu auge em 1974. Tal fato se justificou pelo impacto provocado sobre a economia com a majoração dos preços internacionais do petróleo a partir de 1973.

O comportamento das importações nesse triênio correspondeu, portanto, à proposta ambiciosa explicitada no II PND, que se contrapôs à tendência declinante da economia mundial (Serra, 1982, p. 7). O aparelhamento do parque produtivo nacional pressupunha importação de bens intermediários e de capital num primeiro momento do processo de industrialização substitutiva de importações.

As medidas de política econômica que concorreram para redução dos valores da importação entre 1974 e 1976, foram implementados em junho de 1974, a saber: "(1) restauração da maioria das alíquotas aduaneiras que haviam sido objeto de redução ou de isenção em 1973; (2) obrigatoriedade de fechamento, ou de pagamento de câmbio prêvio, para os produtos com alíquotas superiores a 55%; (3) elevação de 100 pontos percentuais da alíquota de um conjunto de bens considerados supérfluos". (Cruz, 1984, pp. 40/41). Além dessas medidas, deu-se continuidade à política de minidesvalorizações da taxa cambial implementada em 1968.

Neste primeiro período analisado, os produtos das indústrias tradicionais mostraram maior redução nos valores de importação (Quadro IX), o que de um lado corrobora a tese de que a industrialização brasileira nessa fase pressupunha maiores importações de bens de capital e, do outro, ilustra o papel desempenhado pela política econômica à época voltada para a retração das compras internacionais, já que a maior contribuição para a queda dos valores importados no grupo das IT foi dada pelas indústrias têxtil e de alimentos.

Na interpretação de Cruz, ainda que a retórica oficial procurasse isolar as importações de bens vinculados ao II PND dessas medidas restritivas, a preocupação fundamental residia na necessidade de atrair capitais externos na forma de empréstimos.

Percebendo-se que o choque provocado pela elevação de preços do petróleo se estendera por prazo maior que o previsto, as preocupações oficiais se orientaram para o âmbito externo e, em fins de 1975, novas medidas cerceadoras de importações foram adotadas, contribuindo para a redução dos valores desse item em 1976. São eles: (1) a ampliação do elenco de itens importados atingidos pelo depósito compulsório de 100% sobre o valor FOB das importações; (2) dilatação do prazo de retenção desse depósito de 180 para 360 dias, e; (3) redução de 25% das importações governamentais registradas em 1975 a vigorar para o ano de 1976.

Nesse triênio a relação importações/PIB situou-se ao redor de 6,1% para o grupo das INT e em 0,3% para o das IT (Quadro IX).

III.5.2 - Exportações

Ao contrário do verificado com as importações, as exportações brasileiras na década de 70 não foram alvo de medidas específicas de política econômica, ao menos com a mesma intensidade das que se verificaram com relação àquelas. Mantiveram-se, contudo, os incentivos creditícios e fiscais à exportação, alterando superficialmente na segunda metade da década de setenta. Além disso, os incentivos creditícios aumentaram à esta época dado o aumento da taxa de inflação sem correspondência nas taxas de juros para financiamentos de exporta -

ções de produtos manufaturados. Os programas de promoção de exportações, a exemplo do Befiex, foram também intensificados nesse período (Moura, 1981, p. 21). O que caracterizou a política econômica da época foi a contradição provocada pela elaboração do II PND num momento de desaquecimento econômico, cujo caráter básico foi o de estimular investimentos embora acelerando a inflação e gerando graves efeitos sobre o endividamento externo do País (Pereira 1983, pp. 120/121). Na medida em que o II PND foi implementado no período em que a economia mundial iniciava uma fase descendente do ciclo, a sustentação das metas propostas somente se daria com o endividamento externo do País.

O período que antecedeu a reversão cíclica de 1974 se caracterizou por farta liquidez internacional, viabilizando o ingresso de capitais externos na forma de empréstimos. Assim, a dívida externa do País se avolumou, agravada ainda pela elevação dos juros internacionais, vindo a comprometer a estabilidade das contas externas brasileiras.

Com o incremento do serviço da dívida, com especial destaque para o componente de juros pagos, fez-se necessária a compensação desta conta, o que somente seria possível com superávits comerciais e/ou com mais endividamento.

Aliadas ao endividamento, as exportações de produtos industrializados neste período analisado contribuíram com pequeno crescimento no que tange às INT (Quadro IX). As IT apresentaram pequena variação negativa nos valores exportados,

efeito da inércia da política econômica, que não priorizou exportações nesse período. A relação exportação/PIB nesse triênio foi de 1,4% para o grupo das INT e 1,5% para o das IT (Quadro IX).

III.6 - Período 1977/1979

Quadro X - TAXAS DE CRESCIMENTO E RELAÇÕES COM PIB

IMPORTAÇÕES					EXPORTAÇÕES			
INT			IT		INT		IT	
	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB
1977-79	-4,9	3,3	1,1	0,2	26,0	1,7	13,1	1,5
1977	-15,3	3,5	7,3	0,2	23,1	1,4	21,8	1,4
1978	0,9	3,2	-10,9	0,2	32,2	1,7	11,5	1,5
1979	-0,3	3,2	6,8	0,2	22,7	2,1	6,0	1,6

III.6.1 - Importações

O triênio 1977-79 representou período de estabilidade nos valores de importação (Tabela 10), o que se deve ao relaxamento das sanções às importações. Neste período, a política econômica não foi enfática em termos de medidas cambiais voltadas às compras do exterior, exceção feita ao elenco de medidas em dezembro de 1979, cujos efeitos se fizeram sen-

tir somente a partir do ano seguinte.

Depois de uma redução acentuada nesses valores de 1977, relativamente a 1976, os valores de importação se estabilizaram, mormente os referentes às INT. Esse comportamento de terminou redução percentual média de 4,9% para o grupo das INT e acréscimo de 1,1% para o grupo dos IT. Em termos de correspondência com o PIB, a tendência também é de estabilidade para a indústria de transformação como um todo. Essa relação para o grupo das INT foi de 3,3% em média e de 0,2% para o grupo das IT (Quadro X).

III.6.2 - Exportações

Comportamento diverso tiveram as exportações neste triênio, quando se verificou o crescimento mais acentuado de todo o período analisado, especialmente os produtos das INT (Quadro X). Para isso contribuiu a política de desvalorização cambial mais acentuada - o cruzeiro foi desvalorizado, em termos reais, em 13% no período 1974-78 - o que objetivou dar maior competitividade às exportações brasileiras, além de abrir caminho à estratégia de redução de subsídios. Mesmo estando desvalorizado o câmbio, em fins de 1978 houve por bem o governo determinar desvalorização adicional de 25% da moeda nacional distribuída em quatro anos (Pereira, 1983, p. 122). Apesar da variação positiva do PIB em dólares constantes, as exportações de industrializados ainda registraram crescimento percen-

tual positivo em relação àquele indicador.

III.7 - Período 1980-84

Quadro XI - TAXAS DE CRESCIMENTO E RELAÇÃO COM PIB

IMPORTAÇÕES					EXPORTAÇÕES			
INT			IT		INT		IT	
var.%	rel/PIB		var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB	var.%	rel/PIB
1980-84	-15,6	2,6	-5,1	0,1	11,5	3,5	8,3	5,6
1980	-2,9	3,6	-18,0	0,1	18,9	-2,7	8,1	4,5
1981	-21,1	2,8	-16,0	0,1	17,2	3,1	2,3	4,9
1982	-19,2	2,2	-4,5	0,1	-15,2	2,6	-24,5	4,0
1983	-25,4	2,3	6,2	0,2	10,7	4,1	11,6	6,2
1984	-15,3	2,0	6,6	0,2	25,8	5,1	43,9	8,2

III.7.1 - Importações

Em 1979, com a mudança ocorrida na Secretaria do Planejamento - Delfim em lugar de Simonsen - o novo titular da pasta tentou reeditar o "milagre econômico" do período 1968-73. Em 1980, o PIB cresceu 7,2% como se a economia brasileira independesse da conjuntura mundial em desaceleração: dólar em alta; elevação dos juros internacionais; e nova elevação dos preços do petróleo (Tavares, 1985b, p. 73). Interna

mente a conjuntura era de inflação elevada, declínio no nível de reservas cambiais, elevação nos valores da conta serviços e elevação do déficit comercial (Cruz, 1984, p. 68).

Em dezembro de 1979, Delfim editou um elenco de medidas (pacote de 1979) onde se atingiu diretamente o comércio externo brasileiro. Além da maxidesvalorização do câmbio em 30%, as medidas implementadas dentre outras, na órbita das importações, foram: (a) suspensão do depósito prévio de importação; (b) exclusão de alguns itens no rol daqueles atingidos pela lei do similar nacional; (c) fixação de um limite máximo de importação para o setor público (Cruz, 1984, p.77).

Das medidas listadas, aquelas com caráter anti-protecionista refletiam imposição do GATT no sentido de adequar o País às normas internacionais de comércio. O resultado líquido dessas medidas sobre as importações foi o acréscimo desses valores em 1980, principalmente em função da "maxi", ainda que seus efeitos tenham sido parcialmente anulados com a prefixação das correções monetárias e cambial, em 1980, na razão de 45% e 40%, respectivamente.

Analisando-se os principais produtos da pauta de importação, nota-se a ocorrência do processo de seletividade para os produtos industrializados, o que dá um significado maior à variação ocorrida nos valores de importação. A maxidesvalorização do cruzeiro em 1979, até onde logrou seus

objetivos, não só privilegiou as importações de produtos industrializados em relação aos básicos em 1980, como dentro da pauta de industrializados acentuou as importações mais vitais ao processo de adequação da indústria nacional ao programa de desenvolvimento amparado na indústria pesada. Em 1980, as importações do grupo das INT cresceram 2,9% enquanto as do grupo das IT decresceram 18% (Quadro XI).

A partir de 1981, os valores de importação dos produtos das INT decresceram sensivelmente em termos reais, enquanto os das IT registraram quedas menores (Quadro XI). Neste período, a interpretação desses dados é mais controvertida, na medida em que se iniciou o processo recessivo da economia brasileira ao mesmo tempo em que se atribuiu a essa fase o início da nova política de substituição de importações, devido à maturação de investimentos iniciados no período Geisel (Castro, 1985, p. 77).

Em termos médios os produtos das INT sofreram redução de importações em 15,6% e os da IT, 5,1% (Quadro XI). Essa redução teve por parte dos produtos das INT a maior contribuição, quando se verificou a partir de 1981, redução progressiva nesses valores. Nesse ano, a variação mais acentuada se deu no setor de indústrias químicas. Em 1983, verificou-se a segunda maior redução das importações do período e esta se distribuiu pela maioria dos setores da indústria de transformação.

Comparando-se esses resultados com os relativos à variação no nível físico de produção interna, no período 1979-84, percebe-se o rompimento da tendência de estagnação nesses níveis no ano de 1980 nos produtos das INT, em especial das indústrias de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicação e metalurgia (Quadro XII).

Nos demais anos deste sexênio não se registrou evolução da produção física de forma acentuada, não sendo correto caracterizar a redução das compras internacionais como um processo de substituição de importação, já que os efeitos causados pela recessão mais aguda no País (1981-83) fizeram-se sentir nos indicadores de produção interna e importações de forma semelhante.

Quadro XII

PRODUÇÃO INDUSTRIAL - Índice Base Fixa (1981=100)

Média Anual

	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Ind. Dinâmicas	108	177	100	98	91	99
Ind. Intermediárias	102	109	100	99	94	101
Ind. não Tradicionais	105	113	100	99	93	100
Ind. Tradicionais	98	98	100	102	96	96

Fonte: Anuário Estatístico FIBGE - dados brutos - vários números.

III.7.2 - Exportações

Na órbita das exportações, as medidas contidas no pacote econômico de 1979 foram: (a) corte gradual de subsídios creditícios à exportação; (b) maxidesvalorização do cruzeiro em 30%; (c) criação de imposto de exportação incidente sobre produtos básicos, de forma a não ampliar demasiadamente a oferta destes produtos no mercado externo em decorrência da maxidesvalorização do cruzeiro, enquanto se manteve o programa Biefex (Cruz, 1984, p.77).

A medida de maior impacto nesta análise que compreende exclusivamente produtos industrializados é certamente a maxidesvalorização da taxa de câmbio, mesmo tendo sido compensada pela prefixação cambial em 1979. É de se supor que os efeitos da prefixação tenham se manifestado basicamente no 2º semestre de 80, pois, no primeiro semestre, o impacto da maior desvalorização do cruzeiro frente ao dólar norte-americano foi satisfatório no que tange às exportações brasileiras.

A parca contribuição da "maxi" em 1979, que foi anulada pela prefixação do câmbio em 1980, cedeu lugar para a política racessionista do ministro Delfim, justificando o crescimento da relação exportação/PIB nesse período (Tabela 13).

A recessão interna como consequência da política expansiva de 1980, e a pressão dos banqueiros internacionais determinaram a necessidade de geração de maiores saldos

comerciais para pagamento dos juros referentes à dívida externa do passado. Nesse contexto recessivo, onde as importações se encontravam deprimidas, as exportações representaram a única alternativa para equilibrar o BP, além do financiamento compensatório. Assim, os valores constantes de exportação saltaram de US\$ 5,9 bilhões em 1979 para US\$ 8,2 bilhões em 81, ano de recessão mais acentuada no Brasil e quando os empréstimos em moeda estrangeira se tornavam mais escassos para os tomadores brasileiros. Em 1981, a relação exportação/PIB se elevou para 4,9%, voltando no ano seguinte ao patamar de 4,0%.

Em 1983 essa relação se elevou ainda mais, com os valores de exportação de produtos industrializados crescendo cerca de 11%. Ao mesmo tempo, o PIB decresceu 3,2% reais, caracterizando o agravamento da recessão.

Nesse sentido, o salto de 4,0% em 1982 para 6,2% em 1983 na relação exportação/PIB se deveu, de um lado ao agravamento da recessão manifestado no declínio das taxas reais de crescimento do PIB e, de outro, à nova maxidesvalorização do cruzeiro, em fevereiro de 1983, promovida com o propósito de superar o estrangulamento externo da economia brasileira. A segunda maxidesvalorização do cruzeiro, além de estimular as vendas externas, provocou redução mais acentuada do PIB calculado em dólares - parâmetro utilizado nas relações importação/PIB - já que o dólar médio utilizado para transformação do PIB em cruzeiros para o PIB em dólares é influenciado pela maxidesvalorização.

Não se pode perder de vista o comportamento da relação câmbio/salário, como importante indicador conjuntural da política econômica, no ano de 1983. Nesse ano verificou-se compressão salarial provocada pela aplicação de legislação contida em quatro decretos-lei publicados entre janeiro e outubro desse ano (DL 2012, de 15.1.83, DL 2024, de 25.5.83; DL 2045, de 13.7.83 e DL 2065, de 26.10.83). A redução real dos salários associaram-se a aceleração inflacionária (211% em 1983), os efeitos da maxidesvalorização da moeda nacional e a manutenção das minidesvalorizações periódicas com base exclusivamente na inflação interna. Esses fatores provocaram elevação na relação câmbio/salário no ano de 1983, que juntamente com a recuperação das relações de troca promoveram o superávit comercial desse ano (US\$ 6,5 bilhões), como resultado da melhoria de competitividade de produtos brasileiros no exterior. O aumento da competitividade das vendas externas viria atender a maior demanda por produtos industrializados por parte dos EUA, que através da geração de déficits comerciais, vêm procurando transferir ao setor terciário a liderança no processo de desenvolvimento naquele país, sucateando aos poucos sua indústria pesada.

Ao mesmo tempo em que se verificou a concentração das exportações para aquele país (tabela 1) deparou-se com o crescimento das exportações brasileiras no período 80/84, especialmente no grupo das INT.

As exportações de produtos englobados nesta classificação, que em 1979 montavam a US\$ 6,6 bilhões em dólares constantes, atingiram em 1984, US\$ 10,8 bilhões. Dentre estes produtos destacaram-se os referentes aos setores químico e metalúrgico (tabela 4). Os produtos integrantes do grupo das IT passaram de US\$ 4,9 bilhões em 1979 para US\$ 6,5 bilhões em 1984.

III.8 - Síntese sobre o Comportamento dos Saldos Comerciais Brasileiros

Os dados selecionados com intuito de se definir a origem dos superávits não parecem ser de todo conclusivos para se definir a característica dos superávits comerciais alcançados nos primeiros anos desta década, porquanto se verificou coincidência de efeitos nesses resultados.

Há contudo que se destacar que o II PND ao se voltar para setores de base contribuiu para a adequação do parque industrial, de molde a viabilizar o ajuste da economia aos efeitos recessivos da conjuntura mundial. De fato, os produtos integrantes das INT são os maiores responsáveis pela reversão de sinal dos saldos comerciais.

Apesar disso, tanto no que concerne às compras como às vendas internacionais, verificou-se que os resultados favoráveis foram precedidos de medidas de política econômi-

ca voltadas para esse fim, motivo que não autoriza a descaracterização dos efeitos de política econômica sobre os saldos comerciais.

Na medida em que se evidenciam nesta análise efeitos sobre os saldos comerciais, que encontram explicação nas teses aqui apresentadas, dependendo do período de referência, pode-se tentar uma aproximação destes resultados à luz de cada uma delas.

A primeira tese, que atribui ao crescimento dos investimentos planejados no II PND a responsabilidade pelos saldos atingidos na década de oitenta, encontra respaldo fundamentalmente no comportamento dos indicadores de comércio exterior das INT - principais promotores de superávits comerciais. Seria entretanto precipitado, invalidar os efeitos do II PND sobre os resultados comerciais, já que as INT apresentaram resultados melhores que as IT, e como se sabe, os gêneros beneficiados naquele plano foram os integrantes das INT.

Por outro lado, a elevação dos superávits comerciais é verificada nos períodos que sucedem medidas de política econômica internas, além de outros fatores de natureza externa, que também contribuíram na geração de resultados nas contas externas. Neste sentido, a segunda tese, que se refere à política econômica interna contribuindo para a geração de superávits comerciais, manifestou-se nos resultados apresentados ao longo desta análise. No triênio 1977-79, os valores de ex-

portação contribuíram com maior ênfase para a melhora das contas comerciais externas, exatamente quando se implementou política de desvalorização cambial mais acentuada compreendendo o período 1974-79. Essa política, ao restringir importações contrariou a expectativa de maior aquisição de bens de capital do exterior, necessária à adequação do parque industrial brasileiro, em vista das metas do II PND.

No quinquênio seguinte (1980-84), notou-se a predominância dos efeitos de política econômica nos resultados comerciais atingidos no segmento industrial da economia, em 1981 e 1983, pelo menos. Em 1981 aprofundou-se a recessão econômica interna, com o PIB decrescendo 1,6% reais. Nesse ano, as importações de produtos integrantes das INT decresceram em relação ao ano anterior após crescimento registrado em 1980. As IT contribuíram nesse mesmo processo com redução de importação, reforçando a tendência manifestada no período anterior. Os valores de exportação dando segmento aos resultados auferidos em 1980 expandiram-se em relação ao ano anterior no que tange ao grupo de INT. As IT contribuíram nesse processo com crescimento moderado.

Há, no mínimo, a partir de 1981 coincidência de resultados entre a política econômica recessiva e crescimento dos superávits comerciais de produtos industrializados. Acrescente-se que os saldos deste ano registraram-se em fase de deterioração nos níveis de relação de troca.

Em 1981, a variação do PIB em termos reais foi de -3,2%, caracterizando a recessão econômica interna. As importações decresceram em relação ao período anterior, no que tange ao grupo de INT e cresceram no que se refere às IT.

As exportações nesse mesmo ano cresceram in discriminadamente para os dois grupos. A estes resultados estão afetas duas medidas básicas de política econômica interna: a maxidesvalorização do cruzeiro e a política salarial restritiva. Estas medidas, acompanhadas da manutenção da política de minidesvalorização, provocaram elevação na relação câmbio-salário que é, em parte, responsável pelo superávit comercial registrado em 1983.

Ressaltando-se os fatores externos verifica-se a influência da política econômica americana sobre os saldos. Esta política deliberada, mantenedora de déficits comerciais, só é possível dado o ingresso de capitais forâneos naquela economia, que contrabalançam os resultados comerciais. Ao eleger como polo dinâmico da economia o setor terciário, a biotecnologia e a informática, os EUA têm-se suprido de bens industriais com importação. Assim, verificou-se a concentração das vendas externas brasileiras para aquele país no que se refere a produtos industrializados. O fluxo de mercadorias brasileiras para aquele mercado aumentou significativamente em 1983 e 1984. Para os produtos básicos não se resgistraram ocorrências semelhantes; os índices de participação das exportações brasileiras dessa pauta foram estáveis, analogamente aos

das importações brasileiras daquele país. Este fato se torna relevante para o período de 1984 em se considerando o crescimento das exportações de produtos industrializados como um todo.

O crescimento dos valores de exportação para o grupo das IT superou o das INT e os setores tradicionais da economia não foram alvo de qualquer espécie de privilégios no II PND, o que caracteriza a predominância de contingências externas sobre esses resultados.

IV - ANÁLISE DA HIPÓTESE CONJUNTURAL SOBRE OS SUPERÁVITS COMERCIAIS

No capítulo anterior foram apresentados analiticamente os resultados comerciais brasileiros da pauta de produtos industrializados. Para esse fim, dispôs-se os dados de comércio segundo duas classificações tradicionais para apresentação de resultados da indústria: categorias de uso e gêneros de indústria.

Na análise segundo gêneros industriais, mencionaram-se as principais medidas de política econômica que concorreram para obtenção dos superávits nos anos 1980. Por essa razão, inicia-se este capítulo apenas listando as principais medidas econômicas na área cambial.

Na sequência, serão apresentadas as principais alterações na política salarial desde 1964, para em seguida introduzir-se o objeto deste capítulo, que trata da relação entre as variáveis taxa de câmbio e salários da economia brasileira por gênero industrial, procurando demonstrar seus efeitos na geração de superávits comerciais da indústria.

Esta relação por si só é, como se sabe, bastante limitada para avaliação dos seus efeitos e por essa razão procurou-se associar um indicador de produtividade, que por falta de dados mais precisos optou-se por uma aproximação ex-

traída da relação entre índices, de produção física e pessoal ocupado na indústria de transformação por gênero industrial.

Subsidiariamente, utilizou-se também os índices de relação de trocas da economia brasileira para se avaliar as condições de comércio em que os saldos foram gerados. Para este indicador não foi possível neste estudo obter-se índices por gênero industrial, ou mesmo para a indústria de transformação como um todo, razão pela qual o indicador utilizado é o apresentado em sua forma original.

Por fim, cabe observar que para uma análise correta da relação Câmbio-Salário seria ideal ter-se por gênero de indústria a taxa efetiva de câmbio que considera estímulos de ordem creditícia e fiscal de molde a obter-se a verdadeira remuneração do exportador ou o custo das importações. A indisponibilidade deste indicador obrigou a utilização de índices de taxa de câmbio com base nos valores nominais da relação cruzeiro-dólar americano.

Pode-se antecipar, portanto, que especialmente nos anos 1980 a recessão econômica interna promoveu o crescimento dessa relação, favorecendo as vendas ao exterior dos produtos compreendidos em vários gêneros industriais, gêneros estes que apresentaram crescimento de produtividade da mão-de-obra no período analisado, sendo portanto uma indicação importante dos efeitos de política econômica sobre os resultados comerciais.

IV.1 - Principais Medidas de Política Econômica Brasileira

IV.1.1 - Política Cambial (Moura, 1981, pp.01-34 e Cruz, 1984, pp.40-92)

IV.1.1.1 - Período 1974-78

Em meados da década de 1970 as principais medidas de política econômica objetivaram solucionar os problemas do Balanço de Pagamentos pelo controle das importações preferencialmente à expansão das exportações. Nesse sentido destacaram-se:

- (a) a elevação de tarifas alfandegárias para um elenco de aproximadamente 1.200 bens de consumo com tarifas variando entre 50% e 105%;
- (b) proibição dessas importações pelo setor público;
- (c) proibição de importações de aproximadamente 300 itens supérfluos;
- (d) imposição de cotas por Ministério para cercear as importações da Administração Federal;
- (e) obrigatoriedade de depósito prévio correspondente a 100% do valor das importações contratadas, a ser restituído sem remuneração alguma após um ano de prazo. Desta obrigatoriedade foram isentas as importações de: petróleo, carvão,

trigo, fertilizantes, papel de impressão, medicamentos, materiais de pesquisa científica e produção de óleo bruto, bem como aquelas que apresentavam como características: a sujeição ao "draw-back"; estarem financiadas a mais de 5 anos; serem oriundas da antiga Associação Latino Americana do Livre Comércio (ALALC), da zona franca de Manaus; e, finalmente, serem amparadas pelo programa BEFIEEX;

(f) restrições administrativas para isenção de tarifas aduaneiras sobre a aquisição de bens de capital e intermediários importados, aplicando-se com maior rigor a Lei do Similar Nacional;

(g) elevação de 30% em tarifas alfandegárias sobre grande número de máquinas e equipamentos importados;

(h) obrigatoriedade de fechamento prévio de câmbio para os produtos cuja alíquota superasse 55%;

(i) ampliação do número de produtos importados atingidos pelo compulsório de 100% de depósito prévio em valores FOB; e

(j) manutenção das minidesvalorizações cambiais.

O menor crescimento das exportações, a partir de 1974, motivado pela recessão internacional nos países desenvolvidos acentuou o ímpeto protecionista daquelas economias que se fez sentir pela imposição de quotas, sobretaxas ou tariu

fas incidentes sobre as compras de produtos industriais do terceiro mundo, em especial daquelas, como o Brasil, que se utilizavam de subsídios de ordem financeira e fiscal.

As principais medidas econômicas na órbita das vendas externas a partir de 1974 podem ser consubstanciadas em:

- (a) manutenção de incentivos à exportação de manufaturados criados a partir de 1967 como, incentivos fiscais permitindo a dedução de impostos federais sobre exportações, concessão de créditos-prêmio de IPI e ICM, abatimento integral de Imposto de Renda sobre lucros com exportação de manufatura - dos e de Imposto sobre Operações Financeiras e isenção de impostos de importação para equipamentos e insumos que se destinavam a empresas com contratos de exportação a longo prazo pelo programa BEFIEX;
- (b) manutenção de incentivos financeiros como taxas de juros subsidiadas para produção de manufaturados destinados à exportação;
- (c) manutenção de incentivos à criação de "Trading Companies" e juros subsidiados para promoção de produtos no exterior.

As modificações ocorridas nesses incentivos não apresentaram alterações profundas, restringindo-se apenas a alterações no número de itens sujeitos aos incentivos, ou mudanças nas alíquotas dos impostos indiretos.

O programa BEFLEX foi intensificado e os estímulos creditícios foram aumentados em decorrência da aceleração inflacionária no período e à manutenção das taxas de juros subsidiadas aos financiamentos às exportações. Além disso, a partir de 1977 relaxaram-se algumas medidas contencionistas de importações em fins de 1978 e procedeu-se à mini-reforma cambial, desvalorizando o cruzeiro em 25%, distribuindo-se essa desvalorização em quatro anos (Pereira, 1983, p.122).

IV.1.1.2 - Período 1979/84

As principais medidas de política econômica neste subperíodo foram aquelas implementadas em conjunto no mês de dezembro de 1979 e que compreenderam:

- (a) desvalorização do cruzeiro relativamente à moeda americana na razão de 30%, interrompendo a estratégia iniciada em 1968, de ajustamento gradual da taxa de câmbio, conhecida como política de minidesvalorização;
- (b) suspensão do depósito prévio de importações;
- (c) cancelamento do direito a vários órgãos que autorizavam isenções ou reduções tarifárias;
- (d) exclusão de itens do rol do similar nacional;

- (e) limite máximo de importações para o setor público;
- (f) corte gradual dos incentivos creditícios e fiscais;
- (g) criação de imposto de exportação para produtos básicos a partir do pacote econômico de dezembro de 1979 e em função do direcionamento das atenções para o âmbito interno, em especial ao agravamento da inflação, o governo brasileiro adotou como medidas corretivas em 1980 a prefixação cambial juntamente com a monetária. Com isso, era esperada a eliminação dos efeitos da componente de expectativa sobre a elevação dos preços internos.

Os efeitos esperados dessas medidas concentraram-se no estímulo ao ingresso de capitais externos para equilibrar o Balanço de Pagamentos, cujos resultados agravavam-se em função da elevação das taxas de juros internacionais e a nova elevação de preços do petróleo importado.

Além disso, podem ser citadas, entre as principais medidas de política cambial (Santos, 198, p.37):

- (h) a aplicação de IOF sobre contratos de câmbio;
- (i) restrições ao financiamento de importações;
- (j) concessão de incentivos creditícios às exportações;
- (k) ampliação de linhas de créditos para exportação;
- (l) estímulo aos programas amparados pelo BEFIEX, e;
- (m) manutenção da política de desvalorização cambial sem deduzir inflação externa.

Na década de oitenta, a política econômica foi recessiva a partir do último trimestre de 1980, quando se reverteu o quadro expansionista em decorrência de erros de política econômica internos. A atuação governamental voltou-se para o atendimento das exigências dos credores da dívida externa brasileira, o que motivou a geração de superávits comerciais pelo Brasil.

Entre as medidas restritivas na área cambial têm-se:

- (n) fixação de teto para importação do setor público, e;
- (o) elevação da alíquota de IOF para importação.

As medidas implementadas nos anos 1980 visaram, seja pela limitação do crescimento dos empréstimos pelos bancos comerciais e de investimento, pela liberação das taxas internas de juros daquelas instituições financeiras, ou outras medidas contencionistas do crédito interno, basicamente atrair capitais forâneos para promover o ajuste do Balanço de Pagamentos, via empréstimos.

Essas medidas, entre outras, lançaram o País a uma profunda recessão econômica com resultados sociais conhecidos. Indubitavelmente, entretanto, os superávits comerciais cresceram e para isso contribuiu também a política salarial adotada no País, que associada à política cambial, promoveram a elevação da relação Câmbio-Salário, direcionando a produção in-

terna para os mercados externos.

IV.1.2 - A Política Salarial

IV.1.2.1 - Período 1964/1979

Anteriormente a 1979, quando da adoção de novas regras para reajustes de salário no Brasil, poucas foram as medidas de política salarial no País, prevalecendo os princípios estabelecidos em 1964 pela revolução.

Os instrumentos básicos de política salarial no Brasil até 1979 resumiam-se em: reajustes do salário mínimo e definição de índices de reajuste salarial por categoria profissional ou sindicato, pelo governo (Souza, 1982, p.157)

Os princípios básicos de política salarial a partir de 1964 resumiam-se em (Carvalho, 1982, p. 52):

- (a) reajustes com intervalos mínimos entre um e outro, de um ano;
- (b) recomposição do salário médio em termos reais dos últimos dois anos anteriores ao mês do reajuste;
- (c) incidência de taxa referente ao aumento de produtividade sobre o salário médio obtido;

- (d) acréscimo de metade da inflação admitida na programação financeira do governo (resíduo inflacionário).

A interpretação indevida destes princípios até pela pouca precisão dos mesmos, originou alterações das quais se destacaram:

- (a) a reconstituição dos salários médios reais por índices oficiais publicados mensalmente pelo governo no sentido de padronizar critérios para os reajustes (Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966);
- (b) introdução de um coeficiente de correção do resíduo inflacionário (Lei nº 5451, de 12 de junho de 1968);
- (c) utilização da média dos salários dos últimos doze meses anteriores ao reajustes e não mais vinte meses (Lei nº 6147, de 29 de novembro de 1974);
- (d) alteração na fórmula de cálculo quando a taxa de aumento da produtividade passou a incidir multiplicativamente sobre a média de salários reais" (Lei nº 6147, de 29 de novembro de 1974);
- (e) correção do coeficiente de produtividade pelo índice de relação de trocas da economia (exposição de motivos nº 115, de 2 de junho de 1976, assinada pelos Ministros chefe da Secretaria de Planejamento, da Fazenda e do Trabalho e pu-

blicada no D.O.U. de 21 de junho de 1976).

Carvalho, analisa a política salarial do Brasil no período 1964/1979 classificando-a em quatro fases correspondentes aos períodos: 1964/68; 1968/74; 1974/76, e; 1976/79.

A primeira fase correspondeu ao período de implantação; a segunda, a uma fase corretiva de distorções existentes, ao mesmo tempo em que foi abrandada; a terceira, ainda uma fase corretiva, porém onde já se manifestava preocupação de cunho distributivo, e; finalmente a última fase que correspondeu a um arrocho salarial (1982, pp.55/56).

IV.1.2.2 - Período 1979/1984

No final do ano de 1979 a elevação dos preços internos passou a exigir uma política salarial mais realista que permitisse corrigir salários em ritmo mais dinâmico, o que de certa forma já se verificava em várias categorias profissionais. Essa mesma política salarial que reduzia no tempo a defasagem entre a remuneração do capital e a do trabalho, reforçou o processo recessivo juntamente com os desacertos na condução da política econômica; a exemplo da prefixação das correções monetária e cambial, agravado em 1982 pela conjuntura externa igualmente recessiva.

Os princípios estipulados pela nova política salarial de dezembro de 1979 determinaram (Carvalho, 1982 p. 59):

- (a) reajustamento automático dos salários semestralmente;
- (b) utilização da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para nortear o reajuste;
- (c) reajustes diferenciados por faixas salariais, definidos em função do maior salário mínimo do País (MSMP), a saber:
até 3 MSMP, 110% da variação do INPS; de 3 a 10 MSMP, 100% da variação do INPC; acima de 10 MSMP, 80% da variação do INPC;
- (d) a taxa de crescimento de produtividade seria negociada entre empregadores e empregados quando do dissídio coletivo, não sendo passível de repasse aos preços finais dos produtos.

Passados aproximadamente doze meses da implantação da política de semestralidade, introduziram-se modificações no que tange à distribuição dos reajustes por faixas salariais. Assim, a Lei nº 6886 de 10 de dezembro de 1980 instituiu novas regras para salários superiores a 15 MSMP, mantendo inalteradas as regras para os salários menores: de 15 a 20 MSMP, 50% da variação do INPC; mais de 20 MSMP, negociação direta entre as partes.

Essa política que preservava os ganhos sala-

riais dos trabalhadores de baixa renda, compensados pelos detentores de salários superiores a 10 MSMP perdurou até janeiro de 1983, quando se procedeu a novas alterações da política salarial, agora através de Decreto-lei (D.L. 2012 de 25 de janeiro de 1983). O Decreto-lei determinava: até 3MSMP, reajuste em 100% da variação do INPC; de 3 a 7 MSMP, 95% da variação do INPC; de 7 a 15 MSMP, 80% da variação do INPC; de 15 a 20 MSPM, 50% da variação do INPC; acima de 20 MSMP, negociação.

No mesmo ano procedeu-se a três outras alterações, todas através de Decretos-lei. O D.L. 2024 de 25 de maio de 1983 restabeleceu o poder de compra dos assalariados nas faixas de 3 a 7 MSMP restabelecendo o reajuste de 100% da variação do INPC, reduzido no D.L. anterior para 95%.

O Decreto-lei nº 2045 de 13 de julho de 1983 eliminou a diferenciação das taxas de reajuste salarial por faixas, instituindo reajustes uniformes de 80% da variação do INPC para todas as faixas.

O Decreto-lei nº 2065 de 26 de outubro de 1983 retomava o método de cálculo diferenciado por faixas salariais, ao mesmo tempo em que restabelecia reajuste pela variação plena do INPC para a faixa de até 3 MSMP. Assim, os reajustes eram os seguintes: até 3 MSMP, 100% da variação do INPC; de 3 a 7 MSMP, 80% da variação do INPC; de 7 a 15 MSMP, 60% da variação do INPC; acima de 15 MSMP, 50% da variação do INPC.

Um ano após a última das quatro alterações ocorridas em um só ano, a Lei nº 7238 de 29 de outubro de 1984 alterou o D.L. 2065, estabelecendo: 100% da variação do INPC para os salários na faixa de até 3 MSMP; e 80% da variação do INPC para os salários superiores a 3 MSMP.

Em síntese, a política salarial a partir de 1979 objetivou fundamentalmente a geração de superávits comerciais e acessoriamente o combate à inflação. A busca dessas metas redundou em políticas fortemente recessivas de toda ordem com a argumentação de que a elevação dos preços se deve ao aumento da demanda, atribuindo a este fenômeno causas exclusivamente monetárias, ao mesmo tempo em que empreendiam-se esforços de toda ordem para geração de divisas necessárias ao pagamento do serviço da dívida externa.

A política cambial estimuladora de superávits comerciais atrelada à política salarial contracionista, definiu uma situação francamente favorável ao equilíbrio das contas externas, ainda que internamente a sociedade brasileira vivesse uma situação de depressão econômica intensa.

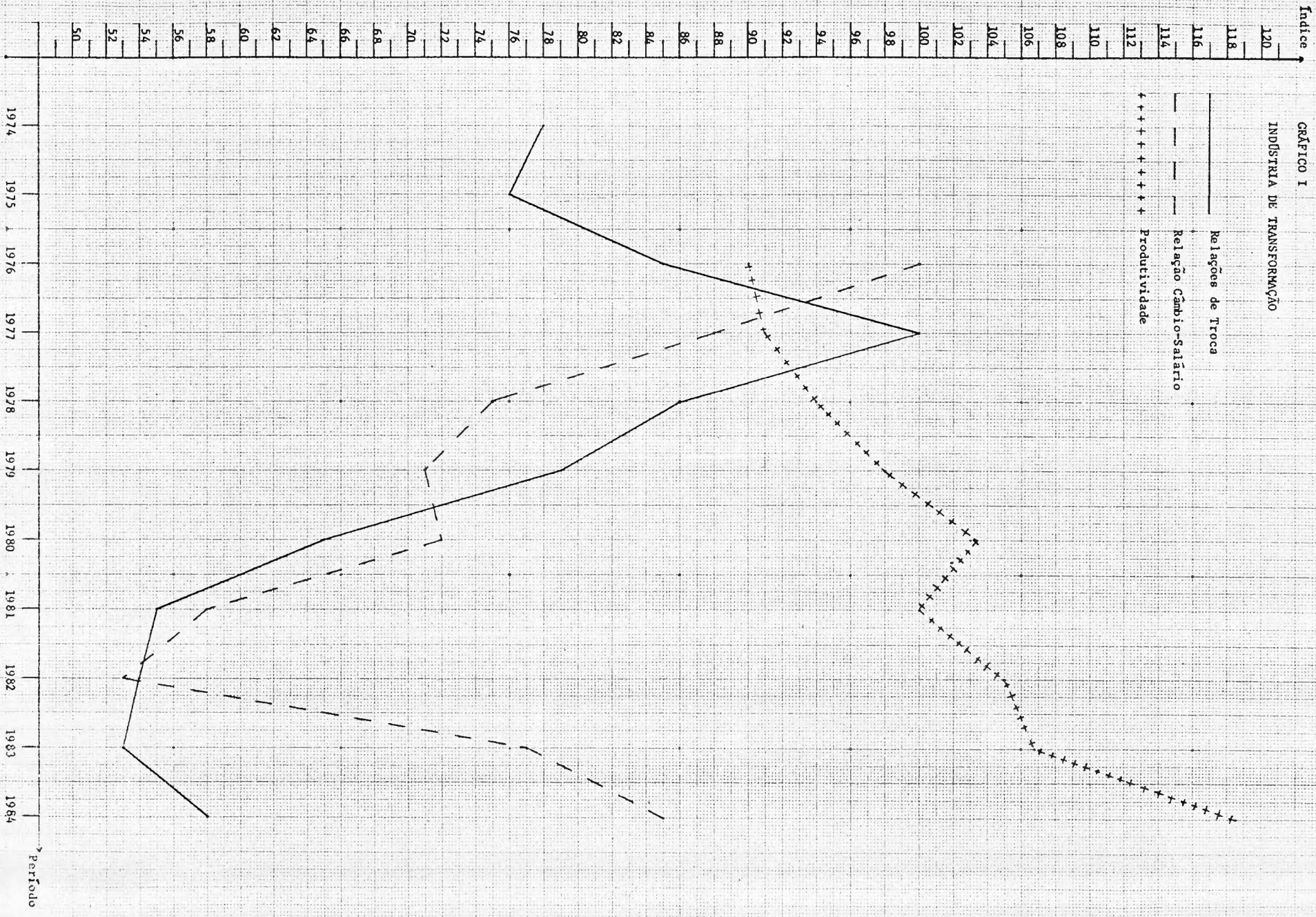
A seção seguinte tratará desta questão a partir da apresentação dos dados referentes à relação Câmbio-Salário, construída por índices de taxa de câmbio e de salários pagos na indústria de transformação ao pessoal diretamente empregado na produção. Esta relação, associada a indicadores de produtividade e relações de troca, permitirá avaliar a importância

da política econômica nos anos 1980 no sentido de promover saldos comerciais positivos.

IV.2 - A Relação Câmbio-Salário

Esta relação, por associar duas variáveis importantes de política econômica vinculadas a categorias integrantes dos resultados comerciais, se afigura um indicador bastante razoável para aferir os condicionantes conjunturais dos saldos comerciais. Através dela, pode-se analisar parte dos efeitos sobre os superávits recentes a partir de um único enfoque de política econômica compreendendo, além destas, outras variáveis (fiscal e monetária) que contribuíram para o processo de ajuste das contas externas do Balanço de Pagamentos pela via do comércio.

A variável Câmbio-Salário para a indústria de transformação apresentou no período analisado comportamento declinante entre 1976 e 1982 com interrupção desse processo no ano de 1980, quando apresentou crescimento em relação ao ano anterior. A partir de 1982 até 1984 o comportamento dessa variável foi altista por influência de comportamentos opostos dos indicadores de câmbio e salário, conforme será tratado nesta análise. Os gráficos a seguir ilustram melhor o comportamento desse indicador relativamente aos demais.



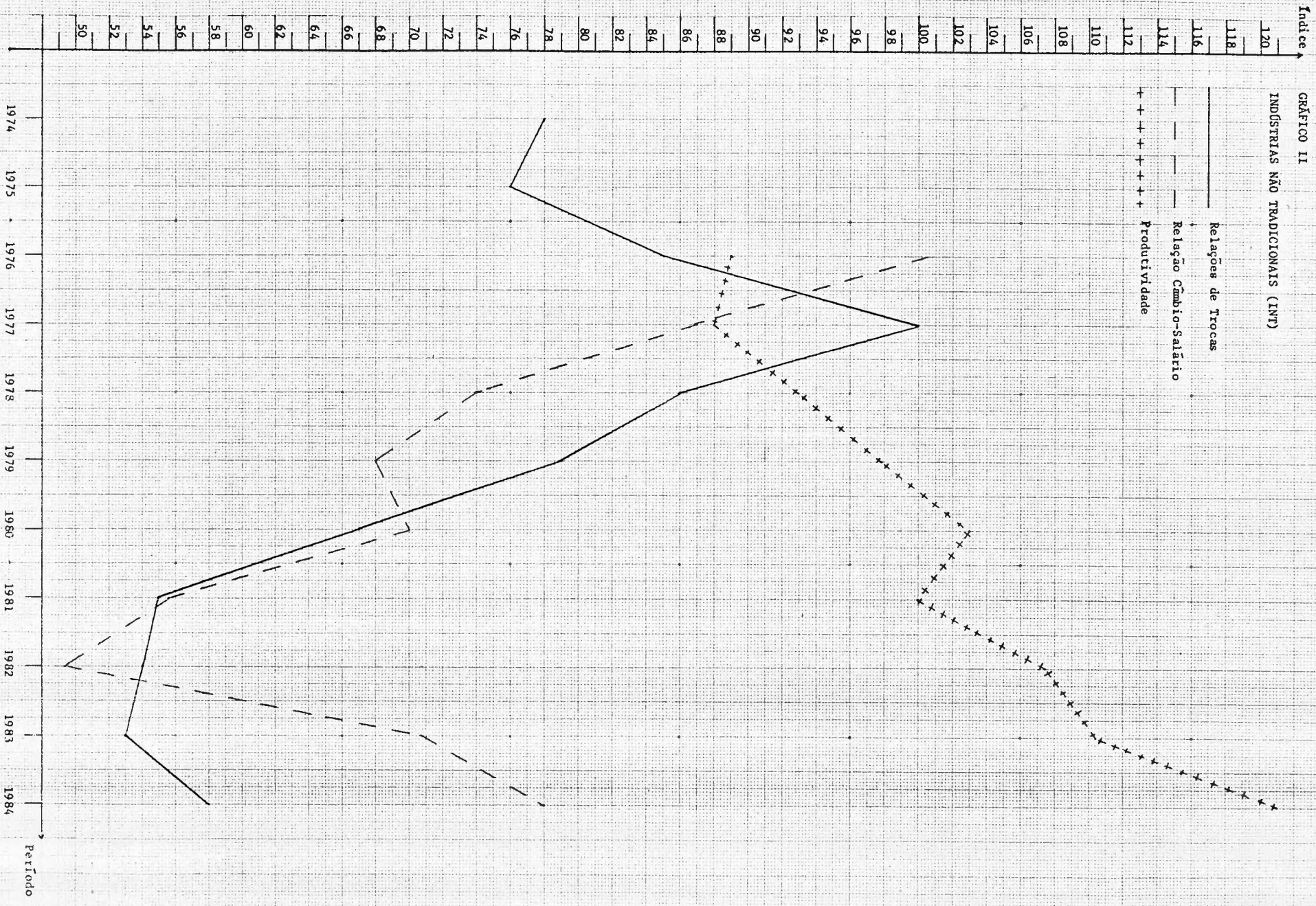
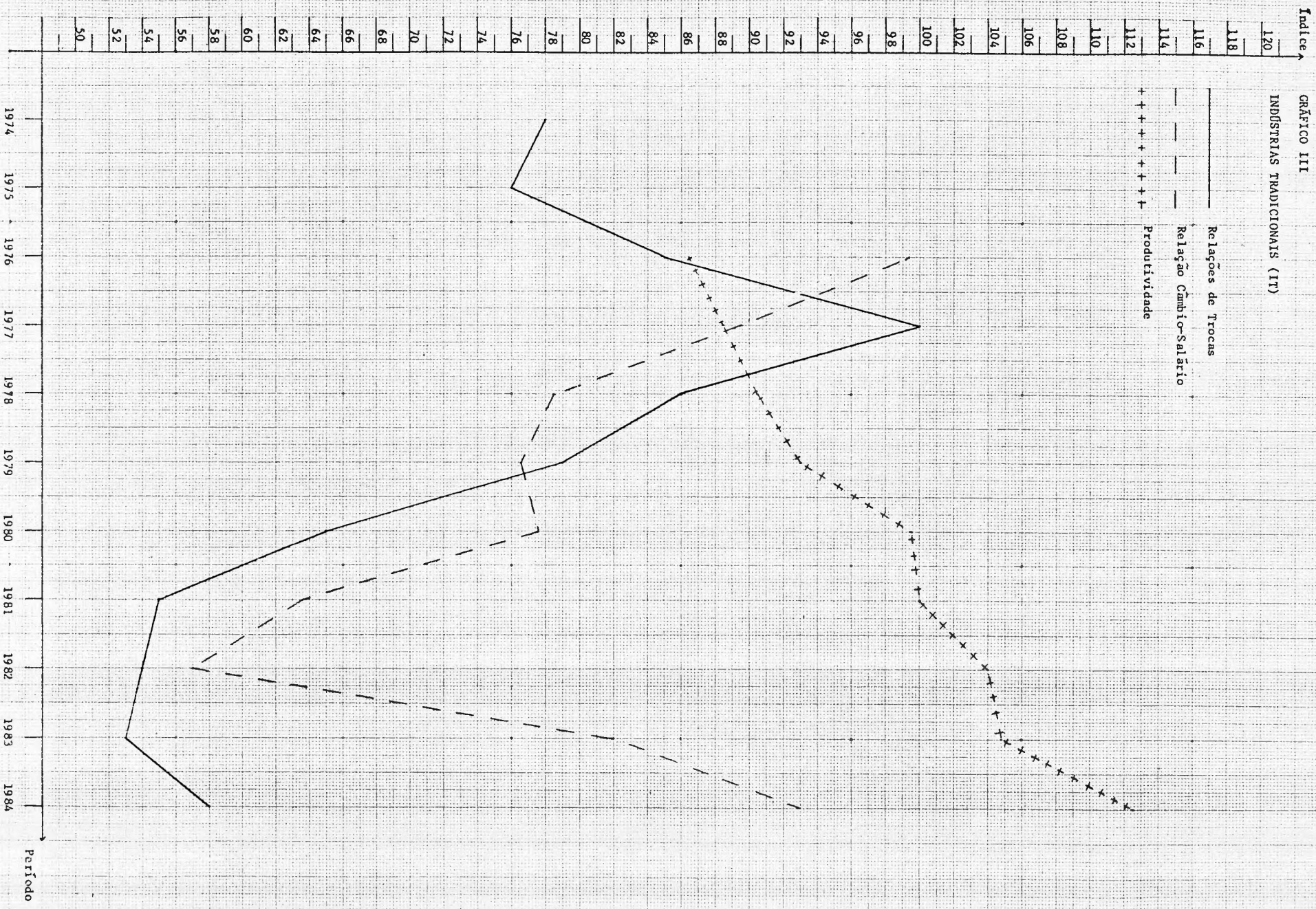


GRÁFICO III
INDÚSTRIAS TRADICIONAIS (IT)



Em relação às INT, que compreendem as indústrias dinâmicas e intermediárias, o comportamento da relação Câmbio-Salário foi análogo ao registrado na indústria de transformação como um todo, porém ligeiramente mais acentuado na queda e menos acentuado na alta.

O grupo das indústrias tradicionais por seu turno, apresentou decréscimo na relação Câmbio-Salário menos intenso durante o processo de queda dessa relação e crescimento, a partir de 1982, bastante mais acentuado que o grupo de indústrias não tradicionais e o representativo da indústria de transformação como um todo.

O comportamento dessa variável para este último grupo tratado, demonstra fundamentalmente que a política salarial afetou mais marcadamente o polo não dinâmico da indústria nacional pela contenção da remuneração do trabalho, posto que a taxa cambial utilizada para formulação desta variável foi a mesma para os gêneros industriais indiscriminadamente.

Sabe-se todavia que este procedimento que adota uma única taxa cambial para todos os setores industriais não reflete claramente o comportamento da política econômica no que trata de seus efeitos sobre o câmbio, haja vista que a concessão de estímulos creditícios e fiscais faz parte da história da política econômica brasileira, como visto na citação das principais medidas econômicas neste texto.

A indisponibilidade de trabalhos que definam taxas efetivas de câmbio por gêneros industriais considerando subsídios, condicionaram a análise baseada em uma taxa nominal única. A relação Câmbio-Salário, se fossem consideradas taxas efetivas setoriais, refletiria melhor o empenho exportador dos anos 1980, já que o elenco de subsídios favoreceu o setor industrial.

Uma amostra da importância desse indicador pode ser extraída a partir do cálculo elaborado em novembro de 1979 quando a taxa cambial era de Cr\$ 32,56 por dólar americano. No quadro a seguir são mencionadas as taxas cambiais considerando incentivos e as correspondentes margens decorrentes das diferenças entre as taxas efetiva e nominal. Esses dados demonstram na realidade quais os setores de interesse da política econômica em dado momento, no sentido de se promover superávits comerciais, o que se disponível para período de tempo mais longo, ilustraria melhor sua influência nesses resultados.

QUADRO XIII - TAXAS EFETIVAS DE CÂMBIO - novembro de 1979

Gêneros Industriais	Taxas Efetivas	Margem % de incentivos
Metalurgia	39,93	22,64
Mecânica	41,10	26,23
Mat. Elétr. e Com.	39,93	22,64
Mat. de Transporte	41,10	26,23
Química	36,49	12,07
Ind. Dinâmicas	39,71	21,96
Minerais Não Metál.	38,14	17,14
Papel e Papelão	40,31	23,80
Borracha	42,76	31,23
Ind. Intermediárias	40,40	24,06
Têxtil	41,10	26,23
Vestuário	41,10	26,23
Prod. Alimentares	35,98	7,43
Perfumaria	41,50	27,46
Mobiliária	42,76	31,23
Madeira	38,86	19,35
Peles e Couros	37,79	16,06
Ind. Tradicionais	39,87	22,00
Ind. de Transformação	39,99	22,67

Fonte: "Estimativa das Taxas Cambiais com Incentivos Fiscais e das Margens de Incentivos por Setores (novembro de 1979) "em: A Política Cambial e Comercial no Período 1974-80 - Relatório de Pesquisa nº 16 - Alkimar Ribeiro Moura - 1981, p.28.

O quadro XIII não permite afirmações acerca das taxas de câmbio que norteiam as transações econômicas de cada um dos gêneros industriais, porquanto se referem exclusivamente ao mês de novembro de 1979. A dinâmica da política econômica brasileira ao alterar os subsídios atinentes a cada um dos setores industriais impossibilita considerar-se estatisticamente as margens percentuais auferidas pelos vários gêneros de indústria naquele período, para uma série de tempo maior. Todavia, importa notar pelos dados apresentados que a consideração de estímulos creditícios e fiscais incidentes sobre as taxas de câmbio alteram substancialmente a relação Câmbio-Salário, que no período tratado no texto original estaria favorecendo superávits nos gêneros industriais: borracha; mobiliário; perfumaria; têxtil; vestuário; material de transporte e mecânica, para citar aqueles que auferiram maiores margens no período, ressaltando entretanto que, em maior ou menor grau, todos os gêneros estavam, naquele momento, sendo beneficiados.

Analizando-se os mesmos dados a nível de classificação em grupos de indústria, o grupo que deteve maiores vantagens pela concessão de benefícios foi o das Indústrias Intermediárias, especialmente pelo favorecimento maior às indústrias de borracha e papel.

Os dados aqui transcritos portanto, demonstram o interesse no acompanhamento desse indicador para uma melhor avaliação da relação Câmbio-Salário e, também, para que se tenha uma noção exata das condições de comércio exter-

no oferecidas a cada um dos gêneros industriais, representando um indicador relevante de política econômica.

IV.2.1 - A Relação Câmbio-Salário na Indústria de Transformação

Quadro XIV - Indústria de Transformação

Anos	<u>Câmbio</u> <u>Salário</u>	<u>Produti</u> <u>vidade</u> (1)	Expor- tações (2)	Impor- tações (2)	Saldos Comerciais (2)	Relações de trocas
1974	6.591	16.164	-9.573	78
1975	6.372	14.286	-7.914	76
1976	100,2	89,9	6.665	12.428	-5.763	85
1977	88,1	91,1	8.162	10.486	-2.324	100
1978	75,0	94,0	9.936	10.512	-576	86
1979	70,9	97,9	11.427	10.519	908	79
1980	72,2	103,4	13.062	10.721	2.341	65
1981	58,1	100,0	14.523	8.479	6.044	55
1982	52,7	105,1	11.814	6.906	4.908	54
1983	77,3	106,7	13.117	5.258	7.859	53
1984	84,8	118,5	17.326	4.531	12.795	58

(1) obtida pela divisão do indicador de produção física da FIBGE e índice de pessoal ocupado na Indústria de Transformação da FIBGE, conforme metodologia utilizada por Chahad e Luque, 1984, pp. 45 e 144, e descrita em apêndice metodológico ao final deste trabalho.

(2) valores em US\$ milhões constantes de 1985

Fonte dos dados brutos: Boletins Mensais do Banco Central do Brasil e Indicadores Econômicos da FIBGE.

O comportamento dos saldos comerciais da indústria de transformação a partir de 1974, como já tratado, foi tendente a superávits ao longo do tempo transformando-se, de um déficit de US\$ 9,6 bilhões em 1974 em um superávit de US\$ 12,8 bilhões em 1984.

Em grande parte desse período, a relação Câmbio-Salário foi decrescente, revertendo esse comportamento apenas em 1983 e 1984.

Esse comportamento isoladamente descartaria influências de política econômica sobre a reversão dos saldos, porém é importante salientar que os efeitos de política econômica representam apenas parte de contribuição para esse processo. Além disso, a produtividade da indústria, traduzida no indicador aqui considerado é crescente em praticamente todo período tratado, o que representou um aumento médio de produtividade da ordem de 3,6% ao ano para a indústria de transformação (tabela 16).

Para este indicador, mister se faz mencionar observação de Domingos Z. Ocio (1977, pp.161/5) que trata da incorreção de se calcular índices de produtividade nacionais, na medida em que cada setor ou empresa possui seu próprio índice de produtividade, que varia em função da relação capital-trabalho, definindo níveis tecnológicos setoriais; evolução do nível de emprego e o próprio nível de produção.

O autor no trabalho apresentado estima a taxa de crescimento médio de produtividade da indústria paulista em 7% anual para o período 1970/76 a partir de três fontes de dados: DIEESE, FIESP e Revista Conjuntura Econômica da FGV (RJ).

Em outro estudo, Chahad e Luque (1984, p.156) abordaram a questão da produtividade para a indústria de transformação como um todo a partir de Índices de produção física e de pessoal ocupado, critério este adotado nesta análise.

A falta de um indicador mais preciso para os gêneros industriais a nível nacional impõe a utilização deste índice como uma aproximação supostamente válida, dada sua consistência intrínseca. Indicador de horas trabalhadas na indústria, tornaria o índice mais apurado, se disponível a nível nacional.

Apesar da tendência ao superávit verificado na indústria de transformação nestes onze anos analisados e relacionados no quadro XIV aparentemente independente do comportamento da variável Câmbio-Salário, podem-se verificar algumas variações significativas nos saldos, que podem ser explicadas pela política econômica.

Os saldos comerciais da indústria em 1980 cresceram, em termos reais, 158% principalmente em função do crescimento das exportações, já que as importações foram crescentes. Neste período, uma vez que a relação Câmbio-Salário se

refere ao índice médio do ano, aparece a influência da maxide valorização do cruzeiro em 30% em relação ao dólar norte-americano, enquanto se manteve inalterada para o período a política salarial definida em outubro de 1979. Assim, a desvalorização do câmbio e o decréscimo real dos salários provocado pelo acirramento da inflação, determinaram elevação da relação Câmbio-Salário, que apesar da queda registrada no índice de relações de troca do País, provocaram elevação do superávit naquele pe ríodo (Maia e Simoens, 1985, p.3). Some-se a isso, o acrêscimo de produtividade da indústria de transformação naquele ano em relação ao anterior, de 5,6%, representando favorecimento ao exportador.

A relação Câmbio-Salário em 1981 refletiu a pré-fixação irrealista da correção cambial em 1980, já que visou essencialmente romper expectativas inflacionárias. Naquele ano, os saldos comerciais medidos em valores constantes cresceram na mesma proporção do ano anterior, apesar da queda em todos indicadores aqui considerados. Esse resultado foi possível em função do agravamento da recessão, que se refletiu basicamente na queda das importações, dado o declínio do nível de atividade interna, mas também pelo acrêscimo dos valores de ex portação, representando alternativa de colocação de produtos à venda em mercados com maior poder aquisitivo. Nesse contexto, a queda da relação Câmbio-Salário foi influenciada em maior grau pela valorização cambial, já que em 1981 a política salarial foi pouco alterada, penalizando as remunerações superiores a dez salários mínimos, ao mesmo tempo em que se regis-

trou índices elevados de desemprego.

Em 1982, a relação Câmbio-Salário ainda foi de crescente, porém com menos intensidade. A produtividade da indústria se elevou em 5,1% e as relações de troca praticamente se estabilizaram. Nesse ano, as exportações decresceram, as importações também e mesmo assim, os saldos comerciais, que até então eram crescentes, decresceram 18,8% em termos reais. Além da deterioração da relação Câmbio-Salário, contribuíram para esse resultado, as turbulências advindas com a moratória mexicana, que suspendeu financiamentos ainda existentes ao País.

No final de 1982, a decisão de recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para saneamento das condições externas brasileiras é anunciada oficialmente, o que denotou em 1983, arrocha salarial promovido gradualmente através de quatro alterações na política salarial daquele ano. Em março de 1983, procede-se no País nova maxidesvalorização do cruzeiro na exata proporção anterior, em dezembro de 1979.

Apesar da queda das relações de troca, que foi modesta, os saldos comerciais cresceram 60,1%, em termos reais, motivados por redução substancial das compras internacionais e pelo crescimento das vendas. Neste ano, as medidas cambiais e salariais impulsionaram a relação Câmbio-Salário, o que certamente viabilizou aquele resultado (Maia e Simoens, 1985, p. 5). Naquele ano a produtividade da indústria ainda foi crescente em 1,5%.

Em 1984, a manutenção da política salarial restritiva até outubro, juntamente com a continuidade da política de minidesvalorizações cambiais depois de estabelecido novo patamar de taxas de câmbio com a maxidesvalorização de 1983, definiram um crescimento bastante expressivo na relação Câmbio-salário para aquele ano (9,7% em relação ao ano anterior). A produtividade da indústria cresceu 11,1% em relação ao ano anterior, cujo patamar já era alto e as relações de troca cresceram em cinco pontos percentuais. Indubitavelmente, um quadro bastante favorável ao crescimento dos saldos comerciais que se concretizou variando positivamente em relação a 1983, em 62,8%, influenciado primordialmente pela elevação dos valores de exportação, que encontraram respaldo na demanda norte-americana por nossos produtos.

IV.2.2 - A Relação Câmbio-Salário para as INT

QUADRO 15 - Indústrias não Tradicionais

Anos	<u>Câmbio</u> Salário	<u>Produti</u> vidade	<u>Exporta</u> ções (1)	<u>Importa</u> ções (1)	Saldos (1) Comerciais	Relações de trocas
1974	3.138	15.418	-12.280	78
1975	3.129	13.720	-10.591	76
1976	100,3	91,0	3.284	11.742	-8.458	85
1977	87,1	89,5	4.043	9.943	-5.900	100
1978	73,9	94,1	5.344	10.028	-4.684	86
1979	68,3	98,7	6.559	10.002	-3.443	79
1980	70,1	104,0	7.800	10.297	-2.497	65
1981	55,7	100,0	9.140	8.123	1.017	55
1982	49,3	107,1	7.751	6.566	1.185	54
1983	70,7	110,3	8.582	4.897	3.685	53
1984	77,8	122,0	10.800	4.146	6.654	58

(1) Valores em US\$ milhões constantes

Fontes dos dados brutos: Boletins mensais do Banco Central do Brasil e Indicadores Econômicos da FIBGE.

Comparativamente à indústria de transformação em seu conjunto, a relação Câmbio-Salário para as INT apresentou índices mais baixos, caracterizando o pagamento de melhores salários para este segmento industrial.

Esse comportamento é justificado, já que aquele agrupamento de indústrias compreende setores dinâmicos da

economia, onde os valores referentes ao comércio exterior são mais elevados. Viabilizando também relações Câmbio-Salário menores, os índices de produtividade das INT superam os da indústria de transformação em seu conjunto. O crescimento médio anual de produtividade das INT foi, no período 1976/84, de 3,7% ao ano, sendo que isoladamente, os dois grupos integrantes das INT apresentaram crescimento médio anual de 3,7% nas indústrias dinâmicas; e 4,5% nas indústrias intermediárias.

Dentre os gêneros industriais relacionados entre as indústrias dinâmicas destacaram-se pela taxa de crescimento anual média de produtividade, as indústrias: química, 6,7%; material elétrico e de comunicações, 5,8%; e metalurgia, 4,1%. Entre as indústrias intermediárias destacaram-se pelo aumento de produtividade, o gênero Papel e Papelão, 6,1% ao ano.

À exceção do gênero químico, todos os citados apresentaram taxas mais elevadas de produtividade entre 1980 e 1984 (tabela 16).

IV.2.3 - A Relação Câmbio-Salário para as IT

QUADRO XVI - Indústrias Tradicionais

Anos	<u>Câmbio</u> Salário	<u>Produti</u> vidade	<u>Exporta</u> ções (1)	<u>Importa</u> ções (1)	Saldos (1) Comerciais	Relações de trocas
1974	3.453	746	2.707	78
1975	3.243	566	2.677	76
1976	96,5	86,3	3.381	506	2.875	85
1977	89,4	88,5	4.119	543	3.576	100
1978	78,5	90,5	4.592	484	4.108	86
1979	76,6	93,2	4.868	517	4.351	79
1980	77,6	99,6	5.262	424	4.838	65
1981	63,6	100,0	5.383	356	5.027	55
1982	56,9	104,0	4.063	340	3.723	54
1983	81,8	104,7	4.535	361	4.174	53
1984	92,8	112,5	6.526	385	6.141	58

(1) Valores em US\$ milhões constantes

Fonte dos dados brutos: Boletins Mensais do Banco Central do Brasil e Indicadores Econômicos da FIBGE.

As indústrias tradicionais no período em análise evidenciaram um menor crescimento dos salários, quando comparados com os das indústrias não tradicionais, já que o índice referente às taxas cambiais são os mesmos para ambos agrupamentos e as relações Câmbio-Salário são superiores em todo período. Esse comportamento reflete a menor importância do grupo como polo de desenvolvimento do País, o que de certa forma se verifica pelo menos aumento de produtividade desse grupo (3,6% ao ano)

(tabela 16).

Neste grupo, contribuíram para o aumento desse indicador os gêneros: fumo, 6,4%; perfumaria, 5,9%; e têxtil, 4,4% ao ano. Dos três gêneros citados, o de fumo elevou sua produtividade de forma acentuada entre 1980 e 1984, enquanto os dois outros apresentaram índices maiores entre 1977 e 1979, especialmente o de perfumaria (tabela 16).

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio exterior brasileiro de produtos industrializados sofreu alterações marcantes desde meados da década de 1970 até a primeira metade da década seguinte. Os déficits comerciais decresceram entre 1974 e 1978 para, a partir de 1979, dar lugar a superávits que se elevaram até 1985 e 1986.

Esse processo de reversação registrado nos saldos comerciais tem suscitado discussão acerca de sua natureza, que pode ser definida sob dois enfoques: o primeiro que atribui aos saldos conotação de estrutura, assim entendida aquela decorrente de condições próprias da economia brasileira, que não se alteram no curto prazo por influência de políticas econômicas (Moura, 1981, p.46) e, o segundo, que empresta à política econômica condições de gerar saldos positivos de comércio, definindo assim a conotação conjuntural destes.

No segundo capítulo deste estudo, explorou-se esse assunto procurando inicialmente alertar para a dificuldade em definir critérios que permitam isolar efeitos sobre os resultados apresentados, uma vez que em maior ou menor grau, os resultados são influenciados por ambos os fatores.

Resumiu-se a metodologia utilizada por Antonio Barros de Castro (1985) para definir a característica estrutural dos saldos comerciais brasileiros, para quem a política econômica não auxiliou nesse processo. Sua metodologia pode

ser descrita como o cálculo do diferencial existente entre as importações virtuais e efetivas, o que gerou o ganho de divisas pelo País. As importações virtuais resultaram da diferença algébrica entre o consumo interno de produtos atendidos pelo II PND, com suas respectivas produções médias nos anos de 1979/80. A subtração das importações virtuais das efetivas, ambas líquidas de exportação, definiram o ganho de divisas, do qual Castro se utilizou para definir o caráter estrutural dos superávits.

A partir da metodologia descrita, teceram-se alguns comentários a respeito de seu critério: o primeiro, diz respeito à forma de compatibilização adotada pelo autor para comparação dos dados de comércio com os de produção, já que estes são apresentados sob classificações diferentes, impedindo sua comparação sem a devida adequação de um ao outro. Os dados de comércio são classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) e os dados de produção, com a classificação adotada pela FIBGE por gênero de indústria; o segundo, trata do período por ele eleito para o cálculo das importações virtuais. Castro considerou como período de pico da produção o biênio de 1979/80, quando segundo Munhoz (1986) o período de pleno emprego para os gêneros industriais tratados foi outro; produtos químicos e minerais não metálicos, em outubro de 1976; e metalurgia, em agosto da quele mesmo ano. O condicionante estrutural aqui abordado vinculou-se à estratégia substitutiva de importações, ligando a estruturação do parque produtivo nacional, nos moldes daquela

estratégia, à dos saldos comerciais.

A última etapa do processo substitutivo no Brasil atuou sobre os bens de produção, fundamentalmente em decorrência da implementação do II PND, que vigorou para o período de 1975/79, período esse marcado por desaquecimento econômico. Os projetos delineados pelo II PND foram sustentados pelo Setor Produtivo Estatal, que ao manter taxas elevadas de investimento, garantiu alguns efeitos positivos, que teriam finalizado a estratégia substitutiva no Brasil.

Uma vez estruturada a indústria, a pauta de importações se tornaria relativamente menor e mais refinada, reduzindo assim os valores de importação. Pelo lado das exportações, considerou-se razoável supor crescimento desses valores, já que a produção de bens de capital e intermediários passaria a escoar pelo mercado externo, contribuindo para a obtenção de superávits comerciais.

Pelo acima exposto, é que se elegeu como critério para averiguação dos condicionantes estruturais, aquele que demonstrasse a reversão de tendência deficitária nos saldos comerciais brasileiros na categoria bens de produção, especialmente os bens de capital, última categoria afetada pela substituição de importações.

O componente de estrutura como foi aqui delineado carece contudo de alguma considerações. O esforço industrializante desenvolvimento no País e que culminou com o II PND, desenvolvendo a Indústria pesada, alçou a economia brasileira à instância industrial. A predominância do setor industrial, manifesta em indicadores de produção ou comércio internacional, é sem dúvida um indicador de que o padrão tecnológico do País se alterou com a industrialização substitutiva de importações; todavia, a defasagem tecnológica em relação aos grandes centros industriais do mundo capitalista continua a existir, na medida em que o estágio tecnológico daquelas economias prevê o desenvolvimento de áreas ainda não franqueadas para economias do terceiro mundo. Neste sentido, as economias em processo de desenvolvimento com características industriais passaram a desempenhar funções antes pertinentes aos países cêntricos, quando o processo de acumulação se baseava primordialmente na indústria pesada; etapa desenvolvimentista que antecedeu o estágio atual daquelas economias, voltadas hoje para serviços lato sensu.

O desenvolvimento da indústria pesada no País representou, portanto, parte do processo de acumulação capitalista internacional, o qual atribuiu às economias em desenvolvimento, a função de supridoras de bens de produção juntamente com as economias avançadas, que apesar do novo estágio de crescimento sucatearam por completo seus parques produtivos pesados. Essa nova etapa da divisão internacional do trabalho promoveu o direcionamento do processo cumulativo interno para

a indústria de base, contrariando tendência histórica de desenvolvimento baseado em bens de consumo duráveis.

Subsidiariamente, apresentaram-se indicadores econômicos do Japão e de países integrantes dos "Newly Industrializing Countries (NICs)", para avaliar comparativamente o desempenho da economia Brasileira. Os indicadores do Japão utilizados como referencial para avaliação do comércio externo brasileiro, referem-se à década de 1970 exatamente porque nesse período a economia japonesa apresentava características semelhantes, em seu processo desenvolvimentista, às do Brasil na década de 1980. Naquele período, a economia japonesa já desenvolvera seu parque produtivo de base e chegou a exportar em 1975 itens da indústria pesada em proporção de 74,2% de sua pauta de manufaturados. O desenvolvimento da indústria de bens de capital no Japão resultou do esforço de pós-guerra para reconstrução do País e nesse processo o governo japonês optou por técnicas capital-intensivas, contrariando de certa forma a teoria das vantagens comparativas, pois o fator abundante àquela altura era a mão-de-obra. Após a II Guerra Mundial o crescimento da produção de bens de capital se acelerou e, em 1975, já representava cerca de 74,4% da produção industrial.

Em relação aos NICs, os dados de exportação disponíveis para o ano de 1975 evidenciaram a preponderância da pauta de bens de produção sobre os de consumo, especialmente os intermediários.

O terceiro capítulo versou sobre o comportamento dos saldos comerciais brasileiros no período 1974 a 1984. Os dados foram apresentados em valores constantes com base em duas classificações adotadas pela FIBGE, que dizem respeito a categorias de uso e gêneros da indústria. Para ambos, foi necessário traduzir-se os dados referentes ao comércio, classificados segundo a NBM, conforme descrito em apêndice.

Considerou-se nesta análise os produtos industrializados, dado que estes permitem maior sustentação dos saldos quando comparados com produtos básicos, estes mais influenciáveis por fatores cíclicos de curto prazo, provocados por sua vez por fatores externos.

Descreve-se inicialmente visões alternativas sobre a origem dos superávits comerciais brasileiros. A primeira está consubstanciada na tese de Castro (1985 pp8/9), para quem esses resultados vinculam-se à maturação de investimentos gerados no II PND. Segundo este autor, a partir de 1979/80 os efeitos dos investimentos caracterizados no plano começam a se manifestar na forma de superávits comerciais.

Alternativamente a esta visão desenvolveu-se um enfoque enfatizando os efeitos de política econômica na geração desses resultados. Maria da Conceição Tavares (1985, pp.5/20) argumenta em favor desta tese condicionando a política econômica interna à norte-americana durante a gestão Reagan,

que se caracterizou pelos déficits fiscal e comercial naquele País. O primeiro, decorrente, do giro da dívida que permite captar recursos externos em função das taxas de juros oferecidas para aplicação de capitais forâneos de curto prazo e dos gastos militares. O segundo, dada a opção de priorizar o setor serviços em detrimento da indústria pesada, ampliando o espaço para economias em desenvolvimento.

Uma breve descrição a respeito da indústria de base no Brasil antecedeu a análise dos resultados. Nessa descrição são relacionadas as principais medidas econômicas em favor da estruturação desse setor desde 1955. Anteriormente a esse período, registraram-se algumas medidas que não foram enquadradas como medidas econômicas por não serem consideradas como políticas deliberadas para estruturação do setor.

Os principais resultados comerciais por categorias de uso manifestaram-se no setor de bens de produção primordialmente. Os valores de importação de bens de capital decresceram como participação percentual do PIB, de 3,1% em 1974 para 0,9% em 1984. Essa mesma relação para produtos intermediários decresceu de 4,6% em 1974 para 1,0% em 1984, enquanto para os bens de consumo duráveis, de 0,3% em 1974 esta relação atingiu 0,1% em 1984.

Os valores de exportação quando relativizados pelo PIB cresceram mais acentuadamente na categoria de

bens intermediários; de 0,9% em 1974 para 3,6% em 1984. Bens de Capital aumentaram a participação sobre o PIB de 0,6% em 1974 para 1,0% em 1984, enquanto os bens de consumo duráveis passaram de 0,2% para 0,7%.

O superávit gerado pela redução das compras internacionais e aumento das vendas, proveu a economia de recursos suficientes para saldar o compromisso da dívida externa, limitando importações essenciais ao processo de acumulação interna. Desta forma, a reversão dos saldos comerciais teria representado a estruturação da indústria de base no País e as condições impostas pelo elevado endividamento externo, teriam limitado internamente o crescimento econômico.

A limitação do crescimento fez-se notar pelos dados referentes ao grau de abertura da economia brasileira em relação ao Japão e NICs. O Brasil apresentou ao longo do período analisado, declínio neste indicador, enquanto para grande parte dos países mencionados este indicador foi crescente, importando notar que nas economias mencionadas os valores de importação situam-se próximos aos de exportação.

Os saldos comerciais apresentados por gêneros de indústria demonstraram, pelo lado das importações, que os maiores decréscimos ocorreram em relação a produtos das indústrias não tradicionais, especialmente as dinâmicas, lideradas pela metalúrgica. A relação importações-PIB para as in-

dústrias não tradicionais decresceu de 7,6% em 1974 para 2,0% em 1984, sendo que para as indústrias dinâmicas esse percentual foi de 7,2% em 1974 e 1,9% para 1984 e para as intermediárias, 0,4% e 0,1% respectivamente. O decréscimo nessa relação para as indústrias tradicionais foi de 0,4% em 1974 para 0,2% em 1984. Os itens integrantes das indústrias não tradicionais foram em grande parte os atendidos pelo II PND, refletindo de certa forma os efeitos daquele plano.

Pelo lado das vendas externas, o comportamento do indicador exportações-PIB foi análogo ao registrado para importações. Os maiores acréscimos verificam-se nos produtos das indústrias não tradicionais. Os referentes à indústria dinâmica cresceram de 1,4% em 1974 para 4,6% em 1984; indústrias intermediárias, de 0,1% para 0,5%, enquanto para aqueles que compõem a indústria tradicional aquele indicador cresceu de 1,7% para 3,1%. Evidencia-se a partir desses dados a diversificação da pauta de exportações em favor das indústrias dinâmicas.

A divisão desse período analisado em três subperíodos - 1974/76, 1977/79 e 1980/84 - ilustrou que as maiores transformações nos saldos comerciais ocorreram na última fase mencionada, refletindo dois aspectos importantes. O primeiro, que trata da estruturação do parque industrial, ou seja, é de se supor que o impacto provocado pela substituição de importações tenha se registrado nesta fase, dada a própria

dinâmica do processo. O segundo aspecto trata do ponto, de certa forma em contraposição ao primeiro, referente à contribuição da política econômica nesse processo. A partir dos anos 1980, a política econômica implementada no País atendeu às necessidades criadas no "front" externo, o que teria também contribuído para a criação dos saldos comerciais positivos e, portanto, ressaltando aspectos conjunturais desses resultados.

No quarto capítulo, direcionou-se enfoque para os resultados da política econômica contrapondo-se aos dois outros capítulos, que fundamentalmente trataram dos condicionantes estruturais dos superávits. Assim, introduziu-se com esse objetivo um indicador de política econômica que trata da relação entre dois preços na economia - a taxa de câmbio e os salários na indústria. O questionamento sobre a validade desse indicador quando analisado isoladamente impôs subsidiariamente o acompanhamento de dois outros indicadores: produtividade e relações de troca.

Nesse capítulo, foram descritas as principais medidas de política econômica afetas às áreas cambial e salarial, introduzindo o indicador Câmbio-Salário. Esse indicador foi decrescente entre os períodos de 1976 e 1982 e crescente a partir de então, até 1984. A alta registrada por esse indicador deveu-se à retração dos salários na fase aguda de recessão e à política cambial, que esteve voltada à geração de dívidas necessárias ao cumprimento das obrigações financeiras

decorrentes do elevado endividamento externo do País.

Nas indústrias não tradicionais o comportamento de queda desta relação foi mais acentuado do que para as tradicionais e durante a alta esse comportamento foi menos acentuado. Isso de certa forma refletiu o maior controle sobre os salários no polo não dinâmico da economia, já que a taxa cambial utilizada neste estudo foi uniforme entre os gêneros industriais, refletindo apenas os valores nominais.

A produtividade da mão-de-obra cresceu de maneira mais acelerada nas indústrias não tradicionais, ainda que esse comportamento de alta tenha se registrado também para as tradicionais, porém em ritmo menos acentuado. Nos gêneros: químico, 6,7%; material elétrico e de comunicações, 5,8% e metalúrgico, 4,1%, entre os integrantes das indústrias dinâmicas. Entre as indústrias intermediárias destacou-se o gênero papel e papelão, com crescimento médio anual de 6,1%.

Mesmo no setor tradicional da indústria, alguns gêneros industriais apresentaram crescimento expressivo de produtividade no período 1976/1984: fumo, 6,4% ao ano; perfumaria sabões e velas, 5,9% ao ano, e têxtil, 4,4% ao ano.

O indicador de relações de troca da economia (este indicador não foi estimado a nível setorial) declinou em 1975 relativamente a 1974, registrou alta até 1977 e en

tre 1978 e 1983 foi declinante, revertendo apenas em 1984.

O crescimento da produtividade na indústria, com o crescimento da relação Câmbio-Salário a partir de 1982, apesar da queda quase generalizada das relações de troca no período analisado, exerceu influência positiva sobre os superávits comerciais no período tratado neste texto, o que não autoriza descartar efeitos conjunturais sobre esses resultados ' nos anos 1980, ainda que a estruturação do parque produtivo na nacional tenha promovido saldos positivos de comércio externo.

Concluindo: pelo critério definido nesta monografia para qualificar a natureza dos superávits comerciais recentes no Brasil pode-se constatar que a industrializa- ' ção substitutiva de importações, iniciada praticamente nos - ' anos 1930 e completada nos anos 1970 com a implantação do II ' PND, permitiu a obtenção de resultados estruturais em função ' de aparelhamento da indústria de base. De fato, as transforma- ' ções ocorridas nas contas comerciais brasileiras foram mais ' marcantes na pauta de produtos da indústria de bens de capital e intermediários quando se analisam os dados por categoria de uso; e na pauta de produtos integrantes das indústrias não tra- ' dicionais, quando analisados os dados por gênero de indústria.

Em ambas classificações denotam-se influ- ' ências da estratégia substitutiva que visou equipar a indús- ' tria nacional, corroborando até certo ponto a tese de que a na

tureza dos superávits comerciais é estrutural. Para essa constatação foi importante a adequação dos dados de comércio às de outros indicadores tratados neste estudo, divulgados segundo a classificação adotada pela FIBGE - categorias de uso e gêneros industriais.

É, no entanto, prematuro abordar-se esta questão a partir de um único prisma, negligenciando os efeitos da política econômica implementada no País, mormente na primeira metade da década de 1980, período em que se verificou predominantemente comportamento cíclico de descenso.

A política recessiva dos anos 1980 certamente contribuiu no processo de geração de superávits, o que se pode notar pelas medidas e resultados posteriores atinentes ao comércio exterior brasileiro. A política cambial esteve voltada para a expansão das exportações e controle das importações e a política salarial foi restritiva. Em decorrência, a relação câmbio-salário foi crescente em 1983 e 1984 favorecendo portanto a colocação de produtos brasileiros no exterior e dificultando em contrapartida as importações. No que tange às exportações pode-se constatar que os produtos industrializados foram demandados pelo mercado norte-americano em maior proporção naqueles períodos, enquanto a pauta de produtos básicos em relação àquele País manteve-se praticamente inalterada. Esse comportamento reflete a influência da política econômica adotada naquele país sobre os saldos comerciais brasileiros,ilus-

trando também desta forma contingências conjunturais relativas aos superávits.

Assim, se conclui pela conjugação de efeitos sobre os resultados comerciais com um adendo a respeito do papel desempenhado pela política econômica no Brasil nos anos de recessão. A própria política econômica que retrata condicionantes conjunturais pode ter exercido influência na estruturação do parque produtivo nacional com efeitos sobre os saldos. Na medida em que a recessão registrada no País durou até 1984, restringindo importações e viabilizando exportações, pode ter ocorrido um condicionamento do comportamento dos industriais voltado para progressos tecnológicos que acabam contribuindo para estruturação do setor industrial.

O modelo de industrialização adotado no Brasil caracterizou-se pela orientação Cepalina de Desarrollo Hacia Adentro. Neste sentido e pela análise aqui desenvolvida, pode-se supor que o mesmo não objetivou transformar a economia brasileira em essencialmente exportadora, a exemplo de "plataformas de exportação" do tipo asiático. Desde sua origem, o mercado alvo a ser atendido pela industrialização substitutiva de importações foi fundamentalmente, o interno. Para que surgissem, então, elevados superávits comerciais foi necessária uma política econômica "ad-hoc". Desta forma, os estudos nos permite contestar em, certa medida, a tese defendida por Antonio Barros de Castro (1985), que afasta por completo os efei-

de política econômica sobre os saldos comerciais brasileiros.

A política econômica brasileira e mesmo aquela dos países industrializados, em especial a norte-americana, viabilizou alterações do modelo brasileiro, aumentando o grau de abertura da economia pelo crescimento das exportações, o que ocorreu em função da necessidade gerada pelo endividamento externo, de prover recursos para transferência ao exterior. É de se supor, apesar da inegável importância de fatores estruturais na determinação dos superávits comerciais brasileiros, que o relaxamento na aplicação da política econômica comprometerá ditos resultados, na medida em que ambos os fatores demonstraram ter caminhado juntos em sua determinação. É a implementação de políticas econômicas condizentes com os resultados almejados na área externa que permitirá se façam sentir sobre os saldos os efeitos do desenvolvimento industrial conquistado no País.

A quantificação dos efeitos conjunturais e estruturais seria supostamente a meta a ser seguida. Isto pressupõe trabalhos com orientação pouco diversa deste e neste sentido aponta-se esta problemática como sugestão para trabalhos futuros. Além disso, sugere-se também para enriquecimento dos dados e consequentemente da pesquisa, a elaboração de indicadores setoriais (por gênero de indústria) referentes à taxa de câmbio, assim entendida aquela que traduz os efeitos de estímulos creditícios e fiscais sobre o preço das divisas inter-

nacionais, o que permitiria melhor avaliação da relação Câmbio-Salário, e em decorrência dos efeitos da política econômica ' sobre os saldos comerciais, a nível de gênero industrial. Su-' põe-se ser esta uma sugestão para um melhor acompanhamento da política econômica brasileira. Da mesma forma sugere-se o aprimoramento da pesquisa com a criação de indicadores, igualmente setoriais, relativos às relações de trocas da economia.

VI - A B S T R A C T

The industrialized products surplus in Brazilian trade balance, during the eighties is analized in terms of its conjuncture and struture features. This dissertation shows the interdependence between economic policy - focusing mainly external disequilibrium - and the import substitution process adopted in Brazil since the thirties and ended in the second-half of seventies, with the implementation of the II National Development Plan.

T A B E L A S

TABELA 1

Intercâmbio Comercial Brasil/EUA(1)

Participação percentual

Exportação				
	Total	Produtos Básicos	Produtos Industrializados	Importação
1974	22	20	25	24
1975	15	13	18	25
1976	18	16	24	23
1977	18	13	25	20
1978	23	18	27	21
1979	19	16	22	18
1980	17	17	18	18
1981	18	15	20	16
1982	20	15	24	15
1983	23	12	31	16
1984	29	15	36	17

(1) Inclui Porto Rico

Fonte: Boletim BCB - vários números

TABELA 2

SALDOS COMERCIAIS BRASILEIROS POR CATEGORIA DE USO - US\$milhões constantes

Categorias de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	-5.019	-5.936	-4.009	-3.320	-3.118	-2.460	-2.080	-93	-867	272	28
Bens Intermediários	-7.564	-5.074	-4.017	-3.392	-2.430	-2.076	-1.897	441	881	3.066	5.529
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	-149	93	51	407	600	575	916	1.252	780	932	1.193
- Não Duráveis	2.423	2.304	1.719	3.361	3.833	4.263	4.995	4.198	3.437	3.361	6.315
Ind. de Transformação	-10.309	-8.613	-6.256	-2.944	-1.115	302	1.934	5.798	4.231	7.631	13.065

Incluídos os gêneros industriais: Perfumes, sabões e velas; Produtos das matérias plásticas; e Diversos, na categoria Bens de Consumo não Duráveis.

Fonte dos dados brutos: CACEX

TABELA 3

Importações Brasileiras por Categoria de uso - US\$ Milhões Constantes

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	6.183	7.053	5.105	4.766	5.046	4.799	4.814	3.132	3.224	2.381	1.969
Bens Intermediários	9.301	6.446	5.558	5.086	4.722	5.231	5.595	4.141	3.328	2.340	2.096
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	602	540	595	501	528	496	473	304	350	271	242
- Não Duráveis	1.000	1.103	1.798	897	1.048	952	667	1.492	984	773	598
Ind. de Transformação	17.086	15.142	13.056	11.250	11.344	11.478	11.549	9.069	7.886	5.765	4.905

Incluídos os gêneros industriais: Perfumes, sabões e velas; Produtos das Matérias Plásticas; e Diversos; na categoria Bens de Consumo não Duráveis.

Fonte dos dados brutos: CACEX

TABELA 4

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO - US\$ Milhões Constantes

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	1.164	1.117	1.096	1.446	1.928	2.339	2.734	3.039	2.357	2.653	1.997
Bens Intermediários	1.737	1.372	1.541	1.694	2.292	3.155	3.698	4.582	4.209	5.406	7.625
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	453	633	646	908	1.128	1.071	1.389	1.556	1.130	1.203	1.435
- Não Duráveis	3.423	3.407	3.517	4.258	4.881	5.215	5.662	5.690	4.421	4.134	6.913
Ind. de Transformação	6.777	6.529	6.800	8.306	10.229	11.780	13.483	14.867	12.117	13.396	17.970

Incluídos os gêneros industriais: Perfumes, sabões e velas; Produtos das Matérias Plásticas; e Diversos, na categoria Bens de Consumo não Duráveis.

Fonte dos dados brutos: CACEX

TABELA 5

IMPORTAÇÕES - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CATEGORIA DE USO - (VALORES CONSTANTES)

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	36	47	39	42	44	42	42	35	41	41	35
Bens Intermediários	54	42	43	45	42	46	48	55	42	41	43
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	4	4	4	5	5	4	4	3	5	5	5
- Não Duráveis	6	7	14	8	9	8	6	7	12	13	12
Ind. de Transformação	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados brutos: CACEX

TABELA 6

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS/PIB POR CATEGORIA DE USO

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	3,1	3,2	2,0	1,7	1,6	1,6	1,7	1,1	1,1	1,1	0,9
Bens Intermediários	4,6	2,9	2,1	1,8	1,5	1,7	1,9	1,7	1,1	1,1	1,0
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
- Não Duráveis	0,5	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3
Ind. de Transformação	8,5	6,8	5,0	4,0	3,6	3,8	4,0	3,1	2,6	2,7	2,3

Fonte dos dados brutos: CACEX e Programa de Ajustamento Econômico do Banco Central do Brasil - ago/86

TABELA 7

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CATEGORIA DE USO - (VALORES CONSTANTES)

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	17	17	16	17	19	20	20	20	20	14	11
Bens Intermediários	26	21	23	20	22	27	27	31	35	40	42
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	7	10	9	11	11	9	11	11	9	9	8
- Não Duráveis	50	52	52	52	48	44	42	38	36	37	39
Ind. de Transformação	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados brutos: CACEX

TABELA 8

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS/PIB - POR CATEGORIA DE USO

Categoria de Uso	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Bens de Capital	0,6	0,5	0,4	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	0,8	0,9	1,0
Bens Intermediários	0,9	0,6	0,6	0,6	0,7	1,0	1,3	1,6	1,4	2,5	3,6
<u>Bens de Consumo</u>											
- Duráveis	0,2	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,5	0,5	0,4	0,6	0,7
- Não Duráveis	1,7	1,5	1,4	1,5	1,6	1,7	2,0	2,0	1,5	2,3	3,3
Ind. de Transformação	3,4	2,9	2,6	2,9	3,3	3,8	4,7	5,1	4,1	6,3	8,6

Fonte dos dados brutos: CACEX e Programa de Ajustamento Econômico do Banco Central do Brasil - ago/86

TABELA 9

GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA - JAPÃO/NICs/NEXT TIERS

PAÍSES	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
JAPÃO	23	21	22	20	17	20	24	24	24	22	23
<u>NICs</u>											
- Argentina	8	18	15	13	11	14	22	18	...
- Brasil	29	20	14	10	14	16	16	16	14	18	20
- Coréia	59	55	57	56	55	52	62	65	61	63	64
<u>NEXT TIERS</u>											
- Colômbia	24	24	25	24	25	23	25	22	22	19	22
- Filipinas	40	36	34	34	34	36	38	35	32	36	35
- Malásia	85	78	82	80	80	89	95	93	92	89	88
- Tailândia	39	34	37	40	39	44	44	44	39	39	40

Fonte dos dados brutos: International Financial Statistics - Anuário FMI 1985

TABELA 10

Importações Brasileiras/Produtos segundo gênero de indústria
(US\$ milhões constantes/valores de 1985)

Período Gênero	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Metalúrgica	3944	2899	1470	1455	1140	1115	1152	1072	621	283	253
Mecânica	3852	4507	3846	2944	3187	3194	2870	2498	1789	1191	993
Mat.el.e Com.	1499	1690	1646	1396	1411	1428	1372	1213	1202	821	703
Mat. transp.	1337	1326	1025	884	1023	636	993	618	462	627	505
Química	3833	2647	3212	2720	2707	3028	3362	2199	2111	1658	1421
Prod.farm.e vet.	30	35	26	26	29	27	25	27	25	26	17
<u>Tot. ind. dinâm.</u>	<u>14495</u>	<u>13104</u>	<u>11225</u>	<u>9425</u>	<u>9497</u>	<u>9428</u>	<u>9774</u>	<u>7627</u>	<u>6210</u>	<u>4606</u>	<u>3892</u>
Min.não met.	184	150	129	140	154	168	143	177	94	58	47
Papel e pa- pelão	564	317	296	271	250	273	234	188	158	132	116
Borracha	175	149	92	107	127	133	146	131	104	101	91
<u>Tot. ind. Interm.</u>	<u>923</u>	<u>616</u>	<u>517</u>	<u>518</u>	<u>531</u>	<u>574</u>	<u>523</u>	<u>496</u>	<u>356</u>	<u>291</u>	<u>254</u>
Madeira	19	14	25	32	47	36	48	34	24	17	18
Têxtil	345	211	156	131	119	96	95	77	65	56	42
Vest./Calçados	24	19	30	20	17	22	16	10	15	10	4
Prod.Alim.	242	213	193	271	178	239	179	156	128	157	169
Bebidas	43	32	27	22	32	27	17	12	10	10	8
Fumo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial e gráf.	57	59	55	50	65	65	56	40	47	41	20
Mobiliário	1	5	4	-	1	1	1	-	1	3	-
Couros/Peles/ /sim.	15	12	16	17	25	31	12	27	50	67	124
<u>Tot. Ind.trad.</u>	<u>746</u>	<u>566</u>	<u>506</u>	<u>543</u>	<u>484</u>	<u>517</u>	<u>424</u>	<u>356</u>	<u>340</u>	<u>361</u>	<u>385</u>

Fonte: Relatórios CACEX/BB - vários números - dados brutos

TABELA 11

RELAÇÃO IMPORTAÇÕES/PIB(%)

US\$ Constantes

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Ind. Dinâmicas	7,2	5,9	4,3	3,4	3,0	3,1	3,4	2,6	2,1	2,2	1,9
Ind. Intermed.	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Dinam. + Inter- med.	7,6	6,2	4,5	3,5	3,2	3,2	3,6	2,8	2,2	2,3	2,0
Tradicionais	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Total Indústria	8,0	6,5	4,7	3,7	3,4	3,4	3,7	2,9	2,4	2,5	2,2

TABELA 12

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS/PRODUTOS SEGUNDO GÊNERO DE INDÚSTRIA
(US\$ milhões constantes/valores de 1985)

Período Gênero	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Metalúrgica	460	520	525	613	963	1369	1409	1510	1367	2250	2713
Mecânica	591	803	700	1017	1235	1393	1718	1688	1293	1186	1419
Mat. el. e comun.	387	298	342	472	493	472	545	598	419	452	596
Mat. transp.	403	599	675	835	1290	1498	1785	2215	1781	1486	1360
Química	1036	670	807	818	921	1130	1363	2160	2148	2401	3533
Prod. farm. e vet.	8	7	7	10	12	15	17	22	24	18	31
<u>Total Ind. din.</u>	<u>2885</u>	<u>2897</u>	<u>3056</u>	<u>3765</u>	<u>4914</u>	<u>5877</u>	<u>6837</u>	<u>8193</u>	<u>7032</u>	<u>7793</u>	<u>9652</u>
Miner. não metál.	74	81	81	89	121	144	196	195	121	113	158
Papel e papelão	150	109	112	114	226	425	613	624	476	533	747
Borracha	29	42	35	75	83	113	154	128	122	143	243
<u>Tot. Ind. Interm.</u>	<u>253</u>	<u>232</u>	<u>228</u>	<u>278</u>	<u>430</u>	<u>682</u>	<u>963</u>	<u>947</u>	<u>719</u>	<u>789</u>	<u>1148</u>
Madeira	375	256	227	259	298	376	451	413	283	325	328
Têxtil	594	433	420	485	547	717	656	626	470	615	794
Vest./Calçados	557	562	545	500	709	750	729	848	706	892	1360
Prod.aliment.	1733	1764	1914	2597	2734	2680	3152	3223	2343	2413	3712
Bebidas	8	7	10	9	8	15	15	18	10	5	7
Fumo	8	10	10	11	11	7	6	7	6	7	8
Edit. e gráfica	29	34	15	17	16	19	28	28	23	11	12
Mobiliário	8	7	9	10	13	12	16	19	14	12	18
Couros/peles	141	170	231	231	256	292	209	201	208	255	287
<u>Total. ind. Trad.</u>	<u>3453</u>	<u>3243</u>	<u>3381</u>	<u>4119</u>	<u>4592</u>	<u>4868</u>	<u>5262</u>	<u>5383</u>	<u>4063</u>	<u>4535</u>	<u>6526</u>

TABELA 13

RELAÇÃO EXPORTAÇÕES/PIB (%)

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Ind.Dinâmicas	1,4	1,3	1,2	1,3	1,6	1,9	2,4	2,8	2,4	3,7	4,6
Ind. Interme- diárias	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2	0,4	0,5
Dinâm. + In- termediárias	1,5	1,4	1,3	1,4	1,7	2,1	2,7	3,1	2,6	4,1	5,1
Tradicionais	1,7	1,5	1,3	1,4	1,5	1,6	1,8	1,8	1,4	2,1	3,1
Total Indús- trias	3,2	2,9	2,6	2,8	3,2	3,7	4,5	4,9	4,0	6,2	8,2

TABELA 14

RELAÇÃO CÂMBIO-SALÁRIO POR GÊNERO DE INDÚSTRIA

Gên. de Ind.	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Metalurgia	100,3	89,2	75,7	69,9	70,0	55,5	48,3	72,3	79,4
Mecânica	100,2	87,8	72,7	71,9	76,5	61,0	55,4	79,8	85,9
Mat.el.e Com.	100,5	86,1	72,9	69,6	71,3	56,7	49,6	68,7	75,1
Mat.de Transp.	100,3	86,1	77,9	73,4	74,4	56,5	52,2	75,3	85,6
Química	100,1	89,7	75,7	68,4	69,8	55,0	48,0	70,4	76,0
Prod.Farm.Vet.	100,2	86,7	74,3	72,7	71,8	53,9	47,1	61,9	60,9
Ind. Dinâm.	100,3	87,6	74,9	71,0	72,3	56,4	50,1	71,4	77,2
Min. não met.	100,4	87,7	75,0	70,3	71,1	57,9	51,9	77,6	90,7
Papel e papelão	100,0	87,0	74,8	69,1	69,6	56,6	50,4	73,5	79,9
Borracha	100,4	85,2	68,6	57,4	63,0	50,2	43,0	59,0	64,2
Ind. Intermed.	100,3	86,6	72,8	65,6	67,9	54,9	48,4	70,0	78,3
Têxtil	100,0	86,9	74,2	68,8	69,7	55,8	51,0	76,8	87,3
Vest. e Calç.	100,1	90,4	77,5	74,6	76,9	63,5	58,3	84,9	94,0
Prod. Alim.	100,0	88,8	74,1	71,3	74,1	61,2	55,3	79,8	89,7
Bebidas	100,3	91,5	90,7	91,3	90,9	77,1	69,0	98,2	119,0
Fumo	95,9	89,1	78,8	84,5	70,3	56,3	48,6	68,3	75,8
Perfumaria	78,7	89,2	78,7	73,9	81,3	65,0	58,5	78,9	89,0
Prod. Mat.Plást.	100,3	89,6	75,7	71,8	80,1	66,1	57,4	85,9	94,8
Ind. Tradic.	96,5	89,4	78,5	76,6	77,6	63,6	56,9	81,8	92,8
Ind. de Transf.	100,2	88,1	75,0	70,9	72,2	58,1	52,7	77,3	84,8

Fonte dos dados brutos: Boletins mensais do Banco Central do Brasil e Indicadores Econômicos do IBGE.

TABELA 15

PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA POR GÊNERO DE INDÚSTRIA

Gên. de Ind.	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Metalurgia	92,1	93,5	95,0	99,7	109,9	100,0	103,3	111,5	125,6
Mecânica	109,6	105,5	108,4	112,6	115,6	100,0	97,3	100,9	123,8
Mat.el.e com.	86,3	85,2	93,1	95,3	103,3	100,0	109,9	119,3	134,3
Mat.de Transp.	107,6	108,7	114,5	115,0	113,6	100,0	106,7	103,7	112,1
Química	81,0	83,8	90,1	98,3	98,4	100,0	112,9	116,2	129,0
Prod.Farm.Vet.	92,2	76,4	79,0	82,9	95,3	100,0	109,5	107,8	121,4
Ind. Dinâm.	94,8	92,2	96,7	100,6	106,0	100,0	106,6	109,9	124,4
Min. não Met.	82,7	84,0	87,1	92,9	97,6	100,0	102,8	98,2	109,7
Papel e papelão	84,7	84,5	89,0	94,1	99,7	100,0	100,5	109,3	134,1
Borracha	82,8	83,7	90,3	97,2	102,5	100,0	121,0	126,0	108,3
Ind. Interm.	83,4	84,1	88,8	94,7	99,9	100,0	108,1	111,2	117,4
Têxtil	83,9	87,8	91,0	97,2	103,2	100,0	122,8	123,3	115,7
Vest. e Calç.	89,6	90,4	91,3	92,6	98,3	100,0	92,8	84,4	95,5
Pr. Alim.	89,8	94,2	93,2	90,9	95,9	100,0	97,6	99,5	107,7
Bebidas	91,7	94,5	96,9	98,4	105,7	100,0	95,7	94,0	109,3
Fumo	75,3	81,7	83,5	83,8	89,3	100,0	112,9	120,3	122,4
Perfumaria	79,1	72,5	77,2	88,4	94,5	100,0	93,5	102,4	121,6
Pr. mat. plást.	94,9	98,7	100,6	100,9	110,3	100,0	112,7	108,9	115,1
Ind. Tradic.	86,3	88,5	90,5	93,2	99,6	100,0	104,0	104,7	112,5
Ind. de Transf.	89,9	91,1	94,0	97,9	103,4	100,0	105,1	106,7	118,5

Fonte dos dados brutos: Indicadores Econômicos do IBGE.

TABELA 16

PRODUTIVIDADE MÉDIA - VARIAÇÃO % MÉDIA AO ANO

Gênero de Indústria	1976/1984	1977/1979	1980/1984
Metalurgia	4,1	3,3	3,7
Mecânica	2,0	3,3	2,6
Mat. Eletr. e Comun.	5,8	5,8	7,0
Química	6,7	8,3	7,1
Pr.Farm. e Veter.	2,9	4,2	6,4
Ind. Dinâm.	3,7	4,6	4,5
Min. não Metál.	3,7	5,2	3,1
Papel e papelão	6,1	5,5	8,1
Borracha	3,8	7,8	2,2
Ind. Intermed.	4,5	6,2	4,5
Têxtil	4,4	5,2	3,5
Vest. e Calç.	1,0	1,2	-0,3
Pr. Aliment.	2,4	-1,8	3,0
Bebidas	2,4	2,0	1,2
Fumo	6,4	1,3	8,3
Perfumaria	5,9	10,5	6,9
Pr. das Mat. Plást.	2,7	1,1	1,4
Ind. Tradic.	3,6	2,8	3,4
Ind. de Transf.	3,6	3,7	3,6

Fonte dos dados brutos: Indicadores Econômicos do IBGE.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, C.G. A Economia Japonesa. 1a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981 (2a. ed., 1983), tradução de Hélio Pólvora.
- BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 1a. ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966 (6a. edição aumentada, 1985), tradução de Paulo de Almeida Rodrigues.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, vários números.
- _____. Brasil Programa Econômico. Vol.12, Agosto, 1986.
- _____. Relatório Anual do Banco Central do Brasil. Vários números.
- BONELLI, Régis. Além do Ajuste: uma nota sobre Dilemas e Limitações da Indústria Brasileira na Segunda Metade dos Anos 80. Estudos Econômicos, IPE/USP, set/dez - 1985.
- BONELLI, Régis & Dorothea F.F. Werneck. Desempenho Industrial: Auge e Desaceleração nos Anos 70. In Indústria: política, Instituições e Desenvolvimento, 1a. ed., Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Econômico e Social - Instituto de Pes

quisas - IPEA/INPES, monografia nº 18, Wilson Suzigan, ed., 1978

BRADFORD, Colin. "Rise of the NICs as Exporter on a Global Scale" in The Newly Industrializing Countries: Trade and Adjustment, 1st edition, London, George Allen and UNWIN (publishers) Ltd, 1982, pp.7-24.

CACEX - Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A
- Brasil - Comércio Exterior, Exportação. Mercadorias por Países e Portos. Vários números.

_____ - Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A
- Brasil Comércio Exterior, Séries Estatísticas. Vários números.

CACEX/CIEF - Brasil Comércio Exterior, Importações por Países e Portos. Vários números.

CHENERY, Hollis B. "Patterns of Industrial Growth", American Economic Review, sept. 1960, 5a., pp. 624-54

CARVALHO, Lívio de. "Políticas Salariais no Período 1964-81" in Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982. Vol. 36, nº 1 - Jan/mar-82. pp. 51-84.

CASTRO, Antonio Barros de e Francisco E. P. de Souza. A economia Brasileira em Marcha Forçada, 1a. ed. Rio de Janeiro

ro, Paz e Terra. 1985 (2a. ed. 1985).

CHADAD, José P.Z. e Carlos A. Luque - Políticas Econômicas, Emprego e Distribuição de Renda na América Latina, 1a. ed., São Paulo, IPE/USP, 1984.

CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos Setenta, 1a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

IFS - International Financial Statistics - Anuário 1985

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Industrial - 1980.

FIBGE - Indicadores Econômicos. Vários números.

LAGO, Luis A. Corrêa do, Fernando L. de Almeida e Beatriz M.F. de Lima. A Indústria Brasileira de Bens de Capital: origens, situação recente, perspectivas. 1a. ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LESSA, Carlos. Visão do II Plano Nacional de Desenvolvimento, in Revista Tibiriçã, São Paulo, Ed. Gráfica Ramos de Freitas Ltda. Ano II, nº 6, jan/mar/1977. pp. 47-72.

MACEDO, Roberto B.M. "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social", in Planejamento no Brasil. Organizado por Betti Mindlin Lafer, 1a. ed., 1977, São Paulo, Editora Perspectiva (3a. edição 1975) pp. 51-68.

MAIA, José B. de Z. e Luiz A. S. da Silva. Relação Câmbio/Salário - Uma primeira aproximação ao tema. Texto de circulação interna, Banco Central do Brasil, Depto. Regional de São Paulo, Div. de Pesquisa e Estudos Econômicos, 1985

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira, 1a. edição, São Paulo, Editora Vozes Ltda, 1984.

Manual dos Incentivos aos Exportadores - Rio de Janeiro, Editora Agenco Ltda., Nomenclatura, 1º tomo.

Moura, Alkimar Ribeiro. A Política Cambial e Comercial no Período 1974-80. Relatório de Pesquisa nº 16, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1981.

MORLEY, Samuel A. and Gordon W. Smith. "On the Measurement of Import Substitution" in American Economic Review, 1983. pp. 728-735.

MUNHOZ, Dércio Garcia. "A Economia fora dos Trilhos". In Folha de São Paulo, Caderno de Economia, 20/9/86. p. 26.

ÓCIO, Domingos Zurrón. Salários e Ordenados. Um Estudo de Caso na Indústria de Transformação. Dissertação de Mestrado apresentada na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1977.

Pereira, Luiz C. Bresser. Auge e Declínio nos Anos Setenta. In Revista de Economia Política, São Paulo, Editora Brasileira S/A, Vol. 3, nº 2, abril/junho-1983. pp. 103-189.

II Plano Nacional do Desenvolvimento - II PND (1975-79), República Federativa do Brasil, 1975.

RAPP, Willian J. "Firm Size and Japan's Structure: a microview of Japan's Changing Export Competitiveness Since Meiji", in Japanese Industrialization and its Social Consequences, organized by Hugh Patrick with assistance of Larry Meissner, 1a. edição, Berkeley, Los Angeles, London, University of Califórnia Press, 1976.

RODRIGUES, Octávio. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL, 1a. edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

SANTOS, Gilton Carneiro dos. "Política Cambial: Retrospecto Histórico - 1946/82" In Informativo Regional do Banco Central do Brasil, Vol. 18, nº 3, 1984, pp. 27-43.

SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira", in Revista de Economia Política, São Paulo,

Editora Brasiliense, Vol 2/2, nº 6, abril/junho - 1982.
pp. 5-45.

SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra" in Revista de Economia Política, São Paulo, Editora Brasiliense, Vol. 2/3, nº 7, julho/setembro - 1982. pp. 111-135.

SOUZA, Paulo Renato. "Os Impasses Atuais das Políticas de Emprego e de Salário" in Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 2, 1a. edição, São Paulo, Brasiliense, organizadores Luiz Gonzaga de M. Belluzzo e Renata Coutinho, 1983 (2a. edição, 1983), pp. 139-161.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre Economia Brasileira, 1a. edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972 (9a. edição 1981).

_____. "A Crise Financeira Global" in Revista de Economia Política, São Paulo, Editora Brasiliense, Vol. 3, nº 2, abril/junho - 1983. pp. 15-25.

_____. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana in Revista de Economia Política, São Paulo, Editora Brasiliense, Vol. 5, nº 2, abril/junho - 1985 (a). pp. 7-15.

TURNER, LOUIS. "INTRODUCTION" in THE NEWLY INDUSTRIALIZING COUNTRIES: TRADE AND ADJUSTMENT, 1.st ed., London, George Allen and Unwin (published) Ltd., 1982, pp.1-6.

Yearbook of Accounts Statistics - United Nations, International Table, Vol.II, 1980.

IX - APÊNDICE METODOLÓGICO

O espaço de tempo compreendido por esta análise é o de 1974 a 1984, refletindo inicialmente a reversão da fase cíclica altista da economia brasileira, acompanhada da majoração dos preços do petróleo e da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND para o período de 1975/1979), uma vez que se avalia os resultados do referido plano. O ano de 1984 corresponde ao último período tratado por refletir os efeitos de política econômica e da maturação dos investimentos gerados no II PND. Além disso, esse período correspondia, ao início deste estudo, ao último ano que se dispunha de informações suficientes para análise. Este período foi subdividido em três subperíodos a saber: 1974/1976; 1977/1979; 1980/1984; com base nas inflexões de políticas interna e externa.

Para transformação dos dados de comércio de valores correntes para valores constantes utilizou-se como inflator o índice de preços no atacado para produtos industrializados dos EUA (linha 63a - IFS/FMI), base 1985=100, já que os resultados de comércio são apresentados em dólares americanos e os produtos analisados são os constantes da pauta de produtos industrializados.

Os dados de comércio são apresentados de forma não tradicional, já que a existente em publicações oficiais não permite comparações imediatas com os dados disponíveis para a indústria de transformação, a exemplo de: produção física; pessoal ocu

pado e salários.

Para apresentação dos dados de contas externas por categoria de uso da indústria utiliza-se a metodologia sugerida por Bonelli e Werneck (1978, pp. 217/220), que corresponde a uma adequação dos itens classificados segundo a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) à classificação do IBGE por categoria de uso da indústria.

Para os dados de comércio internacional dispostos por gêneros de indústria a tarefa de adequação dos dados consiste na transformação destes dados, disponíveis na classificação NBM, para os gêneros industriais da FIBGE definidos no "Cadastro de Produtos Industriais, Agrupados por Atividade, em Ordem Alfabética" datado de 28/08/86.

Depois de obtidos os dados de comércio internacional por setor a que se refere o produto, agrupou-se os gêneros industriais em duas categorias adotadas por Tavares (1972, pp. 91/97), a saber: Indústrias Não-Tradicionais - INT e Indústrias Tradicionais - IT. As INT compreendem dois agrupamentos: Indústrias Dinâmicas e Indústrias Intermediárias. Assim, os gêneros integrantes das INT e IT são os seguintes:

INDÚSTRIAS DINÂMICAS

- Metalurgia
- Mecânica
- Material Elétrico e de Comunicações

- Material de Transporte
- Química
- Farmacêutica

INDÚSTRIAS INTERMEDIÁRIAS

- Transformação de minerais não-metálicos
- Papel e Papelão
- Borracha

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

- Madeira
- Têxtil
- Vestuário, Calçados, etc.
- Produtos Alimentícios
- Bebidas
- Fumo
- Editorial e Gráfica
- Mobiliário
- Couros e Peles

Ao final deste texto apresenta-se o detalhamento da adequação dos dados em duas tabelas: uma por categoria de uso e outra por gênero industrial. Em ambas as tabelas de adequação são mencionados os gêneros industriais da FIBGE de um lado e os códigos da NBM de outro, estes sempre encabeçados pela menção das Seções que compreendem os capítulos da NBM.

Na tabela de adequação dos dados de comércio in-

ternacional por gênero de Indústria, menciona-se além dos gêneros, os grandes grupos que detalham atividades com seus respectivos códigos, o que não foi possível na tabela por categoria de uso, já que as referidas categorias são definidas por ocasião dos censos industriais pelas próprias empresas informantes nos questionários remetidos pela FIBGE para essa fim. Assim, não existe um cadastro de atividades por categoria de uso, a exemplo do existente para gêneros industriais.

Na transcrição dos dados de comércio internacional classificados segundo a NBM, menciona-se, além da seção correspondente, os capítulos (dois primeiros dígitos), as posições (terceiro e quarto dígitos), subposições (quinto e sexto dígitos) e os itens (dois últimos dígitos). Os dígitos "00" compreendem os subdígitos discriminados na NBM; assim, sempre que possível evita-se o detalhamento excessivo, como forma de facilitar a tarefa de adequação dos dados em outros trabalhos que possam vir a se utilizar destas tabelas. Nesta mesma linha de raciocínio, quando se menciona um determinado capítulo nas colunas das tabelas referentes aos códigos NBM, isto quer dizer que todas posições, subposições e itens do capítulo estão compreendidos naquela categoria ou gênero industrial.

Para o cálculo da relação Câmbio-Salário, ambas as variáveis referem-se ao índice médio de cada ano, cuja base corresponde ao período de 1976.

Os índices de taxa de câmbio são construídos com base nas taxas médias nominais de compra da relação Cru-

zeiro-Dólar e os de salário são os disponíveis nas publicações da FIBGE para salários diretos p gos na indústria de transformação.

O cálculo de produtividade se obteve pela relação de índices de produção física e pessoal ocupado na indústria de transformação (indicadores IBGE) de acordo com metodologia sugerida por Chadad e Luque (1984, p. 156) e a base utilizada foi o ano de 1981.

COMPATIBILIZAÇÃO DOS ITENS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL,
DISPOSTOS SEGUNDO A NOMENCLATURA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
(NBM), À CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE USO DA INDÚSTRIA ⁽¹⁾

(1) Metodologia sugerida por Bonelli e Werneck (1978, pp.217-220).

Códigos de Atividades	Categorias de Uso/Gêneros de Indústria	NBM	
		Códigos	
		Posição	Subposição e item
	<u>Bens de Consumo Duráveis</u>		<u>Seção XV</u>
			Metais Comuns e Obras destes Metais
11.00.00-9	<u>Metalúrgica</u>	73.36	01.00
	Fabricação de fogões	73.38	00.00
			Capítulo 83
12.00.00-3	<u>Mecânica</u>		<u>Seção XVII</u>
	Fabricação de refrigeradores de uso doméstico, máquinas de lavar e secar roupas, outras de uso doméstico, peças e acessórios		Instrumentos e Aparelhos de Ótica, de Fotografia e de Cinematografia, de medida, de verificação, de precisão, instrumentos e aparelhos cirúrgicos; relojoaria; instrumentos de música; aparelhos de registro ou reprodução de som; aparelhos de reprodução e registro de imagens e do som em televisão.
13.00.00-8	<u>Material Elétrico e de Comunicações</u>		
	Fabricação de aparelhos e utensílios eletro-eletrônicos		
14.00.00-2	<u>Material de Transporte</u>		
	Fabricação de automóveis, peças e acessórios		

		Capítulo 91 <u>Seção XVI</u>	
		Máquinas e Aparelhos; Material elétrico	
		84.06	02.00
		84.06	03.00
		84.06	04.00
		84.06	05.00
		84.06	06.00
		84.06	07.00
		84.06	08.00
		84.12	00.00
		84.15	01.00
		84.15	02.00
		84.15	10.00
		84.17	01.01
		84.17	01.02
		84.17	01.03
		84.20	01.01
		84.40	01.00
		84.40	07.01
		84.40	90.00
		84.41	01.01
		84.41	05.01
		84.41	90.00
		85.06	00.00
		85.07	00.00
		85.10	00.00
		85.12	00.00
		85.15	01.00
		85.15	02.00
		85.21	01.00
		85.21	02.00

		<u>Seção XVII</u>
		Material de Transporte
		87.02 01.00
		87.02 02.00
		87.02 05.00
		87.02 06.00
		87.05 02.00
		87.06 00.00
		87.09 00.00
		87.10 00.00
		87.12 01.00
		87.12 02.00
	<u>Bens de Capital</u>	<u>Seção XV</u>
		Metais Comuns e Obras destes metais
11.00.00-9	<u>Metalurgia</u> Fabricação de estruturas metálicas	73.21 00.00
		<u>Seção XVI</u>
		Máquinas e Aparelhos; Material Elétrico
12.00.00-3	<u>Mecânica</u> Exceto o considerado em Bens de Consumo Duráveis	84.01 00.00
		84.02 00.00
		84.03 00.00
		84.05 00.00
13.00.00-8	<u>Material Elétrico e de Comunicações</u> Exceto o considerado em Bens de Consumo Duráveis	84.06 01.00
		84.06 90.00
		84.06 91.00

14.00.00-2	<u>Material de Transporte</u>	84.07	00.00
		84.08	00.00
	Exceto o considerado em Bens de Consumo Duráveis	84.09	00.00
		84.10	00.00
		84.11	00.00
		84.13	00.00
		84.14	00.00
		84.15	03.00
		84.15	04.00
		84.15	05.00
		84.15	06.00
		84.15	07.00
		84.15	08.00
		84.15	09.00
		84.15	90.00
		84.15	99.00
		84.16	00.00
		84.17	01.04
		84.17	01.05
		84.17	01.06
		84.17	01.99
		84.17	02.00
		84.17	03.00
		84.17	04.00
		84.17	05.00
		84.17	06.00
		84.17	07.00
		84.17	08.00
		84.17	09.00
		84.17	10.00
		84.17	11.00
		84.17	90.00
		84.17	91.00
		84.17	99.00
		84.18	00.00

		84.19	00.00
		84.20	01.02
		84.20	01.03
		84.20	01.04
		84.20	01.99
		84.20	02.00
		84.20	03.00
		84.20	04.00
		84.20	05.00
		84.20	06.00
		84.20	90.00
		84.20	99.00
		84.21	00.00
		84.22	00.00
		84.23	00.00
		84.24	00.00
		84.25	00.00
		84.26	00.00
		84.27	00.00
		84.28	00.00
		84.29	00.00
		84.30	00.00
		84.31	00.00
		84.32	00.00
		84.33	00.00
		84.34	00.00
		84.35	00.00
		84.36	00.00
		84.37	00.00
		84.38	00.00
		84.39	00.00
		84.40	02.00
		84.40	03.00
		84.40	04.00

		84.40	05.00
		84.40	06.00
		84.40	07.99
		84.40	08.00
		84.40	09.00
		84.40	10.00
		84.40	11.00
		84.40	12.00
		84.40	13.00
		84.40	14.00
		84.40	15.00
		84.40	91.00
		84.40	92.00
		84.40	99.00
		84.41	02.00
		84.41	03.00
		84.41	04.00
		84.41	05.99
		84.41	06.00
		84.42	00.00
		84.43	00.00
		84.44	00.00
		84.45	00.00
		84.46	00.00
		84.47	00.00
		84.48	00.00
		84.49	00.00
		84.50	00.00
		84.51	00.00
		84.52	00.00
		84.53	00.00
		84.54	00.00
		84.55	00.00
		84.56	00.00
		84.57	00.00

	84.58	00.00
	84.59	00.00
	84.60	00.00
	84.61	00.00
	84.62	00.00
	84.63	00.00
	84.64	00.00
	84.65	00.00
	85.01	00.00
	85.02	00.00
	85.03	00.00
	85.04	00.00
	85.05	00.00
	85.08	00.00
	85.09	00.00
	85.11	00.00
	85.13	00.00
	85.14	00.00
	85.15	03.00
	85.15	04.00
	85.15	05.00
	85.15	06.00
	85.15	07.00
	85.15	08.00
	85.15	90.00
	85.15	91.00
	85.15	99.00
	85.16	00.00
	85.17	00.00
	85.18	00.00
	85.19	00.00
	85.20	00.00
	85.21	03.00
	85.21	04.00
	85.21	05.00

		85.21	06.00
		85.21	07.00
		85.21	08.00
		85.21	09.00
		85.21	10.00
		85.21	11.00
		85.21	12.00
		85.21	13.00
		85.21	14.00
		85.21	15.00
		85.21	16.00
		85.21	90.00
		85.21	91.00
		85.21	92.00
		85.21	93.00
		85.21	94.00
		85.21	98.00
		85.21	99.00
		85.22	00.00
		85.23	00.00
		85.24	00.00
		85.25	00.00
		85.26	00.00
		85.27	00.00
		85.28	00.00
		<u>SEÇÃO XVII</u>	
		Material de Transporte	
		CAPÍTULO 86	
		87.01	00.00
		87.02	03.00
		87.02	04.00

		87.02	07.00
		87.02	08.00
		87.03	00.00
		87.04	00.00
		87.05	01.00
		87.05	03.00
		87.05	04.00
		87.05	05.00
		87.05	06.00
		87.05	99.00
		87.07	00.00
		87.08	00.00
		87.11	00.00
		87.12	02.00
		87.12	03.00
		87.13	00.00
		87.14	00.00
		CAPÍTULO 88	
		CAPÍTULO 89	
		<u>SEÇÃO XIX</u>	
		Armas e Munições	
		CAPÍTULO 93	
		<u>SEÇÃO V</u>	
		Produtos Minerais	
		25.22	00.00
		25.23	00.00
10.00.00-4	<u>Bens Intermediários</u>		
	<u>Transformação de Produtos de Minerais não-metálicos</u>		
11.00.00-9	<u>Metalurgia</u>		

	Exceto fogões e estruturas metálicas compreendidos em outras Categorias de Uso	<u>SEÇÃO XIII</u>
17.00.00-6	<u>Papel e Papelão</u>	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica e matérias semelhantes, produtos cerâmicos; vidros e obras de vidro.
18.00.00-0	<u>Borracha</u>	
20.00.00-8	<u>Química</u>	CAPÍTULO 68
23.00.00-1	<u>Produtos das Matérias Plásticas</u>	CAPÍTULO 69
		CAPÍTULO 70
		<u>SEÇÃO XV</u>
		Metais comuns e Obras destes metais
		73.01 00.00
		73.02 00.00
		73.04 00.00
		73.05 00.00
		73.06 00.00
		73.07 00.00
		73.08 00.00
		73.09 00.00
		73.10 00.00
		73.11 00.00
		73.12 00.00
		73.13 00.00
		73.14 00.00
		73.15 00.00
		73.16 00.00

		73.17	00.00
		73.18	00.00
		73.19	00.00
		73.20	00.00
		73.22	00.00
		73.23	00.00
		73.24	00.00
		73.25	00.00
		73.26	00.00
		73.27	00.00
		73.29	00.00
		73.30	00.00
		73.31	00.00
		73.32	00.00
		73.33	00.00
		73.34	00.00
		73.35	00.00
		73.36	02.00
		73.36	03.00
		73.36	04.00
		73.36	05.00
		73.36	06.00
		73.36	90.00
		73.36	99.00
		73.37	00.00
		73.40	00.00
		74.01	02.00
		74.01	03.00
		74.01	04.00
		74.02	00.00
		74.03	00.00
		74.04	00.00
		74.05	00.00

		74.06	00.00
		74.07	00.00
		74.08	00.00
		74.10	00.00
		74.11	00.00
		74.15	00.00
		74.16	00.00
		74.17	00.00
		74.18	00.00
		74.19	00.00
		75.01	02.00
		75.01	03.00
		75.02	00.00
		75.03	00.00
		75.04	00.00
		75.05	00.00
		75.06	00.00
		76.01	01.00
		76.01	02.00
		76.02	00.00
		76.03	00.00
		76.04	00.00
		76.05	00.00
		76.06	00.00
		76.07	00.00
		76.08	00.00
		76.09	00.00
		76.10	00.00
		76.11	00.00
		76.12	00.00
		76.15	00.00
		76.16	00.00
		77.01	01.00
		77.02	00.00
		77.04	00.00
		78.01	01.00

		78.01	02.00
		78.01	03.00
		78.02	00.00
		78.03	00.00
		78.04	00.00
		78.05	00.00
		78.06	00.00
		79.01	01.00
		79.01	02.00
		79.01	03.00
		79.02	00.00
		79.03	00.00
		79.04	00.00
		79.06	00.00
		80.01	01.00
		80.01	02.00
		80.02	00.00
		80.03	00.00
		80.04	00.00
		80.05	00.00
		80.06	00.00
		81.01	01.00
		81.01	02.00
		81.01	03.00
		81.01	99.00
		81.02	01.00
		81.02	02.00
		81.02	03.00
		81.02	99.00
		81.03	01.00
		81.03	02.00
		81.03	03.00
		81.03	99.00
		81.04	01.01

		81.04	01.99
		CAPÍTULO 82	
		<u>SEÇÃO X</u>	
		Matérias utilizadas na fabricação do <u>Pa</u> pel; <u>Pa</u> pel e suas aplicações	
		CAPÍTULO 47	
		CAPÍTULO 48	
		<u>SEÇÃO VII</u>	
		Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Ésteres da Celulose, Resinas Artificiais e Obras destas matérias; <u>Borra</u> cha Natural ou Sintética, substituto da Borracha e obras de Borracha.	
		40.02	00.00
		40.03	00.00
		40.04	00.00
		40.05	00.00
		40.06	00.00
		40.07	00.00
		40.08	00.00
		40.09	00.00
		40.10	00.00
		40.11	00.00

		40.12	00.00
		40.13	00.00
		40.14	00.00
		40.15	00.00
		40.16	00.00
		<u>SEÇÃO II</u>	
		Produtos do Reino Vegetal (Animais e Vegetais); Produtos da sua dissociação; Gorduras Alimentícias elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal	
		15.03	01.00
		15.03	02.00
		15.03	03.00
		15.03	04.00
		15.03	99.00
		15.04	00.00
		15.05	00.00
		15.06	00.00
		15.07	01.07
		15.07	01.08
		15.07	01.10
		15.07	01.11
		15.07	01.12
		15.07	01.13
		15.07	01.14
		15.07	01.15
		15.07	01.16

		15.07	01.17
		15.07	01.18
		15.07	01.19
		15.07	01.20
		15.07	01.21
		15.07	01.25
		15.07	01.26
		15.07	01.27
		15.07	01.28
		15.07	01.99
		15.07	02.08
		15.07	02.10
		15.07	02.11
		15.07	02.12
		15.07	02.13
		15.07	02.14
		15.07	02.15
		15.07	02.16
		15.07	02.17
		15.07	02.18
		15.07	02.19
		15.07	02.20
		15.07	02.21
		15.07	02.25
		15.07	02.27
		15.07	02.28
		15.07	02.99
		15.08	00.00
		15.10	00.00
		15.11	00.00
		15.12	00.00
		15.15	00.00
		15.16	00.00
		15.17	00.00
		17.03	02.00

		17.03	03.00
		22.08	00.00
		<u>SEÇÃO V</u>	
		Produtos Minerais	
		27.05	00.00
		27.06	00.00
		27.07	00.00
		27.08	00.00
		27.10	00.00
		27.11	00.00
		27.12	00.00
		27.13	00.00
		27.14	00.00
		27.16	00.00
		<u>SEÇÃO VI</u>	
		Produtos das Indústrias Químicas e das Indústrias Conexas	
		CAPÍTULO 28	
		CAPÍTULO 29	
		CAPÍTULO 32	
		33.01	00.00
		34.04	00.00
		34.05	00.00
		34.07	00.00
		CAPÍTULO 35	
		CAPÍTULO 36	
		CAPÍTULO 38	

		<p><u>SEÇÃO VII</u></p> <p>Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Ésteres da Celulose, Resinas Artificiais e Obras destas matérias; Borracha Natural ou Sintética substituto da Borracha e Obras de Borracha</p>
		<p>39.01 00.00</p> <p>39.02 00.00</p> <p>39.03 00.00</p> <p>39.04 00.00</p> <p>39.05 00.00</p> <p>39.06 00.00</p> <p>39.07 00.00</p>
	Bens de Consumo Não-Duráveis	<p>Obtido pelo Resíduo entre o total de itens industrializados e as demais categorias de uso.</p>

COMPATIBILIZAÇÃO DOS ITENS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
DISPOSTOS SEGUNDO A NOMENCLATURA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
(NBM) À CLASSIFICAÇÃO DA FIBGE POR GÊNEROS DE INDÚSTRIA

Classificação de Atividades	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO Gêneros e Grandes Grupos de Indústria	N B M	
		Códigos	
		Posição	Subposição e item
10.00.00-4	<u>Transformação de Produtos de Minerais Não-Metálicos</u>		<u>SEÇÃO V</u>
10.10.00-0	Britamento e aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras - associadas ou não à extração - inclusive materiais artísticos.		Produtos Minerais Sal; Enxofre; Terras e Pedras; Gessos, Cal e Cimentos
10.20.00-5	Fabricação de Cal - associada ou não à extração	25.22	00.00
10.40.00-6	Fabricação de material cerâmico - inclusive em barro cozido e de materiais refratários	25.23	00.00
			<u>SEÇÃO XIII</u>
10.50.00-1	Fabricação de clínquer e de cimento		Obras de pedras, gesso, cimento, amianto, mica e matérias semelhantes; Produtos cerâmicos, vidros e obras de vidro
10.60.00-7	Fabricação de estruturas de cimento e fibrocimento, e de peças e ornatos de gesso e amianto		
10.70.00-2	Fabricação e elaboração de vidro e cristal		
10.80.00-8	Beneficiamento e preparação de minerais não-metálicos não associados à extração - inclusive o beneficiamento e a preparação de minerais utilizados como fertilizantes e corretivos do solo		CAPÍTULO 68 CAPÍTULO 69 CAPÍTULO 70
10.90.00-3	Fabricação de materiais abrasivos; decoração, lapidação, bisotagem e outros trabalhos em louças, vidros e cristais; fabricação de artefatos de grafira e outros produtos de minerais não-metálicos, não especificados ou não classificados.		

11.00.00-9	<u>Metalurgia</u>	<u>SEÇÃO XV</u>	
11.00.00-9	Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos (com ou sem redução de minérios)	Metais Comuns e Obras destes metais	
11.10.00-4	Metalurgia dos metais não-ferrosos em formas primárias - inclusive ligas e metais preciosos	73.01	00.00
		73.02	00.00
		73.04	00.00
11.20.00-0	Metalurgia do pó - inclusive peças moldadas	73.05	00.00
		73.06	00.00
11.30.00-5	Fabricação de estruturas metálicas	73.07	00.00
		73.08	00.00
11.40.00-0	Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não-ferrosos - exclusive móveis	73.09	00.00
		73.10	00.00
		73.11	00.00
11.50.00-6	Estamparia, funilaria e embalagens metálicas	73.12	00.00
		73.13	00.00
		73.14	00.00
11.60.00-1	Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos, e de artigos de caldeireiro, peças e acessórios - exclusive obras de caldeiraria pesada	73.15	00.00
		73.16	00.00
		73.17	00.00
		73.18	00.00
11.70.00-7	Fabricação de artefatos de cutelaria, ferramentas manuais e fabricação de artefatos de metal para escritórios e para usos pessoal e doméstico - exclusive ferramentas para máquinas.	73.19	00.00
		73.20	00.00
		73.21	00.00
		73.22	00.00
		73.23	00.00
11.80.00-2	Têmpera, cementação e tratamento térmico de aço, recozimento de arames e serviço de galvanotécnica	73.24	00.00
		73.25	00.00
		73.26	00.00
11.90.00-8	Fabricação de ferragens eletrotécnicas de gralhas e pó metálico e de outros artefatos de metal, não especificados ou não classificados	73.27	00.00
		73.28	00.00
		73.29	00.00
		73.30	00.00
		73.31	00.00

	73.32	00.00
	73.33	00.00
	73.34	00.00
	73.35	00.00
	73.36	00.00
	73.37	00.00
	73.38	00.00
	73.39	00.00
	73.40	00.00
	74.02	00.00
	74.03	00.00
	74.04	00.00
	74.06	00.00
	74.07	00.00
	74.08	00.00
	74.09	00.00
	74.10	00.00
	74.11	00.00
	74.12	00.00
	74.13	00.00
	74.14	00.00
	74.15	00.00
	74.16	00.00
	74.17	00.00
	74.18	00.00
	74.19	00.00
	75.01	02.01
	75.01	02.99
	75.01	03.00
	75.02	00.00
	75.03	00.00
	75.04	00.00
	75.05	00.00
	75.06	00.00

	76.01	01.00
	76.01	02.00
	76.02	00.00
	76.03	00.00
	76.04	00.00
	76.05	00.00
	76.06	00.00
	76.07	00.00
	76.08	00.00
	76.09	00.00
	76.10	00.00
	76.11	00.00
	76.12	00.00
	76.13	00.00
	76.14	00.00
	76.15	00.00
	76.16	00.00
	77.01	01.00
	77.02	00.00
	77.04	00.00
	78.01	01.01
	78.01	01.99
	78.01	02.01
	78.01	02.99
	78.01	03.00
	78.02	00.00
	78.03	00.00
	78.04	00.00
	78.05	00.00
	78.06	00.00
	79.01	01.01
	79.01	01.99
	79.01	02.01
	79.01	02.99
	79.01	03.01

	79.01	03.99
	79.02	00.00
	79.03	00.00
	79.04	00.00
	79.06	00.00
	80.01	01.00
	80.01	02.00
	80.02	00.00
	80.03	00.00
	80.04	00.00
	80.05	00.00
	80.06	00.00
	81.01	01.00
	81.01	02.00
	81.01	03.01
	81.01	03.02
	81.01	03.03
	81.01	03.99
	81.01	99.00
	81.02	01.00
	81.02	02.00
	81.02	03.01
	81.02	03.99
	81.02	99.00
	81.03	01.00
	81.03	02.00
	81.03	03.00
	81.03	99.00
	81.04	01.01
	81.04	01.99
	CAPÍTULO 82	
	CAPÍTULO 83	

12.00.00-3	<u>Mecânica</u>	<u>SEÇÃO XVI</u>
12.10.00-9	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, máquinas motrizes não-elétricas, obras de calderaria pesada e de equipamentos de transmissão para fins industriais - inclusive peças e acessórios.	Máquinas e Aparelhos; Material Elétrico
12.20.00-4	Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, agrotécnicas, térmicas - inclusive alimentados por energia solar - de ventilação e refrigeração, equipados ou não com motores elétricos - inclusive peças e acessórios.	CAPÍTULO 84
12.30.00-0	Fabricação e montagem de máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais com ou sem motores elétricos - inclusive peças e acessórios.	<u>SEÇÃO XVIII</u>
12.40.00-5	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais para agricultura, avicultura, cunicultura, apicultura, criação de outros pequenos animais e obtenção de outros produtos de origem animal e para beneficiamento ou preparação de produtos agrícolas - inclusive peças e acessórios.	Instrumentos e Aparelhos de Ótica, de Fotografia e de Cinematografia, de medida, de verificação, de precisão; instrumentos e aparelhos médicos-cirúrgicos; relojoaria; instrumentos de música; aparelhos de registros ou de reprodução de som; aparelhos de registro ou reprodução de imagens e do som em televisão.
12.50.00-0	Fabricação e montagem de máquinas, aparelhos e equipamentos diversos - inclusive peças e acessórios.	CAPÍTULO 91
12.60.00-6	Fabricação de cronômetros e relógios, elétricos ou não - inclusive peças e acessórios.	<u>SEÇÃO XIX</u>
12.70.00-1	Fabricação e montagem de tratores e de máquinas e aparelhos de terraplenagem - inclusive acessórios	Armas e Munições

12.80.00-7	Serviço industrial de usinagem (torno, fresa, etc) soldas e semelhantes e a reparação ou manutenção de caldeiras geradoras de vapor; de máquinas motrizes não-elétricas; máquinas e equipamentos para transmissão industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, aerotécnicas, térmicas, de ventilação e refrigeração, máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e de uso industrial específico, máquinas e aparelhos agrícolas, tratores e máquinas de terraplenagem.	CAPÍTULO 93
12.90.00-2	Armas, munições e equipamentos militares	
13.00.00-8	<u>Material Elétrico e de Comunicações</u>	<u>SEÇÃO XVI</u> Máquinas e Aparelhos; Material Elétrico CAPÍTULO 85
13.10.00-3	Construção de máquinas, aparelhos e equipamentos para produção, transmissão, distribuição, medida e controle de energia elétrica em alta e baixa tensão; peças e acessórios - exclusive o material destinado a instalações em circuitos de consumo.	
13.20.00-9	Fabricação de material elétrico - exclusive a fabricação de material elétrico para veículos.	
13.30.00-4	Fabricação de lâmpadas - inclusive peças e acessórios.	
13.40.00-0	Fabricação de material elétrico para veículos, suas peças e acessórios - exclusive motores elétricos de tração para veículos ferroviários.	
13.50.00-5	Fabricação de aparelhos elétricos para usos, doméstico, pessoal, industrial, comercial e eletroquímico, peças e acessórios.	
13.60.00-0	Fabricação de material eletrônico básico.	

13.70.00-6	Fabricação e montagem de máquinas, aparelhos e equipamentos eletrônicos, e produção de discos e fitas magnéticas virgens - exclusive para comunicações	
13.80.00-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos para comunicações - inclusive peças e acessórios	
13.90.00-7	Reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, comerciais, elétricos e eletrônicos, - inclusive de sinalização e comunicação.	
14.00.00-2	<u>Material de Transporte</u>	<u>SEÇÃO XVII</u>
14.10.00-8	Construção e reparação de embarcações de estruturas flutuantes, de caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos - inclusive peças e acessórios.	Material de Transporte
14.20.00-3	Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários - inclusive a fabricação de motores de combustão interna, caldeiras, peças e acessórios.	CAPÍTULO 86
14.30.00-9	Fabricação e montagem de veículos automotores - inclusive peças e acessórios	CAPÍTULO 87
14.40.00-4	Fabricação de cabines e carroçarias para veículos automotores - inclusive peças e acessórios.	CAPÍTULO 88
14.50.00-0	Fabricação de bicicletas, motocicletas, triciclos e motocicletos - inclusive peças e acessórios.	CAPÍTULO 89
14.70.00-0	Construção, montagem e reparação de aviões - inclusive a fabricação de peças e acessórios e a reparação de turbinas e motores de aviação.	

14.80.00-6	Fabricação de outros veículos - inclusive peças e acessórios	
14.90.00-1	Fabricação de bancos e estofados para veículos	
15.00.00-7	<u>Madeira</u>	<u>SEÇÃO IX</u>
15.10.00-2	Desdobramento da madeira	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira;
15.20.00-8	Produção de casas de madeira pré-fabricadas e fabricação de estruturas de madeira e artigos de carpintaria	cortiças e suas obras; obras de esparteria e de cestaria
15.30.00-3	Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada ou prensada, e madeira compensada, revestida ou não com material plástico	44.05 00.00
		44.07 00.00
		44.09 00.00
15.40.00-9	Fabricação de artefatos de tandaria e madeira arqueada	44.11 00.00
		44.13 00.00
15.50.00-4	Fabricação de artefatos diversos de madeira	44.14 00.00
		44.15 00.00
15.60.00-0	Fabricação de artefatos de bambu, vime, junco ou palha trançada - exclusive móveis e chapéus	44.19 00.00
		44.20 00.00
		44.21 00.00
15.70.00-5	Fabricação de artefatos de cortiça	44.22 00.00
		44.23 00.00
15.80.00-0	Fabricação de lenha e de carvão vegetal	44.24 00.00
		44.25 00.00
		44.26 00.00
		44.27 00.00
		44.28 00.00
		45.02 00.00
		45.03 00.00
		45.04 00.00
		CAPÍTULO 46

16.00.00-1	<u>Mobiliário</u>	<u>SEÇÃO XX</u>
16.10.00-7	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	Mercadorias e Produtos diversos, não especificados nem compreendidos
16.20.00-2	Fabricação de móveis de metal	
16.30.00-8	Fabricação de móveis de material plástico	
16.40.00-3	Fabricação de artefatos de colchoaria	
16.90.00.0	Fabricação, montagem e acabamento de artefatos diversos de mobiliário	94.03 00.00
		94.04 00.00
17.00.00-6	<u>Papel e Papelão</u>	<u>SEÇÃO X</u>
17.10.00-1	Fabricação de celulose, pasta mecânica e de polpa de madeira.	Matérias utilizadas na fabricação do papel; papel e suas aplicações
17.20.00-7	Fabricação de papel, papelão, cartolina e cartão	
17.30.00-2	Fabricação de artefatos de papel, associada ou não à produção de papel - exclusive peças e acessórios para máquinas e meios de transporte.	
17.40.00-8	Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, simples ou plastificados, associada ou não à produção de papelão, cartolina e cartão - exclusive peças e acessórios para máquinas e meios de transporte.	
17.50.00-3	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para revestimento, associada ou não à produção de papel, papelão, cartolina e cartão - exclusive peças e acessórios para máquinas e meios de transporte.	
		CAPÍTULO 47 CAPÍTULO 48

17.90.00.5	Fabricação de peças e acessórios para máquinas e meios de transporte confeccionados com papel, papelão, cartolina e cartão - inclusive artefatos diversos de fibra prensada ou isolante.	-
18.00.00.0	<u>Borracha</u>	<u>SEÇÃO VII</u>
18.10.00-6	Beneficiamentos de borracha natural e sintética - inclusive a vulcanização de látices naturais e sintéticos e a regeneração de borracha natural e sintética.	Matérias plásticas artificiais, éteres e estêres de celulose, resinas artificiais e obras destas matérias
18.20.00-1	Fabricação e acondicionamento de pneumáticos e câmaras-de ar e fabricação de material para acondicionamento de pneumáticos.	borracha natural ou sintética, substituto de borracha e obras de borracha
18.30.00-7	Fabricação de laminados e fios de borracha.	
18.40.00-2	Fabricação de espumas de borracha e de artefatos de espuma - exclusive material plástico expandido em espuma.	40.02 00.00 40.03 00.00 40.04 00.00
18.50.00-8	Fabricação de artefatos de borracha - exclusive calçados e artefatos de vestuário.	40.05 00.00 40.06 00.00 40.07 00.00
18.90.00-0	Fabricação de artefatos diversos de borracha não especificados ou não classificados.	40.08 00.00 40.09 00.00 40.10 00.00 40.11 00.00 40.12 00.00 40.13 00.00 40.14 00.00 40.15 00.00 40.16 00.00

		<u>SEÇÃO III</u>	
20.10.00-3	Fabricação de produtos químicos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão de pedra e do álcool.	Gorduras e Óleos (animais e vegetais); Produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal.	
20.20.00-9	Fabricação de matérias plásticas, plastificantes, fios e fibras artificiais e sintéticas e de borracha e latex sintéticos - inclusive a polimerização de matérias plásticas para extrusão de fios sintéticos.	15.03	01.00
20.30.00-4	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes, fósforos de segurança e artigos pirotécnicos - exclusive munição.	15.03	02.00
		15.03	03.00
		15.03	04.00
		15.03	99.00
20.50.00-5	Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - inclusive mesclas	15.04	00.00
		15.05	00.00
		15.06	00.00
20.60.00-0	Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas - exclusive sabões e detergentes.	15.07	01.07
		15.07	01.08
		15.07	01.10
		15.07	01.11
20.70.00-6	Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes, secantes e massas preparadas para pintura e acabamento - inclusive pigmentos e corantes.	15.07	01.12
		15.07	01.13
		15.07	01.14
		15.07	01.15
20.80.00-1	Fabricação de adubos e fertilizantes e corretivos do solo - exclusive a produção de ácidos sulfúrico, nítrico, fosfórico e uréia.	15.07	01.16
		15.07	01.17
		15.07	01.18
		15.07	01.19
20.90.00-7	Fabricação de produtos químicos diversos	15.07	01.20
		15.07	01.21
		15.07	01.25
		15.07	01.26

19.00.00-5	<u>Couros e Peles e Produtos Similares, e Artefatos de Selaria e Correaria, para viagem e uso pessoal - exclusive calçados e artigos do vestuário</u>	<u>SEÇÃO VIII</u>
19.10.00-0	Secagem, salga, curtimento e outras preparações de couro e peles - inclusive subprodutos.	Peles, couros, peleteria e obras destas matérias; artigos de correeiro e de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artigos semelhantes; tripas em obras
19.20.00-6	Fabricação de artefatos de selaria e correaria.	
19.30.00-1	Fabricação de malas, valises e outros artefatos para viagem	
19.90.00-4	Fabricação de artefatos diversos de couros e peles - exclusive vestuário, calçados e acessórios do vestuário	41.02 00.00 41.03 00.00 41.04 00.00 41.05 00.00 41.06 00.00 41.08 00.00 41.10 00.00
		<u>CAPÍTULO 42</u>
		43.02 00.00 43.03 00.00 43.04 00.00
20.00.00-8	<u>Química</u>	<u>SEÇÃO II</u>
20.00.00-8	Produção de elementos químicos e de produtos químicos orgânicos, inorgânicos, organo-inorgânicos - exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas olígenas, do carvão de pedra, e da madeira.	Produtos do Reino Vegetal 13.03 00.00

		15.07	01.27
		15.07	01.28
		15.07	01.29
		15.07	01.99
		15.07	02.08
		15.07	02.10
		15.07	02.11
		15.07	02.12
		15.07	02.13
		15.07	02.14
		15.07	02.15
		15.07	02.16
		15.07	02.17
		15.07	02.18
		15.07	02.19
		15.07	02.20
		15.07	02.21
		15.07	02.25
		15.07	02.27
		15.07	02.28
		15.07	02.99
		15.07	08.00
		15.07	10.00
		15.07	11.00
		15.07	12.00
		15.07	13.00
		15.07	14.00
		15.07	15.00
		15.07	16.00
		15.07	17.00
		15.07	18.00
		15.07	19.00
		15.07	20.00
		15.07	21.00
		15.07	25.00
		15.07	27.00

		15.07	28.00
		15.07	99.00
		15.08	00.00
		15.10	00.00
		15.11	00.00
		15.12	00.00
		15.15	00.00
		15.16	00.00
		15.17	00.00
		<u>SEÇÃO IV</u>	
		Produtos das Indústrias alimentícias; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; fumo ou tabaco.	
		17.03	02.00
		17.03	03.00
		22.08	00.00
		<u>SEÇÃO V</u>	
		Produtos Minerais	
		27.05	00.00
		27.06	00.00
		27.07	00.00
		27.08	00.00
		27.10	00.00
		27.11	00.00
		27.12	00.00
		27.13	00.00
		27.14	00.00

		27.16	00.00
		<u>SEÇÃO VI</u>	
		Produtos das Indústrias Químicas e das Indústrias Conexas	
		CAPÍTULO 28	
		CAPÍTULO 29	
		CAPÍTULO 32	
		33.01	00.00
		34.04	00.00
		34.05	00.00
		34.07	00.00
		CAPÍTULO 35	
		CAPÍTULO 36	
		CAPÍTULO 37	
		CAPÍTULO 38	
		<u>SEÇÃO VII</u>	
		Matérias Plásticas, Artificiais, Éteres e Ésteres da Celulose, Resinas Artificiais e obras destas matérias; Borracha Natural ou Sintética, substituto da Borracha e obras de borracha.	

		39.01 00.00 39.02 00.00 39.03 00.00 39.04 00.00 39.05 00.00 39.06 00.00
21.00.00-2 21,10,00.8	<u>Produtos Farmacêuticos e Veterinários</u> Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários	<u>SEÇÃO VI</u> Produtos das Indústrias Químicas e Conexas <u>CAPÍTULO 30</u>
22.00.00-7 22.10.00-2 22.10.00-8 22.30.00-3	<u>Perfumaria, Sabões e Velas</u> Fabricação de Produtos de Perfumaria Fabricação de Sabões e Detergentes Fabricação de velas	<u>SEÇÃO VI</u> Produtos das Indústrias Químicas e Conexas 33.04 00.00 33.06 00.00 34.01 00.00 34.02 00.00 34.03 00.00 34.06 00.00

23.00.00-1	<u>Produtos de Matérias Plásticas</u>	<u>Seção VII</u>
23.10.00-7	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico expandido e regeneração de material plástico	Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Ésteres de celulose, resinas artificiais e obras destas matérias;
23.20.00-2	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais - exclusive manilhas, canos, tubos e conexões	
23.30.00-8	Fabricação de artefatos de material plástico para usos doméstico e pessoal - exclusive artigos de viagem, artigos de vestuário, calçados e acessórios do vestuário.	Borracha natural ou sintética, substituto da borracha e obras de Borracha.
23.50.00-9	Fabricação de artefatos de material plástico para embalagem e acondicionamento, impressos ou não.	39.07 00.00
23.60.00-4	Fabricação de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico para todos os fins.	
23.70.00-0	Pigmentação ou tingimento e outros beneficiamentos de material plástico	
23.90.00-0	Fabricação de artefatos diversos de material plástico, não especificados ou não classificados.	
24.00.00-6	<u>Têxtil</u>	<u>Seção XI</u>
24.10.00-1	Beneficiamento de fibras têxteis, fabricação de estopa, de materiais para estopas, e recuperação de resíduos têxteis.	Matérias Têxteis e suas obras.

		50.04	00.00
24.20.00-7	Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem	50.05	00.00
		50.07	00.00
24.30.00-2	Fabricação de tecidos de malha, de artefatos de tricota- gem e de meias	50.09	00.00
		Capítulo 51	
		Capítulo 52	
24.40.00-8	Fabricação de artefatos de passamanaria, tecidos elás- ticos, fitas, filós, rendas e bordados.	53.06	00.00
		53.07.	00.00
24.50.00-3	Fabricação de tecidos especiais	53.08	00.00
		53.09	00.00
		53.10	00.00
24.90.00-5	Fabricação de artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens - exclusive a produção não associada a fia- ção e tecelagem.	53.11	00.00
		53.12	00.00
		54.03	00.00
		54.04	00.00
		54.05	00.00
		55.05	00.00
		55.06	00.00
		55.07	00.00
		55.08	00.00
		55.09	00.00
		Capítulo 56	
		57.06	00.00
		57.07	00.00

		57.10 00.00 - 57.11 00.00 Capítulo 58 Capítulo 59 60.01 00.00
25.00.00-0	<u>Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido</u>	<u>Seção XI</u>
25.10.00-6	Confecção de roupas e agasalhos	Matérias Têxteis e suas obras
25.20.00-1	Fabricação de chapéus	60.02 00.00
25.30.00-7	Fabricação de calçados para homens, mulheres e crianças - exclusive calçados ortopédicos; e para segurança industrial.	60.03 00.00 60.04 00.00 60.05 00.00 60.06 00.00
25.40.00-2	Fabricação de Acessórios do vestuário - exclusive para segurança industrial	Capítulo 61 Capítulo 62
25.50.00-8	Confecção de artefatos diversos de tecidos - exclusive os produzidos nas fiações e tecelagens.	<u>Seção XII</u>
25.60.00-3	Confecção de roupas e acessórios profissionais e para segurança industrial e pessoal - inclusive revestidas de amianto, de chumbo, de borracha, e de outros materiais	Calçados; chapéus e artigos de uso semelhante; guarda-chuvas; e guarda-

25.70.00-9	Tingimento, estamparia e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos.	-sóis; Penas preparadas e artigos de penas; flores artificiais; obras de cabelos. Capítulo 64 Capítulo 65 Capítulo 66
26.00.00-5	<u>Produtos Alimentares</u>	<u>Seção I</u>
26.00.00-5	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal.
26.10.00-0	Preparação de refeições e alimentos conservados, produção de refeições preparadas industrialmente, produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, preparação de especiarias e condimentos e fabricação de doces - exclusive de confeitaria.	02.06 01.00 02.06 02.00 02.06 03.00 02.06 04.00 02.06 99.00
26.20.00-6	Abate de animais em matadouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carne, e produção de banha de porco e outras gorduras comestíveis de origem animal.	04.02 00.00 04.03 00.00 04.04 00.00
26.30.00-1	Preparação de pescado e fabricação de conservas do pescado - inclusive a efetuada em barcos-fábrica.	

		<u>Seção II</u>
26.40.00-7	Resfriamento e preparação do leite e fabricação de produtos de laticínio	09.01 03.00
		09.02 02.00
		09.04 02.00
26.50.00-2	Fabricação e Refinação de açúcar	09.04 03.02
		09.04 03.99
26.60.00-8	Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc. - inclusive gomas de mascar	09.06 02.00
		09.07 02.00
		<u>Capítulo 11</u>
26.70.00-3	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pasteleria.	12.07 00.00
		12.08 02.00
26.80.00-9	Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	12.08 03.00
26.90.00-4	Fabricação e preparação de produtos alimentares diversos - inclusive rações balanceadas e alimentos preparados para animais.	<u>Seção III</u>
		Gorduras e óleos (animais e vegetais); produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal.
		15.01 00.00
		15.03 00.00
		15.07 01.01

		15.07	01.02
		15.07	01.03
		15.07	01.05
		15.07	01.06
		15.07	01.09
		15.07	01.22
		15.07	01.23
		15.07	01.24
		15.07	02.01
		15.07	02.02
		15.07	02.03
		15.07	02.04
		15.07	02.05
		15.07	02.06
		15.07	02.07
		15.07	02.22
		15.07	02.23
		15.07	02.24
		15.07	09.00
		15.13	00.00

Seção IV

Produtos das Indústrias Alimentícias; Bebidas, Líquidos alcoólicos e vinhos, fumo ou tabaco.

		<u>Capítulo 16</u> 17.01 01.01 17.01 02.00 17.01 03.00 17.01 04.00 17.01 99.00 17.02 00.00 17.04 00.00 18.03 00.00 18.04 00.00 18.05 00.00 18.06 00.00 <u>Capítulo 19</u> <u>Capítulo 20</u> <u>Capítulo 21</u> 22.10 00.00 23.01 00.00 23.07 00.00
27.00.00-0	<u>Bebidas</u>	<u>Seção IV</u>
27.10.00-5	Fabricação de vinhos	Produtos das Indústrias alimentícias; Bebidas; Líquidos

27.20.00-0	Fabricação de aguardente, licores e de bebidas alcoólicas diversas - exclusive cervejas e chopes	alcoólicos e vinagres; fumo ou tabaco.
27.30.00-6	Fabricação de cervejas, chopes e malte	
27.40.00-1	Fabricação de bebidas não-alcoólicas-inclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais	
		22.01 00.00
		22.02 00.00
		22.03 00.00
		22.04 00.00
		22.05 00.00
		22.06 00.00
		22.07 00.00
		22.09 00.00
28.00.00-4	<u>Fumo</u>	<u>Seção IV</u>
28.10.00-0	Preparação de fumo	Produtos das Indústrias Alimentícias; Bebidas, Líquidos alcoólicos e vinagres; fumo ou tabaco.
28.20.00-5	Fabricação de cigarros, de fumos desfiados e de fumo em pó	
28.30.00-0	Fabricação de charutos e cigarrilhas	24.02 00.00
29.00.00-9	<u>Editorial e Gráfica</u>	<u>Seção X</u>
29.10.00-4	Edição e edição e impressão de jornais, outros periódicos, livros e manuais - exclusive o serviço de impressão.	Matérias Utilizadas na fabricação do

29.20.00-0	Impressão de material escolar, materiais para usos industrial e comercial, para propaganda e outros fins - inclusive litografado.	papel; papel e suas aplicações. Capítulo 49
29.80.00-2	Execução de Serviços Gráficos Diversos	
29.90.00-8	Produção de matrizes para impressão	
30.00.00-1	<u>Diversas</u>	<u>Seção VI</u>
30.00.00-1	Fabricação de instrumentos, utensílios e aparelhos de medida, não elétricos para usos técnicos e profissionais - exclusive médico-cirúrgicos, odontológicos e de laboratórios.	Produtos das Indústrias Químicas e das Indústrias conexas.
30.10.00-7	Fabricação de instrumentos e utensílios não-elétricos para usos médico-cirúrgicos, odontológicos e de laboratórios; aparelhos mecânicos, elétricos ou eletrônicos para instalações hospitalares, em consultórios médicos e odontológicos e para laboratórios; aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos, membros artificiais e aparelhos ortopédicos em geral - inclusive material para usos em medicina, cirurgia e odontologia.	Capítulo 37 <u>Seção XII</u>
30.20.00-2	Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais para fotografia e de ótica.	Calçados; chapéus e artigos de uso semelhantes; guarda-chuva e guarda-sóis; penas preparadas e artigos de penas; flores artificiais; obras de cabelos.

		Capítulo 67
		<u>Seção XIV</u>
30.30.00-8	Lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria joalheria, bijuteria e cunhagem de moedas e medalhas	Pérolas naturais, pedras preciosas, semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, folheados e metais preciosos e obras destas matérias; Bijuteria de fantasia; moedas
30.40.00-3	Fabricação de instrumentos musicais e reprodução de discos para fonógrafos e de fitas magnéticas gravadas.	
30.50.00-9	Fabricação de escovas, broxas, pincéis, vassouras, espanadores e semelhantes.	
30.70.00-0	Fabricação de brinquedos	
30.80.00-5	Fabricação de artefatos para caça e pesca, esporte e jogos recreativos - exclusive armas de fogo e munições.	71.01 00.00
		71.02 02.02
		71.02 04.00
30.90.00-0	Fabricação de artefatos diversos, não compreendidos em outros grupos.	71.03 00.00
		71.05 00.00
		71.06 00.00
		71.07 00.00
		71.08 00.00
		71.09 00.00
		71.10 00.00
		71.12 00.00
		71.13 00.00
		71.14 00.00
		71.15 00.00
		71.16 00.00
		Capítulo 72

Seção XVIII

Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e de cinematografia, de medida, de verificação, de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, relojoaria; instrumentos de música; aparelhos de registro ou de reprodução do som; aparelhos de registro ou de reprodução de imagens e do som em televisão.

Capítulo 90

Capítulo 92

Seção XX

Mercadoria e produtos diversos, não especificados nem compreendidos em

		<p>outra parte da nomenclatura.</p> <p>94.01 00.00</p> <p>94.02 00.00</p> <p>Capítulo 95</p> <p>Capítulo 96</p> <p>Capítulo 97</p> <p>Capítulo 98</p>

ÍNDICE ANALÍTICO

CAPÍTULO PRIMEIRO

PÁGINAS

I. Introdução	01
I.1. Objetivos do Trabalho	03
I.2. Delimitação do Âmbito do Trabalho	04
I.3. Justificativa do Tema	05
I.4. Plano Geral do Trabalho	06

CAPÍTULO SEGUNDO

II. Interpretações Sobre a Natureza dos Saldos Comerciais na década de 80	08
II.1. Conceituações a Propósito da Natureza Estrutural dos Saldos Comerciais	11
II.2. Substituição de Importações	12
II.3. Interpretações Referentes ao Caráter Estrutural dos Superávits Comerciais Brasileiros ...	16
II.3.1. A Metodologia de Antonio Barros de Castro ...	17
II.3.2. Algumas Considerações a Respeito da Metodologia de Antonio Barros de Castro	18
II.4. Um Critério Para Conceituação da Natureza dos Superávits Comerciais Brasileiros	20
II.5. Interpretações Referentes ao Caráter Estrutural dos Saldos Comerciais em Outras Economias	28

II.5.1. Mudanças Estruturais na Economia Japonesa - O Desenvolvimento da Indústria de Bens de Capital no Japão	28
II.5.2. Exportação de Bens de Capital no Japão	36
II.5.3 Exportações de Manufaturados dos "Newly Industria lizing Countries - NICs	38
II.5.4. Exportações de Bens de Capital - Brasil Integrado aos "NICs"	40

CAPÍTULO TERCEIRO

III. Análise da Hipótese Estrutural Sobre os Superávits comerciais	45
III.1. Interpretações Alternativas Para os Saldos Comer- ciais Brasileiros	46
III.2. A Formação da Indústria de Bens de Capital no Brasil	49
III.3. Saldos Comerciais Brasileiros Por Categorias de Uso	57
III.3.1. Importações Brasileiras Por Categorias de Uso ...	58
III.3.2. Exportações Brasileiras Por Categorias de Uso ...	61
III.3.3. Grau de Abertura da Economia - Japão e "NICs" ...	66
III.4. Saldos Comerciais Brasileiros Por Gêneros de In- dústria	70
III.4.1. Importações Brasileiras Por Gênero de Indústria..	73
III.4.2. Exportações Brasileiras Por Gêneros de Indústria.	74
III.5. Período 1974/76	76
III.5.1. Importações	76
III.5.2. Exportações	79

III.6. Período 1977/79	81
III.6.1. Importações	81
III.6.2. Exportações	82
III.7. Período 1980/84	83
III.7.1. Importações	83
III.7.2. Exportações	87
III.8. Síntese do Comportamento dos Saldos Comerciais Brasileiros	90

CAPÍTULO QUARTO

IV. Análise da Hipótese Conjuntural Sobre os Superávits Comerciais.....	95
IV.1. Principais Medidas de Política Econômica Brasilei ras	97
IV.1.1. A Política Cambial	97
IV.1.1.1. Período 1974/78	97
IV.1.1.2. Período 1979/84	100
IV.1.2. A Política Salarial	103
IV.1.2.1. Período 1964/79	103
IV.1.2.2. Período 1979/84	105
IV.2. A Relação Câmbio-Salário	109
IV.2.1. A Relação Câmbio-Salário para a Indústria de Transformação	117
IV.2.2. A Relação Câmbio-Salário Para as Indústrias Não Tradicionais - "INT"	123
IV.2.3. A Relação Câmbio-Salário Para as Indústrias Tradi cionais - "IT"	125

V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
VI.	ABSTRACT	143
VII.	TABELAS	144
VIII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
IX.	APÊNDICE METODOLÓGICO	168

ÍNDICE DE TABELAS

<u>TABELAS</u>	<u>PÁGINAS</u>
01 Intercâmbio Comercial Brasil/EUA	145
02 Saldos Comerciais Brasileiros Por Categorias de Uso	146
03 Importações Brasileiras Por Categorias de Uso	
04 Exportações Brasileiras Por Categorias de Uso	147
05 Importações Brasileiras - Distribuição Percen- tual Por Categorias de Uso	148
06 Importações Brasileiras em Relação ao PIB Por Categorias de Uso	149
07 Exportações Brasileiras - Distribuição Percen- tual Por Categorias de Uso	150
08 Exportações Brasileiras em Relação ao PIB Por Categorias de Uso	151
09 Grau de Abertura da Economia - Japão, "NICs" e "Next-Tiers"	152
10 Importações Brasileiras - Produtos Segundo Gê- neros Industriais	153
11 Relação Importações/PIB	154
12 Exportações Brasileiras - Produtos Segundo Gê- neros Industriais	155
13 Relação - Exportações/PIB	156
14 Relação Câmbio-Salário Por Gêneros Industriais	158

15	Produtividade da Mão-de-Obra Por Gênero de Indústria	159
16	Produtividade Média - Variação Percentual Média ao Ano	160

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

<u>QUADROS</u>		PÁGINA
I	Participação da Indústria Pesada do Japão na Produção Industrial	33
II	Exportações da Indústria Pesada em Relação às Exportações de Manufaturados - Japão	37
III	Composição Percentual das Exportações de Manufaturados - "NICs" e "Next Tiers" - 1975	42
IV	Importações Brasileiras Por Categorias de Uso	58
V	Exportações Brasileiras Por Categorias de Uso	61
VI	Grau de Abertura da Economia - Japão, "NICs" e "Next Tiers"	66
VII	Importações Brasileiras - Taxas de Crescimen- to	74
VIII	Exportações Brasileiras . Taxas de Crescimen- to	75
IX	Taxas de Crescimento - Importações e Exporta- ções - Relações com o PIB - 1974/76	76
X	Taxas de Crescimento - Importações e Exporta- ções - Relações com o PIB - 1977/79	81
XI	Taxas de Crescimento - Importações e Exporta- ções - Relações com o PIB - 1980/84	83
XII	Produção Industrial - Média Anual	86
XIII	Taxas Efetivas de Câmbio - novembro/1979	115
XIV	Relação Câmbio-Salário na Indústria de Trans- formação	123

XV	Relação Câmbio-Salário Para as Indústrias Não Tradicionais - INT	123
XVI	Relação Câmbio-Salário Para as Indústrias Tradicionais . IT	125

GRÁFICOS

I -	Indústria de Transformação - Relações de Trocas; Relação Câmbio-Salário e Produtividade..	110
II -	Indústrias não Tradicionais - INT - Relações de Trocas; Relação Câmbio-Salário e Produtividade	111
III -	Indústrias Tradicionais - Relações de Trocas; Relação Câmbio-Salário e Produtividade	112